

# DEMITIR O GOVERNO É URGENTE



A degradação da «AD» e do seu Governo impõe medidas urgentes que o povo e o País exigem



- **Antes do debate na TV de terça-feira, Balsemão e Freitas recusaram-se a discutir a situação política e económica** - Pág. 2
- **A «AD» provoca falta de quorum na Assembleia da República por não conseguir controlar a sua maioria na votação da amnistia** - Pág. 3
- **Confirma-se que Ângelo Correia mentiu ao Parlamento no escândalo do polícia espanhol** - no Editorial
- **A burla do «debate nacional» sobre regionalização promovido pelo MAI é contestada pelos próprios eleitos autárquicos da «AD»** - Pág. 12
- **O recurso à repressão policial como na Fábrica de Loiças de Sacavém aponta a crescente resistência popular à política «AD»** - Pág. 4
- **A demissão do secretário de Estado das Pescas revela a desagregação do Governo Balsemão/Freitas** - Pág. 4
- **Em Braga, Castelo Branco, Algarve e noutros pontos agudiza-se a crise interna do PSD** - no Editorial
- **Alarga-se em todo o País o protesto contra a manipulação da Comunicação Social estatizada** - Pág. 4
- **O projecto fascizante da «AD» de lei eleitoral para as autarquias contestado por todos os sectores democráticos** - Pág. 9



## INTENSA ACTIVIDADE DO PARTIDO

Págs. centrais



Na visita oficial à Polónia o camarada Álvaro Cunhal teve conversações com o primeiro secretário do Partido Operário Unificado Polaco, general Wojciech Jaruzelski, e o ministro dos Negócios Estrangeiros, Jozef Czyrek (à esquerda na foto)

## Visita à Polónia de Álvaro Cunhal

Comunicado conjunto e declarações do secretário-geral do PCP à chegada a Lisboa na pág. 3



## Madeira

O que faz  
um comunista sozinho  
numa Assembleia de direita

Pág. 8

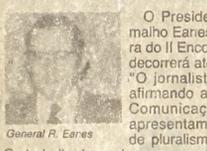
**SEMANA Nacional**

**7** Quarta-feira



Uma força de 300 praças da GNR ocupa de manhã as instalações da Fábrica de Louça de Sacavém, por ordem do ministro da Administração Interna, Ângelo Correia; a intervenção foi determinada para dar cumprimento a uma exigência, em cinco pontos, formulada pela administração da empresa e enviada em carta ao ministro no passado dia 5; na sequência da ocupação foram cometidas várias ilegalidades e detidos trabalhadores tendo estes decidido parar amanhã durante todo o dia e manter a recusa da entrada do administrador Monteiro Pereira nas instalações da empresa. ■ Um comunicado da Comissão Nacional de Trabalhadores da União de Bancos Portugueses denuncia que o Governo decide, através de um despacho do ministro da Justiça, Meneses Pimentel, entregar ao ex-banqueiro Pinto de Magalhães mais de dois milhões de contos, que revertem em prejuízo da Banca nacionalizada; a "doação" resulta da decisão governamental em levantar o arrolamento de bens que, por indiciamento de práticas fraudulentas, havia sido aplicado ao ex-banqueiro. ■ A Comissão Permanente do PS, reunida sob a presidência de Mário Soares, após a análise da conjuntura nacional, conclui pela necessidade de "mudar de política e mudar de governo". ■ A APU anuncia em conferência de imprensa, que entregou aos tribunais a impugnação de duas operações obscuras de Nuno Abecassis — a entrega à empresa José Matias da construção de um viaduto junto às Calvanas por cerca de 100 000 contos e, igualmente sem concurso público, a entrega à Sitel do exclusivo da exploração dos serviços de tratamento de lixos (ETL) em regime de concessão. ■ O Presidente da República dá posse ao novo secretário de Estado das Pescas, Alberto Faria dos Santos, indignado na sequência da demissão, pelo Primeiro-Ministro, do ex-secretário Gonçalves Viana; nesta primeira "remodelação" do Governo "AD" Balsemão II não houve discursos.

**8** Quinta-feira



O Presidente da República, general Ramalho Eanes, intervém na sessão de abertura do II Encontro de Jornalistas do Norte, que decorrerá até ao próximo sábado sob o lema "O jornalista na sociedade democrática", afirmando a certa altura que os órgãos de Comunicação Social estatizados não se apresentam "como exemplos indiscutíveis de pluralismo, de isenção, de qualidade". ■ Os trabalhadores da empresa pública dos jornais "Diário de Notícias" e "Capital" elegeam a sua nova comissão representativa, votando massivamente na lista unitária, única concorrente ao acto eleitoral, que concorreu sob o lema "Defender Abril, Prosseguir a Luta, na Unidade a Força dos Trabalhadores", obtendo 702 votos.

**9** Sexta-feira

O Secretariado Distrital de Beja das UCPs e Cooperativas Agrícolas acusa os responsáveis pelos serviços locais do Ministério da Agricultura de terem impedido trabalhadores agrícolas da região de assistir à festa pública de terras integradas em unidades colectivas, nomeadamente terras que se encontram actualmente na posse útil da UCP Poder Popular, de Albernoa. ■ Comissões de Defesa da Unidade Sindical, recentemente constituídas nos distritos de Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Lábria, Guarda e Viseu por professores que contestam o referendo realizado em Janeiro passado — pela direcção e que serviu para — afirmam — liquidar o sindicato criado em 1974, preparam a reinstalação do Sindicato dos Professores da Zona Centro. ■ Gonçalves Viana, exonerado no passado dia 2 de secretário de Estado das Pescas, declara a um matutino português que o Governo estimula "mais o comércio e as actividades parasitárias do que a produção".

**10** Sábado

O "Diário da República" publica novos aumentos para os produtos de caeteraria, aguardando-se mais "surpresas" deste género por parte do Governo "AD/Balsemão, incluindo a subida de taxas de juros; os produtos de caeteraria subiram entre 7 e 35%. ■ Chega a Lisboa o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, vindo de uma visita de cinco dias à Polónia a convite do primeiro-secretário do POUF, general Jaruzelski.

**11** Domingo



Catorze mortos e 243 feridos, 126 dos quais em estado grave, são o trágico balanço de 255 acidentes de viação detectados nas estradas do Continente pela Brigada de Trânsito da GNR no âmbito da "Operação Páscoa", até às 20 horas de hoje. ■ O primeiro aniversário do semanário "O Alto Tâmega" é assinalado em Chaves com a reivindicação de um parque gráfico de apoio à imprensa regional e de uma escola de artes gráficas; estas propostas surgiram na sequência de um debate entre directores dos órgãos regionais de Trás-os-Montes, que consideram que "regionalizar não é só criar expectativas vãs sobre o desenvolvimento social, cultural e económico de uma região".

**12** Segunda-feira

O deputado do PCP, Sousa Marques, revela em Moscovo, onde se encontra integrado numa delegação do Conselho Português para a Paz e Cooperação dirigida por Igrejas Caetano, que a próxima reunião do Conselho Mundial da Paz se realizará em Lisboa, este ano, entre 30 de Outubro e 1 de Novembro. ■ Os trabalhadores da Fábrica de Louça de Sacavém decidem retornar a laboração, reafirmando porém a disposição de paralisar a actividade se o administrador Monteiro Pereira entrar na empresa. ■ A direcção do MARN-Beiras acusa o Ministério da Agricultura de tentar enganar a lavoura ao lançar um concurso burlo para atribuição de prémios aos "melhores campos de milho de 1982".

**13** Terça-feira

O Governo "AD prepara-se para publicar um decreto-lei no qual estabelece a comparticipação obrigatória dos inquilinos nas obras de conservação dos imóveis degradados. ■ Álvaro Cunhal, Mário Soares, Pinto Balsemão e Freitas do Amaral participam num debate na TV, à última hora anunciado como sendo "especificamente" sobre a revisão constitucional. ■ Um despacho do ministro da Educação, Vítor Crespo, "reintegra" os professores do Conselho Directivo da Escola de S. Julião, em Setúbal, arbitrária e ilegalmente suspensos no passado dia 12 de Fevereiro por um outro despacho do mesmo ministro.

**Efeméride da Semana** — A 10 de Abril de 1821 as Cortes Constitucionais decretam a abolição dos privilégios em Portugal; uma nova liberdade, contendo a iniciativa económica e a igualdade civil perante a lei, substitua as relações feudais do país.

**Editorial**

**UMA DEMISSÃO QUE TARDA**

O Povo português é, simultaneamente, testemunha e vítima do descalabro político dos órgãos de Poder controlados pela «AD».

Todos se dão conta de um fenómeno político que se processa na actualidade nacional: o Governo de Balsemão e Freitas afunda-se cada vez mais no pântano da incapacidade, da inoperância e da incompetência administrativas e da ilegalidade.

Mais do que isso: por detrás da máscara «social-democrata» ou «democrata-social» do PSD e do CDS — os dois partidos dirigentes da Aliança reacção — o que na verdade espreita é o espectro do fascismo; o que de facto se trama nos bastidores da «AD» é aquilo que com propriedade chamamos de golpe de Estado subversivo contra a democracia portuguesa e a reacção prepara sob a capa da revisão constitucional e antidemocrática da Constituição.

Nas práticas do Governo, como na Assembleia da República, como nos órgãos de Poder Local que controla, o que a coligação governante mostra e dá aos portugueses, em particular aos trabalhadores, é a imagem de um Poder corrompido e fraco e o peso excepcional de uma crise complexa e generalizada cuja causa fundamental assenta raízes no divórcio entre o poder político, detido pela «AD», e o país real que ela agride cada dia e cada hora em que maneja as alavancas do Poder.

É ainda no seio da coligação reacção e do próprio Governo — a par do frete diário que prestam aos grandes potentados do dinheiro e ao imperialismo — os que desenvolvem uma insidiosa manobra de descrédito do regime democrático e de impasse constitucional.

Os «barões» da «AD», imbuídos da filosofia do «depois de mim o dilúvio», tentam ao mesmo tempo semear entre os portugueses a crença numa «redenção» pela extrema-direita do que eles chamam os «males» da Revolução de 74 — afinal, da patriótica gesta dos «capitães de Abril» que a «AD» pretende fazer sentar no banco dos réus.

O panorama político que a Aliança reacção expõe aos olhos e à sensibilidade do Povo português é o de uma camarilha governante que perdeu toda a legitimidade democrática para governar e que é imperioso banir urgentemente das cadeiras do Poder.

Torna-se cada vez mais evidente que a degradação do poder político sob a égide da «AD» constitui na actualidade um poderoso factor de degradação das próprias Instituições.

Exemplo mais flagrante desta degradação do Poder sob o controlo da «AD» é o que se tem passado nos últimos tempos na Assembleia da República.

Os acontecimentos registados no mês de Março por ocasião da apresentação da moção parlamentar de censura ao Governo pelo PCP, retrada depois por motivos da bagunça provocada pela tanchagem política e o reacçãoismo do Primeiro-Ministro, haviam indicado já de maneira palmar que o Governo «AD/Balsemão/Freitas do Amaral falaria alastrar a um novo órgão de soberania de cuja maioria são detentores — a Assembleia da República — a desestabilização institucional que tem sido actuação peculiar da direita fascizante.

Na votação de antemão, se o bloqueio dos chefes da «AD» não tivesse impedido, a camarilha Balsemão/Freitas sofreria uma dura derrota parlamentar. Também no Governo aumentam as manifestações de mal-estar entre as forças reacçãoárias que o compõem.

As condições em que se processou a exoneração do secretário das Pescas são elucubradas. A exoneração do secretário de Estado trouxe a lume um facto esclarecedor do carácter do Governo.

O Governo Balsemão/Freitas do Amaral não tolera sequer no seu seio vozes, actos ou medidas que, de uma forma ou de outra, possam lesar os interesses parasitários da sua clientela política — neste caso os grandes Intermediários do comércio do peixe — ou que possam comprometer a sua política de entrega da soberania e dos recursos nacionais a interesses estrangeiros, como se verificou em parte na assinatura do acordo de pescas com a Espanha.

No mesmo sentido e dentro de uma ofensiva global contra o sector público e nacionalizado — além disso de uma forma atentatória da nossa dignidade nacional, decidiu o Governo vender em hasta pública na África do Sul, e para pagar dívidas que nada fez para negociar com firmeza por vias diplomáticas os seis melhores barcos de pesca da SNA-PA, uma empresa nacionalizada do sector das pescas, inviolabilizando-a praticamente e lançando para o desemprego um numeroso contingente de trabalhadores do mar.

O recurso à repressão e ao método de violência, condenados pela ordem democrática instaurada em 25 de Abril e vedados pela Constituição da República tornaram-se os meios de intervenção de um Governo a que falta manifestamente força e autoridade políticas.

O ministro da paranóia repressiva, Ângelo Correia, trazido de novo até à TV pelo seu amigo Prouença de Carvalho, veio reeditar perante os milhares de portugueses que o ouviram as suas concepções repressivas delirantes.

Nestes últimos 8 dias é, contudo, na forma brutal como a polícia de intervenção actuou por ordem do MAI contra os operários da Fábrica de Louça de Sacavém, que ressurgiram na vida nacional imagens e práticas que se criam ter desaparecido para sempre com o 25 de Abril.

O MAI revelou-se mais uma vez como dócil instrumento do grande patronato contra os trabalhadores que lutam por reivindicações legítimas.

Simultaneamente, na zona de intervenção da Reforma Agrária, o MACP, usando os mesmos métodos arbitrários, retomou a ofensiva de destruição em massa das UCPs, condenando-as ao estrangulamento fiscal e financeiro, pondo as terras colectivas em hasta «pública», de facto, privada para os agrários e os seus locais.

A miséria, a fome, o desemprego são de novo levados, como no passado, na ponta das balonetes da GNR, por ordem de um Governo protector dos latifundiários, aos martirizados campos do Alentejo e do Ribatejo.

O Governo «AD/Balsemão/Freitas desliza acelerado para as práticas fascizantes, legais e repressivas. Sacudir com ele da esfera do Poder é uma exigência de saneamento político e de restabelecimento da legalidade democrática.

Neste quadro se inscreve a batalha pela defesa da Constituição, de que um dos episódios de maior repercussão no País foi sem dúvida o debate televisivo de terça-feira à noite entre os dirigentes máximos dos quatro principais partidos com assento parlamentar.

O debate na TV, presenciado por milhões de portu-

ses, foi limitado às questões da revisão constitucional por intimação dos dois chefes da «AD» que são também, respectivamente, Primeiro-Ministro e vice-Primeiro-Ministro, quando antes se acordara, pelo menos com os dirigentes do PCP e do PS, que deveria incidir sobre a situação política geral.

O debate permitiu, contudo, definir posições, conhecer o que está realmente em causa, avaliar a natureza e o estado actual dos chamados «consensos» sobre a revisão da Constituição.

Justamente, Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do PCP, destacou o facto significativo de os interlocutores da «AD» terem incidido logo de início as suas atenções apenas sobre o capítulo do poder político, designadamente dos poderes do PR e a competência das chefias militares, deixando em silêncio o capítulo das disposições económicas da Constituição e nomeadamente as respeitantes às Nacionalizações, à Reforma Agrária, aos direitos dos trabalhadores.

Um capítulo interessante do debate televisivo foi o que incidiu sobre os chamados «consensos» entre o PS e a «AD» e a clara posição do Partido Comunista Português na revisão constitucional.

Viu-se concretamente o Primeiro-Ministro atacar a quebra ou a alteração dos compromissos assumidos pelo PS no seio da Comissão Parlamentar da revisão constitucional com a «AD» e Mário Soares retomar alguns desses perigosos compromissos perante milhares de portugueses e responder de maneira ambigua a outras acusações feitas acerca das negociações em curso do PS com a «AD».

Álvaro Cunhal trouxe para o debate o perigo de serem transferidas para o Governo «AD» as competências das nomeações militares, mostrou como isso era parte integrante nos planos subversivos da direita contra a democracia; denunciou as tentativas de instrumentalização, manipulação e governamentalização das Forças Armadas pela «AD», e desenvolveu, a propósito da fuga dos dois dirigentes da coligação governante ao debate sobre as disposições económicas da Constituição, alguns aspectos actuais e as perspectivas ruins da política de desastre nacional prosseguida pelo Governo «AD/Balsemão/Freitas».

Não ficaram suficientemente claras posições de Mário Soares que importava serem esclarecidas, em especial depois da sua reunião à porta fechada com os industriais do Norte no último fim-de-semana.

Principalmente Mário Soares nada esclareceu sobre o que conuiu das garantias que se diz ter dado aos representantes do patronato com quem se encontrou no Porto acerca dos seus propósitos, de rever a ceterada e Inconstitucional lei dos limites dos sectores no caso do PS voltar a exercer funções governativas.

O debate iluminou a justeza das teses do PCP acerca da necessidade e urgência da demissão do Governo «AD/Balsemão/Freitas do Amaral, da dissolução da Assembleia da República, da formação de um Governo de gestão democraticamente idóneo e da convocação de eleições antecipadas.

Tudo mostra que o actual Governo representa uma ameaça directa e grave para as condições de vida do Povo português, para o regime democrático, para a independência nacional.

Tudo mostra que as condições para demitir o Governo e afastar a «AD» da área do Poder estão amplamente preenchidas.

Um conjunto de factores abertamente favoráveis a uma viragem de governo e de política e uma alternativa democrática existem, os mecanismos constitucionais em vigor permitem fazê-lo no quadro das instituições.

Porque a iniciativa de pôr fim ao apodrecido reinado da «AD» não é tomada?

Que pressões ou interesses estão por detrás do não acaçãoamento dos mecanismos constitucionais para a demissão do Governo?

Tais questões exigem ponderação urgente sob pena de graves consequências para o regime democrático, para a estabilidade das instituições, para a solução da crise actual na linha de interesses do povo e do País.

**O debate na RTP**

**O que se viu e o que se não viu**

**revelam o fiasco da política «AD»**

As duas horas de debate entre os principais dirigentes dos quatro maiores partidos portugueses que se realizou na terça-feira na RTP proporcionou uma imensa série de factos e elementos que interessa analisar. Mas factos tão ou mais significativos se passaram durante aqueles trinta minutos de passeios pelo Gaudiana e contemplação de colchas de Castelo Branco que — para surpresa de toda a gente — atrasaram a emissão...

Que se passou afinal? Porque se atrasou a emissão?

Há que começar pelo princípio. Conforme a imprensa noticiara, a RTP dirigira aos secretários-gerais do PCP e PS e aos presidentes do PSD e CDS um convite para um debate conjunto transmitido em directo dos estúdios. Tema: naturalmente, a situação política do País. A hora

À VENDA

QUANDO O HOMEM DÁ O MELHOR DE SI PRÓPRIO

**Sem tréguas**

Giovanni Pesce

A história empolgante e comovente da resistência ao ocupante nazi no Norte de Itália.

Contada por um resistente da primeira hora — um comunista combatente que evoca também episódios dramáticos da guerra de Espanha.

Um livro de grande riqueza humana, de um profundo sentido político e literariamente perfeito.

edições Avante!

Colecção "RESISTÊNCIA"

do PS defendem que, seja como for, é evidente que há muito mais interesse num debate sobre a situação geral e que não vêm qualquer objecção a que a diferença dos convites seja ultrapassada.

Aqui, surge a espantosa objecção de Balsemão e Freitas do Amaral de que "não vinham preparados para um debate desse género".

Que os secretários-gerais do PCP e do PS podiam ter levado dados estatísticos, elementos, para um debate sobre a situação económica, e eles, os governantes, não tinham ali nada!!!!

Natural admiração de Álvaro Cunhal: então o Primeiro-Ministro e o vice-primeiro-ministro em exercício não estão em condições, em qualquer altura, de debater os principais problemas do País?

Mas se os dados escritos eram o problema, pois que ficassem todos os documentos de parte e se realizasse o debate com o que cada um tivesse a expor, a defender, a criticar.

Nova recusa de Balsemão e Freitas. O debate deveria ser exclusivamente sobre a revisão constitucional e nenhum dos intervenientes poderia ultrapassar os estritos limites desse tema. Álvaro Cunhal e Mário Soares, naturalmente, recusam: a "AD" já pretendia não apenas limitar as perguntas a serem dirigidas aos intervenientes no debate, como mesmo as próprias respostas que estes dessem!

Os minutos vão passando, e acaba por se chegar a uma plataforma: o tema central será a revisão constitucional, no contexto da situação política nacional.

E interrompe-se finalmente o filme sobre desenhos de Stuart Carvalhais e dá-se início ao programa!

verno. A "AD" não está preparada para discutir a sua governação — nem governa: destrói, governa-se, conspira.

**Revisão constitucional e perigos para o regime**

E valha a verdade que o debate que afinal se realizou permitiu avaliar que, embora — como salientou o secretário-geral do PCP — o projecto "AD" de destruição total da Constituição e do regime esteja hoje gravemente comprometido, a revisão pode ainda levantar sérias ameaças ao regime e à democracia.

Balsemão e Freitas do Amaral foram para o debate claramente decididos a arrancarem do secretário-geral do Partido Socialista o máximo de compromissos públicos relativamente a pontos essenciais da revisão, nomeadamente no que se refere à organização do poder político. E apesar da aridez do tema, a todo se tornou claro que questões essenciais como a nomeação das chefias militares, os poderes civis do Presidente da República (nomeadamente no que se refere às suas relações com o Governo) não encontraram por parte de Mário Soares respostas que assegurem a salvaguarda do regime democrático.

Balsemão e Freitas não esconderam o seu gozo ao ouvir Mário Soares produzir afirmações de fidelidade aos acordos que os dirigentes "AD" afirmaram claramente existirem.

As rebuscadas exposições do presidente do CDS ou as atabalhoadas intervenções do Primeiro-Ministro não conseguiram iludir a questão essencial: quando a "AD" afirma querer "desideologizar" a Constituição, não se trata de fazer essa coisa impossível que seria uma Constituição sem ideias

— trata-se simplesmente de substituir umas ideias por outras. E seria ainda Álvaro Cunhal que chamaria as coisas pelos nomes: retirar o conteúdo socialista à Constituição significa linearmente introduzir-lhe um conteúdo capitalista.

E embora o PS tenha defendido algumas posições de princípio sobre a questão, o próprio Mário Soares deu conta, ao expor diligentemente como o PS defende aqui, mas cede ali e emenda acolá no capítulo económico, que igualmente subsistem perigos. E foi preocupante a ligeireza com que, por exemplo, Mário Soares anunciou que o PS poderia alterar a sua posição quanto à lei de delimitação dos sectores público e privado que recusou quando apresentada anteriormente pela "AD".

Os reais problemas do povo e do País

Entretanto, não foi por vontade dos partidos da oposição que o povo português não pôde na passada terça-feira ser informado sobre a política e a crise que dolorosamente paga quotidianamente.

Mais uma vez, foi quase um acto de censura que aqui revelou fulgurantemente quem e porquê tem medo da verdade e de dizer a verdade ao povo. Há silêncios que gritam. E a "não preparação" de Balsemão e Freitas grita, alto e bom som, o fracasso, a impopularidade, a incompetência e o desespero da "AD" e do seu Governo.

Novo debate impõe-se. O povo tem o direito de saber. E, entretanto, constata-se que há mais um motivo para correr com este Governo de política antipovo e antinacional.

Os seus responsáveis — "não estão preparados".

**Avante!**

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

DIRECCÃO E REDACÇÃO: Rua Seixal Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2-1000 Lisboa. Tel. 779628/779625/769751.

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 57B — 4000 Porto. Tel. 693908.

Delegação do Sul: Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13-7000 Évora. Tel. 26361.

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Norte: R. São João de Deus, 24 — Venda Nova-2700 Amadora. Tel. 930044.

Composto e impresso na Heka Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova-2700 Amadora.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2-1000 Lisboa. Tel. 779628.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63 A — 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750 — Porto — Rua do Almada, 18-2-1000 Porto. Tel. 391067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova-2700 Amadora. Tel. 930044.

Tiragem média do mês de Março 54 625

**PCP**

# Visita de A. Cunhal à Polónia

## • Comunicado conjunto

A convite do Primeiro Secretário do Comité Central do Partido Operário Unificado Polaco, General Wojciech Jaruzelski, o Secretário-Geral do Partido Comunista Português, Álvaro Cunhal efectuou uma visita à Polónia entre os dias 5 e 9 de Abril de 1982.

Durante a sua estadia, Álvaro Cunhal realizou encontros com o Primeiro Secretário do CC do POUW Wojciech Jaruzelski, assim como conversações no Comité Central do POUW, nas quais tomaram parte os membros do Bureau Político e Secretários do CC: Kazimierz Barcikowski, Jozef Czyrek, Mirosław Milewski e Stefan Olszowski.

Álvaro Cunhal foi também convidado das organizações regionais do partido de Lodz e de Varsóvia e encontrou-se com os primeiros secretários de província Tadeusz Czechowicz, membro do Bureau Político do CC e Stanisław Kocielek. Visitou a fábrica têxtil «Felix Dzierzyski» em Lodz e a fábrica de lâmpadas eléctricas «Rosa Luxemburgo» em Varsóvia, realizando encontros com trabalhadores e tomando conhecimento das actividades das organizações do partido desses grandes centros industriais.

Álvaro Cunhal conversou ainda com o Vice-Primeiro-Ministro Mieczysław Rakowski, com um grupo de deputados na Dieta assim como com a direcção e os trabalhadores científicos do Instituto dos Problemas Fundamentais de Marxismo-Leninismo do CC do POUW.

Durante os encontros e as conversações, que se efectuaram numa atmosfera de total franqueza, compreensão mútua e amizade, foram discutidos problemas relativos às actividades do POUW e do PCP, às perspectivas de desenvolvimento da situação em ambos os partidos e países assim como à actual situação

internacional e à cooperação entre o POUW e o PCP.

Álvaro Cunhal informou acerca da actual situação política, social e económica em Portugal, e da luta dos comunistas, da classe operária e das massas populares, em defesa das grandes conquistas da Revolução de Abril e do regime democrático. Sublinhou os esforços do PCP para alargar e reforçar a unidade dos trabalhadores e de todos os democratas e patriotas portugueses.

Wojciech Jaruzelski informou sobre a situação socio-política na Polónia e as acções para a sua estabilização. Continuando a linha do IX Congresso do POUW fortaleceu os laços com a classe operária e todo o povo, isto é confirmado pelas resoluções da VII Sessão Plenária do CC do POUW, que tendem a fortalecer a unidade do partido baseado nos princípios do marxismo-leninismo e o seu papel dirigente no processo de construção do socialismo e de realização de um programa para sair da crise.

Álvaro Cunhal informou acerca da atitude de compreensão e de solidariedade dos comunistas portugueses para com as medidas tomadas pelo POUW, visando impedir os perigos da contra-revolução e fortalecer o socialismo.

O Primeiro Secretário do CC do POUW transmitiu palavras de consideração, respeito e apoio dos comunistas polacos para com a luta consequente do Partido Comunista Português na defesa do regime democrático e das conquistas progressistas dos trabalhadores, principalmente da reforma agrária e das nacionalizações.

Os dois partidos consideram que a crescente tensão internacional, provocada pela política aventureirista dos Estados Unidos, constitui uma séria ameaça para a paz e a segurança internacional. Os círculos mili-

tar-industriais dos Estados Unidos e da OTAN tentam, pelo caminho da corrida aos armamentos, mudar a seu favor o actual equilíbrio de forças. As decisões sobre a instalação de novas armas nucleares e de mísseis de médio alcance na Europa Ocidental, são incompatíveis com os interesses dos povos da Europa e do mundo. O POUW e o PCP condenam firmemente a ingerência dos EUA e de outros países da OTAN nos assuntos internos da Polónia, contrária às normas de direito internacionalmente aceites e à Carta das Nações Unidas, e à Acta Final da Conferência de Helsínquia.

O POUW e o PCP pronunciam-se consequentemente contra o confronto, o aumento da tensão e a corrida aos armamentos, e pela continuação da política de desanuviamento, de cooperação e de paz.

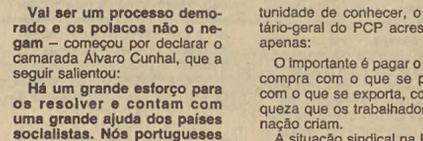
Ambos os partidos verificam que, nas condições do mundo contemporâneo, existe uma correlação estreita entre a luta pela coexistência pacífica de Estados com diferentes sistemas sociais e a luta pelos interesses vitais da classe operária e das massas populares, pela democracia, a independência nacional e o progresso social em cada país.

Os dois partidos continuarão a contribuir para o fortalecimento desta unidade, respeitando plenamente ao mesmo tempo a autonomia e a independência de cada partido.

Expressando satisfação pelas relações entre o POUW e o PCP, os dois partidos acordaram o alargamento e o reforço da cooperação em vários domínios, o que corresponde aos interesses dos dois partidos e constitui uma contribuição para a unidade do movimento comunista e operário internacional.



Na fábrica de lâmpadas eléctricas, «Rosa Luxemburgo», em Varsóvia, que visitou, o camarada Álvaro Cunhal teve informações sobre os processos de produção. Naquela unidade fabril, assim como noutras que visitou, o secretário-geral do PCP teve encontros com os trabalhadores e tomou conhecimento das actividades das organizações do Partido nessas locais



Uma visita à praça central de Varsóvia antiga, que no verão se transforma numa enorme esplanada

# Declarações aos jornalistas

Comentando, perante os representantes dos órgãos de informação que o aguardavam no aeroporto, no sábado passado, a sua visita oficial à República Popular da Polónia.

O secretário-geral do PCP, começaria por salientar as conversações que manteve, tanto com o principal dirigente do partido irmão, o secretário-geral e primeiro-ministro Jaruzelski, como com outros dirigentes do POUW.

Conversações muito demoradas, como frisou e que permitiram uma melhor avaliação da situação na Polónia a ser transmitida posteriormente ao Partido.

Recebido no aeroporto pelo camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central e pelo embaixador da Polónia em Lisboa o camarada Álvaro Cunhal sublinhou, face a algumas perguntas que lhe foram colocadas, que da sua visita à Polónia resultam duas conclusões: a primeira, que em 1981 desenvolveu-se de facto um processo contra-revolucionário que poderia ter cul-

minado com uma tentativa violenta de assalto ao poder. A segunda, de que as medidas tomadas em 13 de Dezembro estancaram este processo e contribuíram para a estabilização da situação na Polónia e para a paz.

Mais adiante e depois de ter destacado que nas conversações realizadas foi manifesto o interesse recíproco em se reforçarem as relações entre os dois partidos, o camarada Álvaro Cunhal acrescentaria, respondendo a uma pergunta que lhe foi feita nesse sentido, que talvez seja precipitado fazer especulações sobre o prolongamento ou não do estado de emergência.

Ainda sobre este assunto esclarificaria que o que se verifica na Polónia é uma situação de emergência, tomada pelos órgãos de poder no quadro da Constituição polaca.

Mas, acentuou, a situação que ali se vive é uma situação calma. Viria a seguir, na cadência das perguntas, a questão económica do país visitado e a sua resolução.

Val ser um processo demorado e os polacos não o negam — começou por declarar o camarada Álvaro Cunhal, que a seguir salientou:

Há um grande esforço para os resolver e contam com uma grande ajuda dos países socialistas. Nós portugueses estamos pior — acrescentou.

Perante esta afirmação um dos jornalistas presentes exclamou:

Nós ainda temos o ouro! O ouro já não dá! — frisou o camarada Álvaro Cunhal, que a seguir explicou detalhadamente porque razão o ouro existente já não chega para pagar a dívida externa e os elevados juros.

Insistindo sobre o assunto o jornalista inquiriu da opinião do secretário-geral do PCP sobre afirmações recentes do ministro das Finanças, João Salgueiro de que o ouro em reserva no Banco de Portugal deveria ter sido vendido num período recente em que a cotação era elevada.

Preferindo não se pronunciar sobre declarações de membros do Governo que não tivera oportu-

idade de conhecer, o secretário-geral do PCP acrescentou apenas:

O importante é pagar o que se compra com o que se produz, com o que se exporta, com a riqueza que os trabalhadores e a nação criam.

A situação sindical na Polónia foi outro dos temas abordados, respondendo o secretário-geral do PCP que é uma questão que está em estudo, nada está resolvido.

A imagem real da Polónia e a sua correspondência com as reportagens que a televisão transmite foi a última pergunta aforada, nomeadamente no que à presença militar nas ruas diz respeito. Sobre isto Álvaro Cunhal afirmou:

Já tinha visto tantos tanques na TV que quando cheguei a Varsóvia fiquei admirado de não ver nenhum tanque. De longe em longe vi uma patrulha militar. A situação que ali se nos depara é uma situação que não corresponde em nada à imagem alarmista que a televisão mostra.

Cunhal no aeroporto, à chegada de Varsóvia, se tornaram tristes exemplos de falta de objectividade — para utilizar termos moderados.

O «Correio da Manhã» não hesita em titular que «Cunhal apoia plenamente a ditadura militar polaca»: sucede que no texto da notícia não há nem a palavra «plenamente» que surge entre aspas no título, nem a palavra o «apoio». Isto quando esta palavra não consta de nenhum documento do PCP (nem anterior, nem posterior à visita) e o comunicado conjunto cita claramente «a atitude de compreensão e solidariedade dos comunistas portugueses para com as medidas tomadas pelo POUW».

Outros jornais, em vez de irem buscar as informações a fonte mais autorizada — o próprio secretário geral do PCP — preferem recorrer a um telex da ANOP que, entre outros dislates troca a afirmação de Álvaro Cunhal em Varsóvia sobre uma manifestação de 100 000 pessoas em Lisboa a favor da paz na afirmação (novamente entre aspas...) sobre o movimento pacifista no seu país «onde conta com mais de cem mil membros», só em Lisboa.

Finalmente, a afirmação produzida à chegada ao aeroporto (e que pode ser confirmada por qualquer gravação) em que Álvaro Cunhal afirmou não ter visto em Varsóvia nenhum tanque, mas apenas um ou outra patrulha, foi transformada para que teriam sido vistos... dois tanques!

É evidente que pode parecer precioso discutir se se viram dois tanques ou duas patrulhas — mas a prova de que o não é tão irrelevante foi o cuidado posto por quantos gliosaram a questão da forma mais obtusa — e falsa.

Pobre objectividade! E, fundamentalmente, que belo exemplo da atenção que efectivamente dedicam aos graves problemas do povo polaco todos aqueles que, para produzir as suas afirmações, requerem sistematicamente a mentira e sistematicamente fogem da verdade.

## Assembleia da República

# A «AD» já nem na Assembleia é maioria que preste

Foi de novo a revisão constitucional o que preocupou os deputados após as curtas férias da Páscoa. Os deputados da maioria não pareceram ter aproveitado a semana santa para ganharem alguma calma após a sessão de 2 de Abril, quando se irritaram com as palavras algo inesperadas do Partido Socialista que, através de António Amaut, anunciou ao hemiciclo que algumas esperanças da 'AD' em matéria de revisão não seriam facilitadas, que o PS considerava o essencial da Constituição como intocável e irreversível.

Pedidos de esclarecimento ficaram para esta primeira sessão, realizada depois da Páscoa, na terça-feira passada.

### Ameaças de ruptura

Quem terá levado pior o discurso do PS foram os «socialistas-democratas». Sousa Tavares, do PSD, foi o primeiro a pedir esclarecimentos a Amaut. Todos falaram em tom de verdadeiro discurso. Amaut foi acusado de não ter «uma visão democrática» da revisão constitucional. Argumentando que não se sabe afinal o que é o socialismo, Sousa Tavares disse que manter na Lei Fundamental a expressão «transição para o socialismo» queria dizer tanto como «transição para o cabo Espichel ou para o Cabo Raso».

De papel na mão, Fernando Condoso, também do PSD, acusou o PS de desrespeitar acordos. E ameaçou que, se o PS volta a ter uma atitude cortada, ou o PSD recusa-se a servir-lhe de muleta como em 1976; que o PS cede à 'AD' ou então o PSD aceitará apenas ficar-se pela extinção do CR. Fernando Condoso ameaçou ainda com a «descrença» da população no regime, com rupturas institucionais...

Beirão, do CDS, fez um discurso de serenidade, dando a entender que não perde a calma em situações graves. Lamentou no fundamental que o PS se tenha «desinsinerado» das suas primeiras posições no que toca à revisão e, a acabar, acusou os socialistas de pretender que o programa do PS mais o do PCP e o do MFA constituam a «figurar» na Constituição.

Finalmente, Borges de Carvalho, do PPM; que o PS fazia piruetas; que o PS abandonou a «ortodoxia democrática» e a tradição republicana.

A posição não era fácil para o

PS. Porque, embora os democratas se congratulem com a nova firmeza dos socialistas em alguns pontos da revisão constitucional, não deixam de perceber o desagrado que estas novas posições recolhiam na 'AD' que se surpreendeu com «as regras do jogo», como Amaut lhes chamou — o PS considera intocáveis a estrutura democrática da Constituição, a sua estrutura económica e a perspectiva para o socialismo. Mas, mesmo sem o dizerem, o que mais preocupa a 'AD' é o novo modo como o PS encara os poderes do Presidente da República. Embora a 'AD' ainda tenha, «de bandeja» a promessa do PS de retirar ao PR o poder de nomear as chefias militares.

### Uma concepção subversiva da revisão constitucional

O debate, afinal, previsto apenas para esclarecimentos sobre as intervenções de Amaut e de Manuel Pereira (PSD) de 2 de Abril passado, iria continuar e aprofundar-se, tendo mesmo o PCP retirado e adiado uma declaração política prevista para terça-feira passada. Lopes Cardoso, que se tinha também inscrito para de novo, certamente, abordar os temas relacionados com o comportamento do ministro Ângelo Correia, adiou do mesmo modo a sua intervenção, dado que o ministro, que prometera estar presente, não foi à AR, e a 'AD' não permitiu que fosse marcado uma data para que Ângelo Correia pudesse responder às questões de Lopes Cardoso.

António Amaut teve oportunidade de prestar esclarecimentos aos seus interlocutores. No fim de contas limitou-se a sublinhar o que anteriormente dissera, já que nenhuma verdadeira pergunta lhe fora dirigida. E al-

gumas afirmações que fez são dignas de registos: apelidando de ingéniosos os deputados da 'AD', o deputado socialista avisou-os de que o consenso sobre a Constituição tem de ser feito com os que estão com o 25 de Abril e avisou também que o PS não pactuara com os adversários de Abril.

O que apavora a 'AD' é a certeza que agora tem de que as nacionalizações sejam intocáveis, porque a 'AD' e a direita querem entregá-las, e à banca, aos grandes monopolistas, acusou António Amaut que, depois, tocou com o dedo na ferida: «Como a 'AD' não conseguiu o referendo para destruir a Constituição, então procurou a continência do PS».

«Os três deputados», disse ainda virado para as bancadas da direita, «têm uma concepção subversiva da revisão constitucional».

A 'AD' respondeu aos gritos e às parhadas nas mesas.

### Paralisia 'AD'

Seguiram-se depois pedidos de esclarecimento a Manuel Pereira, do PSD. Nunes de Almeida, do PS, lembrou que o anterior projecto de revisão de Sá Carneiro era, ele sim, um projecto ultrapresidencialista em contraste com o posterior. Jorge Miranda, da ASDI, mostrou-se assustado com o «tom radicalista» do debate, antes mesmo de ter subido a plenário a revisão propriamente dita. «Haja compreensão», foi a sua mensagem.

José Manuel Mendes, do PCP, perguntou se Manuel Pereira subscrisse as graves palavras de Freitas do Amaral no colóquio da Gulbenkian sobre a revisão. Manuel Pereira responderia que a matéria em debate não era aquela e se dispensava de comentar afirmações de «elementos eventualmente cotoados com a 'AD'».

Que a 'AD' não se entende lá por dentro já toda a gente sabe. Mas eis que uma prova mais foi dada publicamente. A seguir à votação na generalidade da ratificação do decreto sobre a cortiça — em que a 'AD' ganhou por escassos votos, começou, finalmente a apreciação do projecto de lei sobre a amnistia às in-

fracções disciplinares praticadas nos meios de Comunicação Social.

Discursos pouco polémicos foram proferidos, seguindo-se no uso da palavra Saigado Zehna, do PS, Vilhena de Carvalho, da ASDI e Jorge Lemos do PCP. Este último lembrou o protelamento da votação do projecto que fora subscrito por deputados de todos os partidos. «Se alguém se arrependeu diga claramente por quê!», desafiou o deputado comunista. Havia razão para isso.

Sousa Tavares, emburrado em vagas razões de jurista adiantou que o PSD rejeitava o diploma: «Trata-se de instaurar a desordem generalizada», desculpou-se.

Entretanto os deputados da maioria que tinham assinado o projecto ou não tinham aparecido no hemiciclo ou começavam a sair. Menos Natália Correia a sair, ao que se dizia, se preparava para fazer uma saída espectacular. Faltavam 3 minutos para a hora regimental de encerrar os trabalhos quando o CDS pede uma interrupção de 30 minutos... A manobra já não é nova e a 'AD' espera assim não voltar airoosamente um projecto incómodo. Proença de Carvalho não perdouria que ele fosse aprovado e, contando os deputados, a 'AD' estava a perder, mesmo não contando que o PPM — como se esperava — viesse a votar favoravelmente.

«Pode concluir-se que a AR está paralisada pela maioria», disse Carlos Brito. «A partir deste momento pode perguntar-se se existe efectivamente uma maioria na AR. Não é a primeira vez que a maioria se encontra sem 'maioria para votar' sublinhando ainda o dirigente comunista que disse ter os órgãos de soberania de tirar disso as respectivas conclusões.

Depois de um longo debate processual em que sobejaram as pequenas manobras da 'AD', semeado de interrupções pedidas pelo CDS, a direita falhou a comparsinha. faltava o quorum para votar. A 'AD' provava que já não é maioria que preste, nem para votos. Nota curiosa: na eleição dos representantes do PSD e do CDS para o parlamento europeu, o membro do PSD não conseguiu ser eleito...

# Deputado comunista em contacto directo com a realidade algarvia

Carlos Brito, na sua qualidade de deputado eleito pelo distrito de Faro, visitou recentemente os concelhos de Vila do Bispo e Algezur, procurando, através da observação directa e do contacto estreito com a população, informar-se dos problemas que os afligem, bem como das carências várias com que se defrontam.

Em Vila do Bispo, Carlos Brito visitou as obras do porto de Sagres, onde, em contacto com pescadores, lhe foram colocadas as insuficiências do porto, cujas obras se encontram já perto da conclusão da primeira fase.

Os pescadores consideram que o molhe foi construído de forma deficiente e os locais de atracagem apresentam dificuldades de acesso que prejudicam seriamente os pescadores na sua faina.

Se tais observações tivessem sido acolhidas logo no início, tal como sempre se reivindicou, estas importantes obras poderiam hoje servir melhor os pescadores e todos aqueles cuja vida se encontra ligada ao mar.

Outro importante problema levantado foi o da localização da lota, que todos consideram deslocada: encontra-se distante dos locais de atracação dos barcos de pesca.

Ainda em Vila do Bispo, Carlos Brito visitou a cooperativa de habitação «Liberdade de Sagres», integrada por

mais de 80 fogos, cuja construção apresenta graves deficiências deixando no ar interrogações sérias acerca da seriedade da execução da obra.

Com pouco mais de um ano, as casas metem água, os cífes não existem, o que inviabiliza a utilização das bancas da cozinha, as paredes estão a esboroar-se por que lhes falta o cimento, as rendas de 3100 escudos/mês são consideradas demasiado altas para uma Cooperativa. Existem, pois, dúvidas sobre a seriedade com que este processo foi dirigido, interrogação tanto mais importante quanto se sabe que o presidente da cooperativa é a controversa figura do presidente da Câmara de Vila do Bispo.

Por último, foram ainda levantados pela população problemas graves relacionados com o Ensino. Em Vila do Bispo não existe Ensino Secundário, o que faz com que os alunos tenham que ir para Lagos, onde passam largas horas do dia aguardando transporte de volta a Vila do Bispo.

As preocupações são tanto mais justificadas quanto se sabe dos altos índices de consumo de droga que atinge a juventude, produto de redes que certamente se especializaram a tirar partido destas insuficiências.

Em Algezur, o dirigente comunista, para além de um encontro com a vereação da Câmara Municipal do concelho, visitou Arrifana, teve um encontro com agricultores, e finalmente visitou a freguesia de Odeceixe, cuja administração é realizada por homens eleitos pela APU, terminando esta visita com uma sessão de esclarecimento à qual assistiram mais de duas centenas de pessoas, que encheram por completo o salão da Junta.

Algezur debate-se com problemas idênticos aos de Vila do Bispo, em relação ao Ensino. Também aqui não existe nenhum estabelecimento nem Preparatório, nem Secundário, o que para além das grandes despesas de transportes que origina, suportadas pelos pais dos alunos, cria preocupações enormes pelo elevado tempo, fora do seu meio, a que os alunos são obrigados, agravado com os perigos reais a que estes ficam sujeitos.

Em Arrifana, Carlos Brito registou os protestos dos pescadores pela falta de um local de atracação, obra de pequenos custos que se fosse realizada aumentaria o valor da pesca e diminuiria seriamente os riscos enormes a que os pescadores estão constantemente sujeitos.

No encontro com os agricultores foram-lhe colocados problemas em relação à comercialização dos seus produtos, aos altos custos dos factores de produção e à ausência de uma pequena obra, há muito reclamada, que lhes permitia tirar partido da água da barragem de Santa Clara de Odemira.

Tais problemas afectam extraordinariamente uma população que vive ainda em grande parte da agricultura, onde, pelas carências vividas, se assiste igualmente a um preocupante abandono. Se tal situação não se modificar, o futuro da agricultura fica hipotecado.

Carlos Brito salientou que o PCP não é governo. Se o fosse, muitos dos problemas estariam solucionados. Todavia, aproveitaria esta frutuosa visita para, perante a Assembleia da República questionar o Governo sobre todos os problemas e preocupações que lhe foram colocados.

# O conhecimento da realidade e a objectividade

A visita do secretário-geral do PCP à Polónia na passada semana, os contactos e reuniões efectuadas nas duas principais cidades polacas (Varsóvia e Lodz) com altos responsáveis do país — nomeadamente o general Wojciech Jaruzelski — de que dão conta o comunicado conjunto, proporcionaram ao Partido Comunista Português a possibilidade de ajuizar, com fundamento e na base de um conhecimento directo e próprio, a realidade da situação na Polónia.

De uma primeira análise à luz dos dados desta visita, duas primeiras conclusões essenciais podem desde já ser retratadas. Em primeiro lugar, o PCP viu confirmada a justeza das suas ideias e posições sobre a crise que atravessa a Polónia — e que haviam sido expressas antes da intervenção das Forças Armadas polacas em 13 de Dezembro, nomeadamente no que se refere aos perigos reais que a acção de forças de direita cravam à manutenção do Estado socialista.

Em segundo lugar, torna-se claro que a declaração do estado de emergência e o conjunto de medidas a ele ligado permitiram estacar o processo contra-revolucionário que se encontrava em muito adiantada fase de execução e que, a concretizar-se, implicaria a Polónia num conflito interno de gravíssimas implicações não apenas para o povo polaco como também para a paz e segurança mundiais.

O rigor mais uma vez assumido pelo PCP na definição dos seus pontos de vista quanto a um problema tão grave como o da Polónia tem defrontado desde início a habitual como o da Polónia tem defrontado desde início a habitual campanha de silêncio, manipulação, para quem a verdade é força e dos órgãos de informação em alguns órgãos de imprensa bem incómoda. Os reflexos do secretário-geral do PCP não pensa portuguesa da visita do secretário-geral do PCP não fugiram à berraria especulativa e mentirosa, mas há que convir que o tratamento dado às declarações de Álvaro

# Deputado do PCP visita concelho da Figueira da Foz

O camarada João Abrantes, deputado por Coimbra, visitou no passado dia 12 do corrente o concelho da Figueira da Foz, acompanhado por um membro da Comissão Distrital de Coimbra do PCP.

O programa da visita começou às 9 horas da manhã, com uma reunião entre o deputado comunista e os trabalhadores da Avigado, que não recebem salários há dois meses, devendo-lhes a empresa ainda os retroactivos de 79 e o subsídio de férias de 81. A empresa encontra-se parada há dois meses por falta de matéria-prima que a administração não adquiriu e assiste-se a um delapidado do património, com a venda de uma unidade de produção em Santarém. Os trabalhadores têm-se oposto vigorosamente à destruição da empresa e lutam pela manutenção dos seus postos de trabalho.

O deputado do PCP visitou

depois a vidreira de Fontela, empresa também em situação económica grave, onde os 650 trabalhadores não recebem há três meses. Trabalhadores da Serigrafia, sobre os quais também paira a ameaça de desemprego contactaram o deputado.

Durante a tarde, o camarada manteve contactos com agricultores produtores de ervilha da zona do Bom Sucesso, aos quais a Geal deve mais de 22 mil contos; a empresa, declarada em falência desde Agosto passado, foi alvo de requerimento do Governo elaborado pelo deputado comunista na AR, no dia 18 de Março, tendo o camarada dado conhecimento do seu conteúdo aos agricultores.

João Abrantes foi ainda recebido pela Comissão Instaladora do Hospital de Rovisco Pais, na Tocha, estabelecimento que está a trabalhar apenas a 10 por cento, assistindo apenas 120

doentes dos 1200 que poderia assistir. O deputado voltou depois à Figueira da Foz onde reuniu com camaradas da célula do Hospital. Da reunião resultou a elaboração de um requerimento do deputado do PCP apresentando sobre os problemas do Hospital e dos seus trabalhadores.

# Visitas no distrito do Porto

Os deputados comunistas eleitos pelo círculo do Porto prosseguirão no próximo fim-de-semana a série de contactos e visitas que têm vindo a realizar no distrito.

O programa continua deste modo:

No dia 17, às 10 horas, visita aos Carvalhos, em Vila Nova de Gaia; às 15 e 30, visita a Mualde, em São Mamede;

No dia 18, às 10 horas, visitas a Custóias, Matosinhos; ao Hospital Marítimo de Vila Nova de Gaia e à Lavra, em Angeiras; às 11 e 30, visita ao Lugar das Ilhas, em Vila Nova de Gaia.

No dia 19, às 10 horas, visita à Escarpa da Serra.

**Nacional**

# Se um secretário de Estado incomoda certa gente... o melhor é demiti-lo!

## • Andam altos interesses em jogo nos negócios da importação de peixe congelado e não só

Para os mais maldoços, a demissão do secretário de Estado das Pescas, Gonçalves Viana, resultou deste ter escorregado numa alga.

Alga que alguns pensam ser o recente acordo de pescas (não promulgado) com a Espanha, que para outros não é mais do que os grandes interesses dos "tubarões" do peixe congelado e que para terceiros se prende com estas duas coisas mais a tentativa de privatizar o sector, ou melhor, desmantelar por completo a parte que se encontrava nacionalizada.

É pois, esta demissão, uma equação, pelo menos a três incógnitas. Mas algumas outras poderão surgir pelo caminho. Nomeadamente, quando o Governo "AD" cair — nessa altura descobrir-se-á então a amplitude das negociações que estavam a ser preparadas ou que já rendem bons lucros. Como sempre, vai-se constatar que tanto a classe piscatória como o público consumidor foram os únicos que nada beneficiaram, antes pelo contrário.

Vale a pena fazer uma recolha de alguns dos muitos depoimentos que o secretário de Estado das Pescas prestou a diferentes órgãos de comunicação social.

Declarações ao semanário "O País":

Considerando que a pasta que superintendia (a das Pescas) não fora considerada prioritária, esclarecia:

... posso citar o acordo com a Guiné, que ficou no tinteiro, os atrasos na decisão da SNAPA e na reestruturação do sector nacionalizado, a importação de grandes quantidades de peixe congelado contra a opinião da Secretaria de Estado das Pescas (importação a que me opus sempre mas sem êxito...), a eliminação de apelos ao Investimento (PIDDAC), as negociações com Angola e Moçambique que ignoraram os problemas das pescas... E muito, muito mais!

Ainda sobre a importação de peixe diria mais adiante:

... Como disse opus-me sem êxito à importação, nos últimos meses, de grandes quantidades de peixe congelado. Acontece que essa importação causou centenas de milhares de contos de prejuízo aos armadores. E isto sem que os consumidores tenham sido beneficiados, talvez pelo contrário.

(...)

Quando o Governo português põe em dúvida a validade do acordo por mim assinado, os espanhóis dizem: se esse não é válido, então está o outro em vigor...

Trata-se do acordo assinado no tempo do Governo Mota Pinto/PPD. E sobre este acordo Viana Baptista acrescenta:

... Esse acordo é-nos, porém, particularmente desastroso.

E mais adiante refere Gonçalves Viana:

Quer dizer, aquando da assinatura do acordo de pesca em 1979 (no Governo Mota Pinto/PPD), todos reclamavam, afirmando que ele era susceptível de lesar os interesses nacionais, particularmente no que se refere à preservação da espécie, agora, quando pela primeira vez conseguimos que os espanhóis assinassem uma cláusula que nos coloca ao abrigo dessa eventualidade, retém-se o acordo alegando uma razão que não representa mais do que um por cento das capturas nacionais.

E Gonçalves Viana prossegue:

Parce-me óbvio existir neste momento uma certa indiferença face ao sector pesqueiro em Portugal. Só assim se compreende, por exemplo, o corte de verbas de que fomos vítimas e que é reflexo de uma certa mentalidade mercantilista que, a curto prazo, conduziria Portugal à ruína, caso não venham a ser auxiliadas as actividades que, como a pesca, denotam potencialidades produtivas.

### Altos interesses em jogo

Nas declarações que prestou ao semanário "Tempo" de 1 de Abril e que foram o pretexto final para Balsemão demitir o secretário de Estado das Pescas:



tário de Estado das Pescas, Gonçalves Viana é claro quanto às razões da não promulgação do acordo de pescas com a Espanha ou mesmo no respeitante a uma possível revisão, opinião esta expressa por Balsemão em Lagos dias antes.

Dizia Gonçalves Viana: As razões fundamentais da não promulgação do acordo poderão residir nos dividendos que alguns venham eventualmente a colher dado que, sem o incremento da produção, Portugal continuará a importar pescado, negócio sempre rendível para bastante gente. Tenho a certeza que existem neste momento altos interesses em jogo.

Entretanto, nas declarações prestadas ao semanário "O Jornal", de 9 de Abril, Gonçalves Viana diria ainda:

... não aceito que se assinem acordos de pesca em que as Pescas não são tidas nem achadas, como foi o caso da semana passada, com a França.

### Levanta-se o véu?

Contudo, no "Diário de Notícias" de 4 de Abril, na notícia sobre a demissão do secretário de Estado das Pescas, uma ponta do véu é levantada. Nela se diz:

Por outro lado, Gonçalves

Viana tinha em preparação os necessários respaldos jurídicos para estabelecer novas fórmulas de comercialização do pescado entre a produção e o consumo, partindo do sector nacionalizado sob sua jurisdição, numa tentativa para encurtar os circuitos, através da eliminação das operações de lota e da acção dos intermediários. (...) Esse comportamento iria reduzir, consideravelmente, os preços do peixe, no consumidor. Influenciando por arrastamento, as áreas da inflação privada. E se associarmos a esse projecto, a constante reivindicação de Gonçalves Viana para sujeitar à Secretaria de Estado das Pescas as operações de comercialização efectuadas a juzante da lota, e a pretensão de controlar as licenças de importação de peixe congelado, poder-se-ão compreender melhor as pressões exercidas que levaram ao afastamento de Gonçalves Viana, tanto mais que este procurava através do diálogo com as estruturas empresariais e sindicais, traçar um efectivo plano de reestruturação das pescas, cujo anteprojecto fora divulgado há cerca de um mês...

Os intermediários não estavam pelos ajustes.

### Secretário na rua barcos leiloados?

Seis navios pesqueiros da SNAPA (Sociedade Nacional dos Armadores da Pesca do Arasto) que se encontram num porto sul-africano, estão a leilão desde segunda-feira passada.

Consideradas as melhores unidades da frota pesqueira da SNAPA poderão ser adquiridas por compradores nacionais ou estrangeiros.

O leilão foi a forma artificial que o Governo "AD" inventou para mais depressa proceder à extinção (já decidida) daquela empresa nacionalizada.

Na eventualidade da venda a compradores estrangeiros tal facto contribuirá para o reduzir da frota pesqueira nacional, ao mesmo tempo que lança no desemprego os cerca de 260 tripulantes que trabalhavam naquelas unidades de pesca.

O pretexto para o leilão foi a dívida que os barcos contraíram na África do Sul e perante a qual este país apressou as embarcações para sair da mesma. Contudo, a dívida, num valor aproximado de 140 mil contos, foi já paga. Mas pelos vistos a decisão do Governo mantém-se: o importante é desmantelar a frota nacionalizada, que no importar o peixe congelado é que está o ganho... para alguns.

# Fábrica de Louças de Sacavém

## Uma luta justa contra a corrupção e as ilegalidades

### • Actuação do MAI suscita repúdio

«Viva a justa luta dos trabalhadores — Monteiro Pereira Para a Rua» — diz, bem à vista de quem passa, em letras garrafais, a pichagem inscrita no prédio situado na curva da estrada nacional n.º 1, mesmo em frente do portão principal da Fábrica de Louças de Sacavém (FLS). Uma frase que sintetiza, os dois aspectos essenciais que caracterizam a situação e a disposição actual dos trabalhadores daquela empresa: por um lado, a determinação firme em prosseguir uma luta que não lhes deixa margem e dúvidas quanto à sua justeza e, por outro lado, o repúdio generalizado que suscita a protecção descarada do Governo aos intentos mais que escuros da administração que tem procurado boicotar o funcionamento da empresa e defraudar várias entidades credoras.

Mantendo o administrador Monteiro afastado da empresa tratase-se, pois, conforme foi decidido em plenário realizado no passado dia 29 de Março, de um propósito inabalável dos trabalhadores, única forma em seu entender de salvaguardar os 1200 postos de trabalho e a própria empresa.

Tal decisão foi uma vez mais reafirmada no plenário realizado na última segunda-feira, tendo os cerca de 700 trabalhadores presentes reiniciado a laboração, deixando no entanto o aviso de que paralisariam imediatamente caso se verificasse o regresso de Monteiro Pereira à empresa.

Mas quais as razões desta luta, cujo objectivo central se situa no afastamento de um homem que tem no seu nebuloso currículo uma passagem pela GNR com o posto de tenente e um cargo de administração no Empreesto Comercial da Datsun?

### Aplicar o pacote laboral

A resposta é simples e qualquer trabalhador da FLS a conhece bem: Monteiro Pereira é o principal responsável pelo endividamento da empresa em cerca de um milhão de contos e foi ele que contribuiu decisivamente para o clima de intimidação, perseguição e repressão que se abateu sobre os trabalhadores, violando abertamente as leis de trabalho em vigor. A este respeito dizia-nos uma trabalhadora que «nem no tempo do fascismo se viveu um clima de repressão como o que se viveu nos últimos oito meses e que chegou ao ponto de falar uma com as outras».

Mas não é apenas o carácter violentamente repressivo — eleva-se a 75 o número de processos disciplinares instaurados nos últimos três meses que definem esta figura (por certo o modelo de gestor da AD) que tenta aplicar zelosamente o pacote laboral do Governo mesmo antes de este ser aprovado na AR. Também a corrupção, a fraude e a sabotagem da empresa constituem a prática quotidiana dos seus actos e ajudam a definir-lhe melhor o perfil.

Vale a pena remontar um pouco atrás e explicar sucintamente o que se passou nestes últimos meses. Fácil se torna medir o alcance da manobra que se prepara para desmantelar a FLS e da corrupção em que está atolada a administração.

Através de um Diário da República, publicado em meados do ano passado os trabalhadores souberam da formação de uma empresa no Carregado — a SANICER — que até à data todos julgavam vir a ser uma unidade fabril filial da FLS, mas que só então se soube tratar-se afinal de uma empresa independente. Trata-se assim de uma firma de que a FLS é acionista, mas em posição minoritária e na qual também Monteiro Pereira tem interesses encontrando-se entre os subscritores do seu capital social.

Ora, a opinião geral, conforme nos declaramos dirigentes sindicais, é de que a SANICER, com tecnologia mais moderna, viria a tornar-se uma séria concorrente da FLS que assim se veria sem condições para competir dado que uma boa parte do seu equipamento se encontra ultrapassado por falta de investimentos.

Se acrescentarmos a esta situação a intenção da administração de transferir para o Carregado a linha de fabricação de sanitários da FLS, o sector mais rentável da empresa, daqui re-

cibos falsos que totalizam 1200 contos e de fraudes nas relações com o fisco que, conforme comunicado das estruturas dos trabalhadores recentemente distribuído «põem em perigo os legítimos direitos dos acionistas, colocando inclusive em risco a existência da própria sociedade e consequentemente o emprego dos seus 1200 trabalhadores, bem como os elevadíssimos créditos de terceiros, nos quais sobressai a dívida de mais de 200 mil contos ao sector público estatal».

Em face da evidência dos factos, os trabalhadores e as suas estruturas têm envidado todos os esforços no sentido de estabelecer uma ponte de diálogo com os restantes elementos da administração dois indivíduos de nacionalidade inglesa, sem que no entanto, e até ao momento, tenham conseguido qualquer resultado.

### O papel do Governo

Por outro lado, é de repúdio o sentimento existente nos trabalhadores pela presença da GNR na empresa, presença essa que é considerada por todos como uma prova exemplar de como o Governo é conivente e a situação e está de uma forma ou outra envolvida nesta acção ilegal e inconstitucional.

A atestar isso mesmo está uma circular do Ministério da Administração Interna, assinada por Ângelo Correia dirigida à força da GNR que no passado dia 7 ocupou com o seu aparato repressivo as instalações da fábrica. Nesse documento o Ministro dava ordens à GNR no sentido de dar cobertura à entrada do administrador Monteiro Pereira, de pôr na rua aqueles a quem chamou os «agitadores» (dois dirigentes sindicais) a dar protecção no momento em que os trabalhadores alvo de processos disciplinares assinassem os mesmos.

Refira-se ainda o argumento invocado pela força da GNR destacada à porta da empresa, na passada terça-feira, de que

estavam ali a pedido da administração para «manter a ordem», para impedir confrontos entre os trabalhadores que apoiam a os que não apoiam a administração. Uma retumbante falsidade, pois como é sabido, este processo de luta conta com a adesão da esmagadora maioria dos trabalhadores, inclusive dos escritórios apesar da posição dúbia e de desprezo pelos interesses dos seus associados manifestada pelo Sindicato dos Escritórios.

Cabe por outro lado realçar as manifestações de solidariedade que a luta dos trabalhadores da FLS têm recebido quer dos trabalhadores das outras empresas situadas na corda de Sacavém, quer dos órgãos autárquicos do concelho.

### PCP toma posição

Entretanto, a DORL do PCP em nota distribuída na passada terça-feira toma também posição sobre os acontecimentos considerando que a ocupação da fábrica pelo GNR a mando do MAI se insere «numa vasta campanha desenvolvida pelo Governo AD de limitação das liberdades e dos direitos dos trabalhadores».

«Fica bem claro em toda esta acção ilegal e inconstitucional dirigida pelo MAI — salienta a SIP da DORL — que os trabalhadores têm procurado impedir a destruição da empresa e têm lutado pelo seu saneamento económico e que nem sido a administração, com especial destaque para o administrador Monteiro Pereira, quem tem procurado boicotar o funcionamento da empresa».

Depois de considerar «justa, legal e constitucional» a luta dos trabalhadores a nota do PCP sublinha que a actuação do Governo nos últimos meses mais que justifica a sua «demissão urgente», com a consequente «Dissolução da Assembleia da República, a formação de um governo de gestão e a realização de eleições antecipadas».

# Manipulação da informação criticada por amplos sectores democráticos

Tema de escândalos, a Comunicação Social estatizada não deixa de ser agravada a situação em que se encontra. Jornais e outros meios de informação, assim como os seus profissionais, vêm cada dia agravada a manipulação que sofrem da parte dos governantes da "AD". E o processo continua e aumenta de volume à medida que o tempo vai passando e a "AD" continua no Poder.

Tendo atingido tais proporções que a própria maioria se divide no modo como a encara, a manipulação, orquestrada pelos meios mais reaccionários e utilizando homens de mão que continuam gradados em postos de direcção, encontra, por outro lado, cada vez mais opositores.

Entre as muitas acções que actualmente se desenvolvem — desde as denúncias públicas levadas a cabo na Assembleia da República por partidos da oposição — conta-se, recentemente, a petição enviada à AR por cerca de 2500 pessoas que a subcreveram, recrutadas num amplo leque de opções ideológicas. A petição elaborada no Norte do País, protesta contra a manipulação da informação e exige verdade e pluralismo na Comunicação Social, reclamando para tal que se cumpra a lei e que a Constituição estipula.

A iniciativa em curso teve origem no Porto, a partir de uma Comissão de Defesa da Liberdade da Informação. Esta Comissão divulgou recentemente

um balanço das iniciativas já realizadas — um colóquio na Cooperativa "Árvore" e a edição de um primeiro boletim, prevenido-se para início de Maio a sua distribuição na rua, a população.

Com o objectivo de criar um amplo movimento de opinião contra a instrumentalização da Comunicação Social, esta Comissão propõe-se ainda dinamizar a recolha de adesões a uma série de iniciativas que contribuem «para o cumprimento dos preceitos constitucionais», no campo da informação.

Entretanto, o II Encontro dos Jornalistas do Norte, recentemente iniciado no Porto e no qual participou a quase totalidade dos jornalistas da região, aprovou importantes conclusões, revelando que os profissionais da informação são os primeiros a preocupar-se com a situação actual da Comunicação Social estatizada.

«O sector público da comunicação social», afirma-se numa das conclusões aprovadas, «que deveria ser, segundo a Constituição, o principal garante da isenção da vigilância crítica, está profundamente abalado por antidemocráticas acções de manipulação que afrontam a dignidade da profissão e a qualidade da informação veiculada».

A par de importantes conclusões de carácter reivindicativo e profissional, os jornalistas do Norte manifestaram as suas preocupações sobre a isenção e a veracidade da informação que

# Nas águas turvas das pescas quem se safa são os espanhóis e os grandes «tubarões»...

Senhor primeiro-ministro Balsemão, quem está a turvar as águas das pescas nacionais? Quem defende os interesses dos pescadores portugueses e consequentemente os da população consumidora? Ou será necessário formular a pergunta em espanhol: "¿Que passa?" Ou então em inglês com o sotaque próprio dos norte-americanos. Ou por último em francês. E só não a formulamos em japonês porque desconhecemos o idioma.

Que algo se passa, ninguém duvida, nomeadamente os pescadores e por último o secretário de Estado das Pescas, Viana Baptista, que foi demitido.

Pronunciando-se sobre esta e outras questões com as pescas relacionadas a Célula dos Pescadores Comunistas da Figueira da Foz começa por recordar que o Governo "AD" já fala em negociar o acordo com a Espanha muito embora esta nova posição tenha surgido depois de ter sido denunciado o acordo de pescas secreto feito em 1979, entre o antigo Governo Mota Pinto/PPD e do qual basta frisar o terem sido concedidas 123 licenças, das zero às doze milhas, à frota espanhola.

E o comunicado prossegue com algumas interrogações:

Afinal, que negócios são estes? Que panelinhas foram feitas com o Governo espanhol nas costas dos pescadores portugueses?

Fazendo a análise da situação acrescenta o comunicado agora difundido que os pescadores sabem, por experiência própria, que todos os acordos de pesca feitos com a Espanha, sempre

foram altamente lesivos dos interesses nacionais e dos interesses dos pescadores portugueses em particular.

Melhor equipados e melhor defendidos pelo seu Governo os pescadores espanhóis têm maior capacidade de captura nas nossas águas do que aquelas que são feitas em águas espanholas.

Por outro lado os acordos nunca são respeitados pela parte espanhola e a demonstrá-lo estão os recentes apressamentos e perseguições de que têm sido alvo os nossos pescadores em águas de Espanha.

Mas adiante, o comunicado acrescenta:

Afinal todos dizem que o sector das pescas está em crise, que não há peixe, e para os espanhóis é tudo facilidades.

Como defendem os pescadores comunistas da Figueira da Foz e muitos outros por toda a costa portu-

# A farsa provocatória dos «ex-prisioneiros» da UNITA

Chegou ontem a Lisboa o grupo de «ex-prisioneiros» da UNITA, libertos pelas boas graças do CDS. Um facto que constitui, simultaneamente, uma provocação e um testemunho. E que simultaneamente não passa de uma farsa.

Provocação porque o grupo de «ex-prisioneiros» chega a Lisboa em vésperas da partida do Presidente da República à República Popular de Angola. E não certamente por acaso. E se a sua entrega já foi um festival de declarações pelo menos inamistosas contra a República Popular de Angola, não seria de esperar menos da chegada dos «libertados». Por outro lado o envolvimento do Governo português e do CDS, como partido de governo, as cordiais relações com grupos provocatórios como

mos económicos virados para o incremento e modernização da nossa frota, na valorização e apoio ao sector cooperativo, na modificação de todo o sistema de lotas e vendagens, assim como na criação de uma rede nacional de frio que apole este sector.

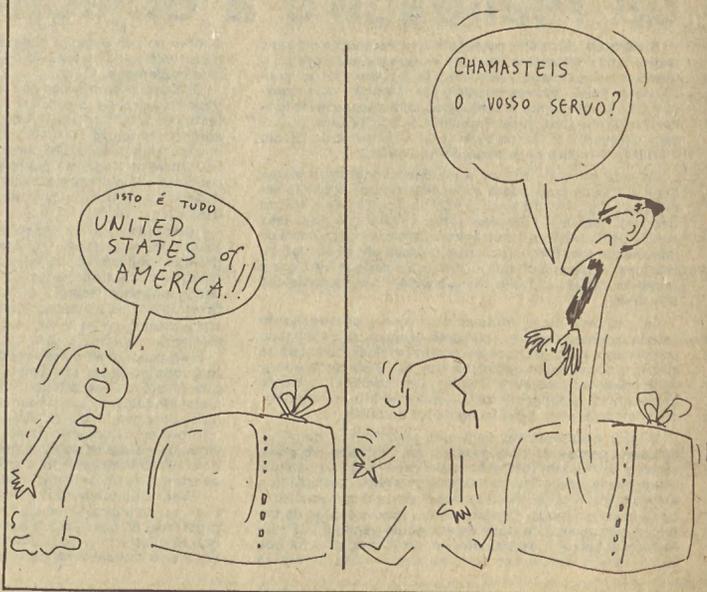
Está bem de ver que tudo isto não pode ser levado a cabo pelo Governo Balsemão/Freitas, «cuja política não serve ninguém, só aos espanhóis e aos grandes tubarões do sector».

Os «ex-prisioneiros» não passa de uma farsa. Os «prisioneiros» libertos nunca foram. Não passam de um grupo de portugueses que por razões de ordem familiar ou política têm estado com a UNITA. A realidade é outra. Como denunciou recentemente Lúcio Lara, secretário do Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho, «é com campanhas de propaganda como a que se acaba de fazer com a pseudolibertação de 17 portugueses — que se pretende mascarar a agressão directa do imperialismo norte-americano através da África do Sul».

A cuidada montagem desta farsa, com a devida cobertura jornalística, nada tem a ver com uma acção humanitária. Antes constitui uma provocação contra Angola, contra o Portugal democrático.

Os «ex-prisioneiros» libertos nunca foram. Não passam de um grupo de portugueses que por razões de ordem familiar ou política têm estado com a UNITA. A realidade é outra. Como denunciou recentemente Lúcio Lara, secretário do Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho, «é com campanhas de propaganda como a que se acaba de fazer com a pseudolibertação de 17 portugueses — que se pretende mascarar a agressão directa do imperialismo norte-americano através da África do Sul».

A cuidada montagem desta farsa, com a devida cobertura jornalística, nada tem a ver com uma acção humanitária. Antes constitui uma provocação contra Angola, contra o Portugal democrático.



Como defendem os pescadores comunistas da Figueira da Foz e muitos outros por toda a costa portu-

Por fim esta entrega de «pri-

**Trabalhadores**



Coordenação das lutas: imagens de um plenário na Comelna durante uma paralisação e de uma concentração de trabalhadores têxteis no Porto



**Apoiado pelo Governo o patronato actua assim**

Conforme temos vindo a referir, tornando públicos casos concretos e alertando os trabalhadores em geral para as frentes imediatas da ofensiva do patronato e do Governo "AD" contra os direitos e garantias sociais das classes trabalhadoras, são notórias as ilegalidades cometidas em grandes empresas, designadamente no que respeita a despedimentos ou a processos nesse sentido, bem como a medidas e atitudes repressivas em geral.

Num período de forte empenhamento das massas trabalhadoras na luta por objectivos concretos dentro de empresas e em grandes sectores de actividade, como os Transportes e a Função Pública, o Governo e os seus agentes procuram intensificar o divisionismo, favorecem qualquer tentati-

va de promover os amarelos, patrocinam campanhas a favor de pretensos delegados sindicais e exercem coacções junto de trabalhadores para aderirem a este ou aquele sindicato paralelo. A defesa da unidade prevalece, mas é necessário reforçar a capacidade de resposta, que em alguns casos

não é imediata ou se revela ineficaz.

É preciso conhecer as linhas de ataque do patronato e do Governo "AD", revigorar certas organizações representativas dos trabalhadores, evitar por exemplo que sejam possíveis ilegalidades flagrantes como o desconto de 3 dias de faltas por um dia de greve geral.

O movimento sindical tem actuado contra casos desses, exigindo a reposição da legalidade. Mas, com a cumplicidade do Governo e da sua política "insurreccional", os 3 dias de faltas têm sido descontados em empresas como Abel Pereira da Fonseca; J. A. Costa Pina; Sociedade Transportadora de

Algodões; Transportes e Central da Baixa; Transportes Quinta de São José; Transportadora Central da Rua dos Caminhos de Ferro; Habitat; Industofos; Henriques & Pardal; Cabos Ávila; Laboratório Fidelis e Oláio entre outras, principalmente no comércio.

Por outro lado, é cada vez maior a pressão sobre os contratos a prazo. Certo patronato apoiado na "AD" não hesita em despedir esses trabalhadores por fazerem uso legal dos seus direitos.

A solidariedade é indispensável para que as intimidações patronais não acerquem no alvo. Não se pode

passar sem a defesa intransigente dos postos de trabalho sejam eles ocupados por quem for. Quando atinge um trabalhador isolado o patronato visa sempre a organização. É esta que tem de fortalecer-se constantemente, respondendo legalmente às ilegalidades patronais, defendendo os contratados a prazo, defendendo os delegados sindicais e membros de comissões de trabalhadores, protegendo as organizações representativas que merecem a sua confiança.

A ofensiva patronal que coincide naturalmente com a ofensiva do Governo no campo laboral, caracteriza-se por alguns traços notórios entre os quais se con-

tam restrições à actividade dos representantes dos trabalhadores; proibição de plénários, reuniões e entrada de dirigentes sindicais em empresas; intimidações e outras formas de perseguição; mudanças de local de trabalho sem o consentimento do primeiro interessado; reformas compulsivas que são formas encapotaadas de despedimento; controlos abusivos; reclassificações de sentido divisionista; falta de cumprimento de contratos, acordos e caderanos; falta de pagamento de salários e outras remunerações; salários abaixo dos níveis contratuais; desmantelamento de empresas para abrir outras; fuga aos encar-

gos sociais; ataque generalizado às nacionalizações.

Estas e outras linhas de ataque do patronato reaccionário são estimuladas (muitas delas publicamente) pelo Governo "AD".

Quando aqui se fala em coordenação das lutas para evitar os despedimentos (mais de 60 nas últimas semanas e só no distrito de Lisboa, juntamente com 200 suspensões), quando se apela aos actos e à luta solidária, quando se combate o sectarismo e se fomenta a unidade não é para enfrentar este ou aquele patrão, este ou aquele gestor. É para combater e levar à queda um Governo e uma política

que estimulam diariamente por todos os meios a repressão nas empresas, os despedimentos, a perda de postos de trabalho, a orientação do crédito bancário para o bolso privado.

Sem perder de vista os casos concretos, a luta nas empresas e sectores por objectivos imediatos, é preciso atender às causas reais dos conflitos, porque é que eles surgem. Não se podem deixar de fora as coordenadas políticas dos conflitos sociais, pois são soluções políticas, e não apenas económicas, que verdadeiramente defenderão os direitos e interesses das classes trabalhadoras e o interesse nacional.

**Sumário das lutas**

Os conflitos relacionados com a contratação colectiva continuam a determinar o maior número de acções de luta e movimentações em empresas, na Função Pública, nos Transportes e nos Seguros não nacionalizados. Depois da oficialização do tecto salarial de 17 por cento que a generalidade dos trabalhadores continua a rejeitar com o recurso à luta quando necessário, as propostas sindicais de aumentos situam-se geralmente acima dos 20 por cento. Embora as reivindicações sejam estudadas caso a caso e economicamente fundamentadas conforme a capacidade das empresas, grande parte dos patrões e gestores, apoiados na política "AD", querem fazer prevalecer os baixos salários incompatíveis com o aumento desenfreado do custo de vida. Outro sentido marcante das lutas nas empresas é contra a repressão: sobretudo contra processos disciplinares, suspensões e despedimentos como retaliação por participações na luta de massas como a greve geral de 12 de Fevereiro. Os trabalhadores e as suas organizações representativas rejeitam as atitudes e medidas repressivas que se dirigem principalmente contra dirigentes, delegados sindicais, elementos prestigiados e membros de comissões de trabalhadores. As lutas, diversificadas, conforme a importância dos conflitos e as condições concretas nas várias empresas e sectores, continuam a suscitar forte adesão. É o caso da TAP e da grande maioria das empresas onde os conflitos resultam da intransigência de patrões e de gestores apoiados pela "AD" e pelo seu Governo contra as reivindicações justas e realistas dos trabalhadores.

- **Fábrica de Louças de Sacavém** – Repressão e ameaças sobre postos de trabalho levam à paralisação; plenário decide regresso ao trabalho na 3.ª Feira (ver artigo nesta edição).
- **TAP** – Paralisação, considerada a maior de sempre, por aumentos salariais condignos e manutenção de regalias conquistadas; papel importante desempenhado pelo SITAVA, sindicato unitário que representa grande parte dos trabalhadores da empresa.
- **Marconi** – Greve de 4 dias pela revisão do acordo colectivo de trabalho (ACT); sindicatos afirmam que «seria possível chegar rapidamente a um acordo, desde que houvesse vontade negociada da outra parte».
- **Hoteleria** – Greve pela actualização de salários em vigor há 19 meses no Norte e Centro do País; sindicatos anunciam adesão positiva sobretudo na baixa portuense, na Mealhada, em Espinho, Póvoa do Varzim e Penafiel.
- **Petrogal** – Paralisação na Moita e concentração junto à sede em Lisboa: acções contra a suspensão de 7 companheiros de trabalho.
- **Hotel Baía** – Governo insiste em impor uma comissão de gestão aos trabalhadores que recuperaram a empresa; continua as paralisações; 125 postos de trabalho em perigo.
- **SNAPA** – Comissão de trabalhadores desta empresa pública repudia a venda dos navios pesqueiros pelo Governo «AD»; trata-se de unidades das mais modernas e bem apetrechadas da frota nacional (ver artigo sobre a questão das pescas nesta edição).
- **Comelna** – Paralisação de 4 horas para apoiar negociação de caderno reivindicativo que os trabalhadores consideram «um documento honesto que tem em conta as realidades da empresa».
- **Jaime da Costa** – Novo período de paralisação contra o despedimento de um delegado sindical.
- **Anibal H. Abrantes** – Nova paralisação por negociações do caderno reivindicativo.
- **Seguros** – Seguradades mistas e estrangeiras (não nacionalizadas) forçadas a abrir mais tarde de manhã, devido à luta dos trabalhadores por contrato colectivo para o sector.
- **Alfa** – Paralisação por tempo indeterminado até que seja paga parte do subsídio de Natal do ano findo.
- **Supermercados Pão de Açúcar (SUPA)** – Cortadores paralisam em luta por aumentos salariais.
- **Função Pública** – Anunciado para 19 do corrente o início da semana de luta que deve culminar em 23 com um dia de greve nacional; a Federação dos Sindicatos emite entretanto um comunicado denunciando campanha do Governo a favor do pacote dos excedentes; quanto às reformas «omite-se deliberada e intencionalmente» – refere a Federação – que as medidas governamentais nesse sentido, constantes do referido pacote, «só se aplicarão a algumas (poucas) categorias e carreiras, aquelas que o Governo quiser e definir por despacho ainda a publicar (aplicando-se, assim só a parte dos trabalhadores). Omite-se também, segundo a Federação, que «mesmo essas medidas só vigorarão durante seis meses após a publicação desse despacho».
- **Transportes** – Movimentação sindical contra bloqueamento de contratos por parte do Governo. (Ver esta página).

**Acordos congelados nos Transportes**

**Sindicatos preconizam acções conjugadas**

**• Amanhã, nova reunião**

Para amanhã, 16, está marcada nova reunião das organizações sindicais dos transportes que em 7 do corrente preconizaram a adopção de «forma as de luta visando directamente o descongelamento dos acordos» conseguidos após as greves deste ano em várias empresas públicas do sector. As acções podem ser «conjugadas» e abranger todos os sectores dos transportes.

Como noticiámos na semana passada, o Governo,

através do Ministério da tutela, atrasou a publicação desses acordos, designadamente na Carris, Metro e Transtejo onde os aumentos salariais, conquistados após vários dias de greve, ultrapassam largamente o tecto salarial que o Governo «AD» continua na disposição de impor.

As 10 associações sindicais dos transportes (rodoviários, marítimos, ferroviários e aéreos), que compareceram na reunião do dia 7, reafirmam que «a publicação dos acordos de empresa da Carris, Metro e Transtejo continua incompressivelmente retida pelos ministé-

rios, o que está a servir de argumento aos respectivos gestores para o não cumprimento, no todo, ou em parte, daqueles acordos – situações que representam objectivamente um boicote à actualização salarial e uma tentativa de desforço sobre os trabalhadores e os Sindicatos, pela unidade e determinação demonstradas durante a dura luta que travaram quando da revisão dos respectivos acordos».

É para enfrentar esta situação criada pelo Governo «AD» com mira noutras empresas onde a luta se desenvolve por aumentos salariais condignos, sobretudo na

TAP, ou onde se desenha o processo de revisão salarial como nos STCP e na RN (neste caso «as perspectivas não são nada animadoras», sublinham os Sindicatos) que «as organizações representativas dos trabalhadores das empresas de transportes (Carris, Metro, Transtejo, CP, TAP, STCP e RN) reunidas na sede da FESTRU (Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos) no dia 7 de Abril admitiram a possibilidade de virem a convocar novas formas de luta conjugadas, em todos os sectores dos transportes, com o objectivo prioritá-

rio de obrigar o Governo a publicar os acordos».

Num comunicado emitido logo depois da reunião do dia 7, as associações sindicais exigiam, por outro lado, a sua participação activa no chamado plano nacional dos transportes e «em todos os aspectos da vida económico-social das empresas».

Ao mesmo tempo, as associações sindicais repudiavam e exigiam que se ponha termo à repressão que conselhos de gerência e administrações «têm vindo a exercer sobre os trabalhadores mais activos para desmobi-

zar, num tentativa de deixar o caminho aberto às manobras de desmantelamento e destruição que o Governo quer impor às empresas públicas».

Assinam o comunicado saído da reunião do dia 7 as Federações dos Ferroviários e dos Rodoviários e Urbanos e 8 Sindicatos: Ferroviários do Centro, Transportes Colectivos de Lisboa, Rodoviários do Sul, Rodoviários do Centro, Aviação e Aeroportos (SITAVA), Maquinistas práticos do distrito de Lisboa (Marinha Mercante), Marinha Mercante Aeronavegação e Pescas, e Transportes Fluviais.

**1.º de Maio  
4 zonas de acção  
no distrito de Aveiro**

Convocado pela União dos Sindicatos de Aveiro, organização distrital intermédia da CGTP-IN, um plenário de Sindicatos decidiu recentemente subdividir o distrito em 4 zonas de acção e constituir em cada uma delas uma comissão organizadora regional com vista às comemorações do próximo 1.º de Maio. O objectivo dessas comissões é, segundo a União, «dinamizar, esclarecer e mobilizar os trabalhadores para a participação activa» naquelas comemorações que, como aconteceu anteriormente, decorrerão em Aveiro, Ageda, São João da Madeira e Ovar.

Num comunicado entretanto distribuído, a União sindical, citando o plenário, considera que «as comemorações do 1.º de Maio deste ano surgem na sequência das poderosas acções de massas e jornadas de luta que o movimento sindical unitário no distrito tem vindo a levar a cabo desde Dezembro de 1981» e entre as

quais se destacam a manifestação de 12 daquele mês e a de 6 de Março do ano seguinte, realizadas na cidade de Aveiro, a greve geral de 12 de Fevereiro findo e a Marcha contra o Desemprego que, como se sabe, terminou em Lisboa em 3 do corrente.

Os Sindicatos e dirigentes que participaram no plenário de Aveiro «concluíram que se mantêm actuais os objectivos que motivaram aquelas acções». Esses objectivos traduzem-se no essencial – acrescenta a União – na luta contra a política da AD, pela substituição do Governo actual por um Governo democrático, pela resolução da crise que o País atravessa, com os trabalhadores e no respeito pelo 25 de Abril».

**USP/CGTP-IN protesta no Porto**

Na sequência dos factos e tomadas de posição aqui referidas na semana passada, a União dos Sindicatos do Porto, estrutura intermédia

da CGTP-IN considera a manobra montada pela UGT/AD, ao anunciar para a baixa portuense um "1.º de Maio" divisionista, "uma grosseira provocação contra os trabalhadores e as suas organizações de classe, que visa fundamentalmente impedir que mais uma vez em 30 de Abril e 1 de Maio os trabalhadores e o seu movimento sindical, a população do Porto, manifestem o generalizado descontentamento popular contra a política da AD e do seu Governo".

A USP/CGTP-IN reafirma ainda "que os trabalhadores e o seu movimento sindical realizarão, sem quaisquer hesitações e dentro da legalidade, as comemorações do Dia Mundial dos Trabalhadores, em 30 de Abril e 1 de Maio, na Praça General Humberto Delgado, na Avenida dos Aliados e na Praça da Liberdade, desde já responsabilizando o Governo "AD" através do seu governador civil, por todas as consequências que advêm desta provocação" montada, como se disse pela UGT/AD, a qual, através do mesmo governador tinha conhecimento da comunicação feita oportuna e legalmente pela USP sobre a utilização daquele espaço cívico para as comemorações do 1.º de Maio de 1982.

**No Algarve**

Entretanto a União dos Sindicatos de Faro decide comemorar o 1.º de Maio naquela região com manifestações nas cidades de Faro, Vila Real de Santo António, Portimão e Lagos. Antecedendo nas manifestações haverá piqueniques, provas desportivas e actividades culturais.



Defender a Siderurgia da política «AD»

**Comemoram-se hoje em Paio Pires Sete anos da Siderurgia Nacional**

Entre hoje e domingo próximo a Siderurgia Nacional, EP, comemora o sétimo aniversário da nacionalização. Do programa destaca-se hoje às 16 horas o Plenário Geral Comemorativo para o qual foram convidados o Presidente da República, Governo, Conselho da Revolução, Grupos Parlamentares, Marechal Costa Gomes, General Vasco Gonçalves, conselho de gerência, CGTP-IN e outras organizações sindicais.

A semelhança dos anos anteriores, as comemorações são promovidas pelas comissões intersindical e de trabalhadores da empresa e iniciam-se hoje, dia 15, pelas 15 horas, no Pavilhão do Clube de Pessoal, em Paio Pires, no Seixal.

O programa das comemorações inclui amanhã, dia 16 às 4 da tarde, um

encontro com os reformados da Siderurgia. Foram convidadas organizações regionais representativas e o MURPI (Movimento Unitário de Reformados, Pensionistas e Idosos).

Sábado, 17, além de um jantar de convívio às 20 horas (inscrições na comissão intersindical), haverá variedades às 21 e 30 com o Coral Alentejano, Coral dos Trabalhadores da Quimigal e Carlos do Carmo.

Domingo, 18, será o dia do desporto comatletismo, xadrez, ginástica e patinagem.

Paralelamente haverá exposições, desenho infantil e uma feira do livro e do disco com a participação de escritores.

A comissão executiva das comemorações divulgava entretanto uma moção entregue aos órgãos de soberania. Aprovado em plenário geral de trabalhadores da SN-EP,

conjuntamente com os participantes na Marcha contra o Desemprego, em 2 do corrente, dia do aniversário da Constituição, aquele documento apoia «todas as manifestações promovidas pelas organizações sociais e políticas democráticas que visem a demissão do Governo Balsemão II e a retirada da "AD" da área do poder»; manifesta «o seu respeito pela legitimidade e exclusiva competência dos deputados à Assembleia da República em termos de revisão constitucional»; e exige «aos deputados à Assembleia da República que na revisão da Constituição se respeite o regime democrático, a separação e equilíbrio de poderes entre os órgãos de soberania, as conquistas do povo português nela consagradas e os seus direitos, liberdades e garantias».



Um grande 1.º de Maio organizado em todo o País

PCP

# Reuniu-se o Comité Local do Partido Na cidade do Porto é cada vez mais forte o movimento democrático e popular

«A política de desastre nacional e descalabro económico que a "AD" tem prosseguido, cujos reflexos se fazem sentir duramente sobre os trabalhadores e as restantes camadas laboriosas, a crise que dia a dia se aprofunda agravando brutalmente as condições de vida do nosso povo, tornam cada vez mais necessária e também cada vez mais sentida e compreendida por amplos sectores democráticos, a necessidade do urgente afastamento da "AD" da área do Poder com a demissão do Governo, a dissolução da Assembleia da República e a realização de novas eleições gerais.

«Acentuam-se o isolamento e as dificuldades da "AD", ao mesmo tempo que se tornam cada vez mais nítidos os traços antidemocráticos e fascistas da sua política, com recurso a manobras provocatórias, o agravamento da repressão aos trabalhadores em numerosas empresas e sectores, a descarada manipulação dos órgãos de comunicação social onde, a exemplo do que se passa na RTP, são espeziñados os mais elementares direitos a uma informação honesta e objectiva.

«As manobras da "AD" em curso para tomar conta da direcção do Jornal de Notícias (e que nem sempre encontram a firme oposição de membros do PS) assumem neste quadro uma particular gravidade. Por outro lado, a continuação do Governo "AD" encontra cada vez mais a oposição firme e combativa dos trabalhadores das restantes camadas laboriosas e o repulido crescente dos democratas e patriotas», salienta o documento aprovado na última reunião do Comité Local do Porto (CLP), cujos trabalhos decorreram no passado dia 9, com a presença de camaradas ligados às diferentes zonas e tarefas na cidade do Porto.

Mais adiante, pode ler-se:

«O impetuoso desenvolvimento da luta de massas em torno de reivindicações concretas, pela demissão do Governo, contra a revisão inconstitucional e antidemocrática da Constituição, por uma nova política, a marcha da Paz, a grandiosa jornada de luta que foi a greve geral, as manifestações populares de 6 de Março, a manifestação dos moradores das zonas degradadas, a luta desenvolvida pelas famílias desalojadas vítimas dos temporais, aliados às inúmeras lutas nas empresas, a Marcha do Desemprego, a Convenção Nacional Democrática que congregou mais de 1000 organizações de todo o País, a ida à Assembleia da República das mulheres, promovida pelas CUM's etc., etc. mostram a existência de um poderoso movimento popular capaz de superar as graves dificuldades actuais e de garantir uma saída democrática compatível com os interesses do Povo português.

«A luta travada tem-se traduzido em importantíssimas vitórias económicas, sociais e políticas.»

«Depois de salientarem que numerosos sectores conseguiram rebentar o tecto salarial e alcançar a vitória em grande número de lutas reivindicativas de sectores profissionais ou de empresa. Os desalojados da Sé e de Miragaia viram consagrado o seu direito a uma habitação condigna. O Governo foi obrigado a adiar o pacote laboral e a empenhar várias medidas demagógicas, etc.» os camaradas do Porto destacam:

«No plano político a luta de massas isolou ainda mais o Governo, reduziu a sua base social e política de apoio, agravou as dificuldades e as divisões dentro da "AD", ao mesmo tempo que reforçou as forças populares e democráticas, alargou a sua influência e capacidade de luta. Mas não só. A luta de massas forçou o PS/Mário Soares a distanciar-se da "AD" e a assumir posições cada vez mais próximas das do movimento popular e democrático. O PS/Mário Soares foi forçado a defender a demissão do Governo e a começar já a advogar a necessidade de novas eleições. Mesmo em relação à revisão da Constituição a luta de massas forçou o PS/Mário Soares a recuar em relação a importantes aspectos do acordo que tinha feito com a "AD" —

«O CLP do PCP denuncia a grave provocação montada pela UGT contra os trabalhadores e o povo do Porto, com a complicitade do governador civil em torno das comemorações do 1.º de Maio. A participação massiva de todos os trabalhadores nas comemorações do 1.º de Maio promovidas pelo movimento sindical unitário na baixa do Porto será a resposta adequada a tal provocação.

«Reforçando e alargando a sua luta os trabalhadores, as

forças populares e democráticas estão em condições e têm força bastante para impor novos recuos à reacção, alcançar novas vitórias, impedir a revisão golpista da Constituição, forçar a demissão do Governo e abrir as condições para uma alternativa verdadeiramente democrática na política e no Governo do País.»

## • Foi decidido promover uma campanha de fundos de mil contos, com início no dia 1 de Maio e terminando a 15 de Agosto

forças populares e democráticas estão em condições e têm força bastante para impor novos recuos à reacção, alcançar novas vitórias, impedir a revisão golpista da Constituição, forçar a demissão do Governo e abrir as condições para uma alternativa verdadeiramente democrática na política e no Governo do País.»

### Sobre as eleições autárquicas

No capítulo dedicado às próximas eleições autárquicas, o CLP refere-se inicialmente à "ruinosa gestão da AD" nos últimos três anos. Consequências dessa gestão? Esclarece o Comité Local do Porto do PCP:

«Os seus moradores vêem os seus problemas adiados e agravados e assistem com preocupação ao envelhecimento e degradação da sua cidade. O que é saliente na política "AD" na Câmara do Porto é o mais completo desprezo pelos interesses das camadas mais pobres e a degradação chocante da cidade, bem visível nas ruas, na água, nos jardins, nos museus, no património cultural, etc. Incapaz de dar resposta aos problemas de modernização e de progresso urbanístico, cultural, artístico e cívico duma grande cidade, a "AD" leva a cabo uma política de especulação imobiliária onde se associam a corrupção e selvagem protecção aos mais baixos interesses dos grandes capitalistas.

«Em manifesta violação da lei do plano e orçamento para 1982, que deviam estar aprovados em Novembro de 1981, ainda não foram discutidos pela Assembleia Municipal e a proposta que se conhece é irregular, é medíocre e contrária aos interesses da esmagadora maioria dos munícipes, persistindo numa orientação que vai no sentido do agravamento dos grandes problemas do povo e da cidade. As situações de legalidade, de corrupção e prepotência persistem com a limitação numa medida de carácter fascizante, da participação do público nas sessões públicas, com imposições de sanções disciplinares ilegais a funcionários, vindo os tribunais posteriormente a dar razão aos trabalhadores com autorização — por quem e servindo e encobrindo que interesses? — da construção de unidades hoteleiras em zonas consideradas no Plano Director como "zonas verdes a preservar", etc.»

«Mais adiante pode ler-se: «Ao mesmo tempo aparecem os traços duma política profun-

propaganda às posições do PS ao mesmo tempo que esconde cuidadosamente quase todas as acções e as posições da APU ou do PCP sobre as autárquicas do Distrito, designadamente em relação à Câmara do Porto.

«A ponte e a navegabilidade do Rio Douro, o anúncio do lançamento da construção de milhares de fogos por quem durante o seu mandato não lançou qualquer obra nova no sector da habitação social, a proposta de



um gabinete de relações públicas visando o estabelecimento de canais de informação interna e externa, que de certo modo constituiria a base técnica para a propaganda "AD" para as eleições autárquicas, a realização de uma exposição com as construções efectuadas pelas Associações de Moradores que a AD tem permanentemente procurado boicotar e inviabilizar, etc., são algumas das medidas já conhecidas e sobre as quais importa desde já alertar a população.

«Também as Juntas AD têm vindo a acumular milhares de contos que não gastam, pois não resolvem os problemas e que irão procurar desbaratar nas vésperas das eleições em certas iniciativas de fachada que possam fazer esquecer a sua incompetência e ineficácia durante 3 anos.»

«Depois de alertar para "as recentes tomadas de posição da Federação do Porto do PS" e para a "ambiguidade e passividade que o tem caracterizado, com a sua política conciliadora e

de aliança com a AD", os comunistas do Porto referem:

«Nos últimos meses, o Secretariado da Federação do Porto do PS tem-se destacado pelas posições direitistas dentro do PS/Mário Soares.

Acentuando o anticomunismo primário, aliando-se ao PPD na Junta de Santo Ildefonso, apoiando com mais frequência posições lesivas dos interesses dos munícipes na Câmara, mantendo uma posição de indiferença ou passividade perante a acção incapaz e incompetente das Juntas de maioria AD, a Federação do PS do Porto participa também nas manobras dos sectores da direita (Paulo Valada, Barreto, Valente de Oliveira) que procuram tirar a AD da imensa impopularidade e descrédito provocados pela sua gestão na Câmara do Porto.

Os mais destacados dirigentes do PS no Porto não escondem que assumem a defesa de uma "táctica" política que tem como objectivo fundamental a divisão da AD e a aliança entre PS e PPD. Dirigentes do PS e do PPD discutem abertamente (e descaradamente) se na futura Câmara a aliança será entre PS e PPD ou se será entre o PS, o PPD e também o CDS (tese de Paulo Valada dita de Salvação Nacional...).

«Acréscimo do Comité Local do Porto:

«O Encontro no Porto de Mário Soares em que participaram alguns dos industriais e comer-

mocratas contra os reacção-

«Noutra passagem do seu importante documento, o CLP, ao analisar o trabalho desenvolvido pelos eleitos da APU, destaca os exemplos da Sé e Miragaia, afirmando:

«O CLP do PCP congratulou-se com a acção desenvolvida pelas Juntas, onde a APU é maioritária da Sé e de Miragaia, em que um novo estilo de trabalho, um novo dinamismo, um novo interesse pela resolução dos problemas veio criar fundadas esperanças na população e veio mostrar que é possível resolver os problemas. As lutas prosseguidas pela população, em estreita colaboração e com o apoio dos eleitos da APU, e particularmente as vitórias conseguidas em torno do problema dos desalojados pelos temporais, a quem o CLP manifesta a sua solidariedade e apoio, constituem importantes factores que contribuíram de uma forma decisiva para o alargamento da influência da APU e que serão exemplos que se imporão aos moradores das restantes freguesias, em que também os eleitos da APU têm sido os elementos mais capazes, mais dinâmicos e que mesmo em situação de minoria têm tido uma acção positiva que contrasta com a incapacidade e passividade dos eleitos das outras forças políticas.»

Seguidamente, refere-se que «a acção do Governo AD, a

ruinosa gestão que a AD tem prosseguido no Porto, não apenas na Câmara mas também nas freguesias onde é maioritária, tem levado à diminuição crescente da base de apoio social, político e eleitoral da AD.

Os importantes passos já dados com vista à preparação das eleições, a constituição de ambas as comissões da Aliança Povo Unido abertas a todos, mas a todos que querem ver resolvidos os problemas, independentemente das várias concepções ideológicas, o estreitamento da ligação às populações, a realização de múltiplos encontros e debates, a melhoria no campo da informação através da edição de boletins, folhas APU, etc., a integração no trabalho da APU de muitos democratas, independentes e socialistas, constituem um indicativo de confiança no alargamento e reforço da APU.»

«Por outro lado, o CLP do PCP debruçou-se também sobre o pacote legislativo autárquico, que visa a destruição do poder local democrático, a retirada de competências e meios às au-

larquias, a transformação das eleições em mascaradas eleições, e concluiu da necessidade de proceder a uma discussão e denúncia dos objectivos do Governo com a sua apresentação. O CLP do PCP constatou a existência de condições concretas para o alargamento da APU que cada vez mais se apresenta como a força política onde a unidade em torno da resolução dos problemas é uma constante, onde a diversidade de opiniões é assegurada, onde cabem todos, designadamente socialistas, cujos objectivos sejam a resolução dos problemas das populações.»

### O reforço do PCP

Na última parte, o documento "fala" da vida do Partido, informando:

«No quadro da resolução do Comité Central sobre o reforço das células de empresa foi dado um balanço sobre o resultado das medidas adoptadas de direcção e de distribuição de quadros e forças, foram salientados os importantes passos dados no aperfeiçoamento da estrutura e da vida interna das células bem como a criação de novas células, e decidido manter o esforço que se tem vindo a realizar nesta direcção.

«No âmbito da campanha de recrutamento decidida pelo CC foi dado um balanço ao alargamento do Partido e foi considerado existirem boas condições para o aumento dos efectivos do Partido na cidade.

«No plano da formação política e ideológica dos militantes resolveu-se realizar nos próximos 4 meses cursos de quadros, fixando-se desde já as datas da sua realização nos vários centros de trabalho do Partido na cidade.

«O reforço da organização do Partido através da dinamização e aperfeiçoamento da vida interna, da participação maior e mais regular dos militantes em toda a actividade partidária, a realização de Assembleias de Organização, o aumento da difusão do "Avante!" e do "Militante", a entrega dos cartões de militante referentes ao biênio de 82-83 foram também analisados e considerado como factor importante para o trabalho a desenvolver no ano de 1982.

«O CLP deu igualmente um balanço à situação de fundos da organização e salientou os importantes resultados obtidos no aumento das receitas regulares e extraordinárias do Partido, fruto do esforço e sacrifício dos militantes e também de muitos outros trabalhadores e democratas.

«Constatou que embora cresçam substancialmente as receitas normais, e face ao constante aumento do custo de vida e da intensificação imprescindível da actividade política têm ainda um grande peso no equilíbrio financeiro o volume das receitas extraordinárias. Assim, para além de acompanhar melhor o recebimento e aumento das cotizações, foi decidido promover uma campanha de fundos de 1000 contos com início no dia 1 de Maio e terminando a 15 de Agosto.

«O reforço político, orgânico e ideológico do Partido não é um objectivo que possa ser desligado da situação política nacional e das crescentes responsabilidades e tarefas que ela coloca a todos os comunistas. O reforço do Partido é parte integrante e essencial da luta em defesa do Portugal de Abril, rumo ao Socialismo.



## Reunião residente no do concelho

Que perspectivas para a solução dos problemas quem vive nos bairros degradados do concelho Amadora?

Como está aí a organização do Partido?

Duas perguntas a que irão dar respostas objectivas na reunião aberta a todos os militantes comunistas que moram naqueles bairros, mesmo que aí não estejam organizados. A iniciativa é promovida pela Comissão Concelhia da Amadora do PCP e os seus trabalhos correrão no CT do Partido no próximo sábado, dia 17, a partir das 15 horas.

Participar a camarada Andrez, membro da Direcção da Organização Regional de Lisboa (DORL) e suplente do Comité Central do PCP.

A proposta para a organização de trabalhos da importante reunião é a seguinte: situ-

## Algarve Debateok

Com a participação de marada Domingos Abrantes, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central, decorrerá no próximo sábado, dia 17, uma importante reunião de quadros autódromo do distrito de Faro, promovida pela DORL.

Os problemas que se colocam à actividade do movimento sindical, as lutas dos trabalhadores e o papel dos comunistas constituem os temas de análise e debate para a reunião.

### Fundos e Imprensa

A DORL do PCP desenvolveu junto de todas as organizações do Partido uma campanha de fundos, através da venda de uma de um conjunto de abor-

## Encontro de células de empresa dos sectores metalúrgico e de material eléctrico do Porto

No próximo sábado, dia 17, às 14 e 30, vai realizar-se no Centro de Trabalho da Boavista um encontro das células de empresa do PCP dos sectores metalúrgico e de material eléctrico da região do Porto.

A análise da organização e da actividade política das células do PCP destes sectores, com vista à sua dinamização e reforço, constituem os principais objectivos do encontro. Serão considerados problemas como: a evolução do número de militantes de cada célula, a sua estruturação interna, a dinamização da sua vida política e da sua ligação com os trabalhadores, as suas actividades e iniciativas, bem como questões relativas às relações de trabalho nas empresas, ao

funcionamento das organizações representativas dos trabalhadores e à situação económica e perspectivas existentes no sector metalúrgico e de material eléctrico da região do Porto.

Está previsto que participem neste encontro os membros dos secretariados das células, mas qualquer militante do Partido pertencente ao sector metalúrgico e material eléctrico poderá também estar presente e intervir. Participar igualmente nos trabalhos, entre outros elementos da direcção do PCP, o camarada Ângelo Veloso, suplente da Comissão Política do Comité Central, que fará no final do encontro uma intervenção de encerramento.

Ao realizar este primeiro



encontro, o Comité dos Sectores Metalúrgico e de Material Eléctrico tem em vista o reforço da organização do Partido e da sua estreita ligação com a classe operária e as massas trabalhadoras,

condição para o desenvolvimento da luta contra a exploração capitalista e pela defesa, consolidação e prosseguimento do regime democrático e das conquistas do 25 de Abril.

## Festa da Amizade

Aproxima-se a data da Festa da Amizade, a mais importante iniciativa cultural, política e de convívio do concelho de Almada. O trabalho preparatório passa neste momento pela actividade de implantação das estruturas no Alto das Barrocas, na Cova da Piedade. A colaboração de todos os camaradas e amigos assume um papel de primeiro plano na construção do sítio de mais uma edição da Festa da Amizade, onde não faltará a música, os divertimentos, a informação e o esclarecimento, o debate, as exposições, o artesanato, os peliscos, etc., etc.

Entre outros, estão já confirmados os seguintes nomes na Festa: Lena d'Água, Samuel, Paulo de Carvalho, Carlos Mendes, UHF, Fernando Farinha, Ary dos Santos, Joaquim Pessoa, etc.

Os prémios dos Jogos Florais que estão a decorrer no concelho serão entregues na Festa da Amizade.

## As quotas dos militantes e o reforço do Partido

A actividade do PCP como grande força política de nível nacional necessita de fundos financeiros. A militância firme e abnegada dos comunistas, o seu entusiasmo, a sua participação activa no reforço do Partido são, sem dúvida, componentes muito importantes que caracterizam a vida do PCP. Mas não podemos esquecer que sem as verbas necessárias, sem a colaboração e a ajuda financeira dos trabalhadores, o PCP não pode desenvolver a sua actividade.

As despesas são cada vez maiores e a inflação e a política desastrosa de aumentos sucessivos dos preços não atinge só as famílias dos trabalhadores. Como salienta, por exemplo, a Direcção da Organização Regional de Leiria (DORLEI), em nota recentemente divulgada aos militantes comunistas, «uma quota de 20500 em 1975 corresponde actualmente a 4500 e uma de 50500 equivale a 10500».

As despesas também são maiores porque acompanham um trabalho político cada vez mais alargado, com muitas iniciativas, com muito esforço de informação e esclarecimento, com o mesmo tempo que é necessário dar resposta a outras despesas regulares, como é caso dos Centros de Trabalho: equipamento, água, luz, alguns casos rendas, transportes, telefones, etc..

A propósito da entrega dos novos cartões

A quotização assume, pois, uma importância de primeiro plano e nas organizações do Partido

existem dois tipos de preocupações centrais: por um lado, salientar aos militantes a necessidade de regularizarem as suas quotas (há camaradas que deixam atrasar os pagamentos) e, por outro lado, a necessidade de, na medida do possível, aumentarem as suas quotas (há camaradas que há vários anos mantêm a mesma quota).

Com a entrega dos novos cartões (biénio 82/83), aquelas questões foram oportunamente levantadas nos organismos do Partido. Como salienta «O Militante» do passado mês de Março, «diversas organizações regionais procuraram aproveitar a entrega do novo cartão para intensificar os esforços de regularização e actualização do pagamento da quota», exemplos esses a que o «Avante!» também se referiu em edições anteriores.

Uma dessas organizações regionais, a do Alentejo, sublinhava: «Há ainda muitos militantes com quota baixa e desde há muito sem ser aumentada. Devido a uma inflação galopante, para repor hoje, por exemplo, o valor de uma quota de 20500 de 1975 é necessário cinco vezes mais (100500). Aumentar o valor da quota é hoje uma necessidade e uma tarefa de todos os militantes do Partido.»

A entrega dos novos cartões proporcionou uma chamada de atenção para o problema financeiro do Partido. E alguns casos foram realizadas reuniões, plenários, encontros e mesmo festas de carácter público e de convívio.

**ATÉ AMANHÃ CAMARADAS**  
de Manuel Tiago  
edições Avante!  
O GRANDE ROMANCE DA CLANDESTINIDADE E DA RESISTÊNCIA AO FASCISMO EM PORTUGAL



# De militantes do PCP te nos bairros degradados ção da Amadora

ção política, discussão e levantamento dos problemas mais prementes, reforço e criação de células do Partido em cada bairro; conclusões do debate.

Em contacto com o «Avante!», a Comissão Concelhia da Amadora salienta que «devem participar na reunião, nomeadamente, os camaradas dos seguintes bairros:

- Quintal do Neves, Estrada Militar - Bairro Novo, Calça - Lilazes, Fontainhas, zona Associação Portugal Novo, bairro da Falagueira, bairro atrás do cemitério de Benfica (todos da freguesia da Falagueira-Venda Nova)
- Estrada Militar da Mina, Santa Filomena, Vila Chã, Serra Pequena, Casal de S. José, da freguesia da Mina.
- Quinta da Lage, Casal

de Alfovelos, Caminho de Alfovelos, Azinhaga dos Bezouros/Alino, da freguesia da Brandoa.

- Cova da Moura e Alto dos Moinhos, da freguesia de Alfragide.
- Estrada Militar da Damaia, da freguesia da Damaia.
- Bairro da Estrada Militar da Reboleira, da freguesia da Reboleira.

Como sublinha a Comis-

são Concelhia do PCP, «na organização do Partido destes bairros há debilidades grandes, apesar de ser boa a influência e prestígio do Partido. Aos comunistas em geral e aos que vivem nestes bairros em particular, cabe um importante papel no esclarecimento, mobilização e organização das populações para a luta pela satisfação das suas mais elementares carências».

## Indústria farmacêutica

Os camaradas e amigos que trabalham nas empresas do sector da indústria e comércio farmacêuticos do concelho da Amadora estão convidados a participarem num encontro que decorrerá no próximo sábado, dia 17, no Centro de Trabalho do PCP da Amadora, a partir das 15 horas.

Na convocatória já divulgada no concelho pelo organismo da Indústria Farmacêutica do PCP, salienta-se que «é necessário analisar profundamente os problemas» existentes no sector.

# O PCP e os direitos da mulher

## • Sessão pública na freguesia de S. João em Lisboa

«A Constituição da República Portuguesa reconhece o valor social da maternidade e confere importantes direitos à mulher e à criança. É uma grande conquista. Mas é necessário dar força de lei às medidas que se impõem em todos os campos, para que esse princípio possa tornar-se realidade. Já se perdeu demasiado tempo. É urgente resolver os graves problemas de carácter social que afectam a mulher e a criança. É urgente defender a maternidade como acto livre, consciente e responsável. Quem pode ignorar quantos partos sem assistência, quantos abortos clandestinos e quantas crianças morrem ou nascem deficientes todos os anos em Portugal? E, no entanto, quanta hipocrisia e insensibilidade se agita em torno dos problemas da maternidade, do planeamento familiar, do aborto... Quem pode honestamente fechar os olhos perante a realidade?».

A pergunta é feita numa pequena targeta difundida pela Comissão de Freguesia de S. João, do PCP (Lisboa) a propósito de uma sua iniciativa aberta a toda a população daquela zona da capital: uma sessão-debate sobre os três projectos-lei que o PCP apresentou na Assembleia da República em defesa dos direitos da mulher (protecção da maternidade; planeamento familiar e educação sexual; interrupção voluntária da gravidez).

A sessão decorrerá no salão da Junta de Freguesia de S. João, à Praça Paiva Couceiro (Alto de S. João), no próximo sábado, dia 17, a partir das 16 horas.

Participará a camarada Odete Santos, deputada comunista na Assembleia da República.

capaz um partido profundamente identificado com os problemas do nosso povo, guiado por uma teoria revolucionária, particularmente sensível aos problemas da juventude e permanentemente atento aos anseios e aspirações mais modernos e progressistas que se manifestam na sociedade portuguesa».

Recordar-se que ainda recentemente a Comissão Central da JCP manifestou o seu «mais vivo apoio à iniciativa marcadamente juvenil do PCP de trazer à discussão questões tão importantes como aquelas que respeitam aos três projectos de lei que tocam profundamente a juventude».

A Juventude Comunista Portuguesa, através da sua Comissão Central, salienta ainda: «Continuamos a viver num país em que a mulher, as jovens, são discriminadas no trabalho pelo direito que têm de ser mãe. Num país que possui a maior taxa de mortalidade infantil, a maior percentagem de crianças deficientes da Europa. Num país onde não existe qualquer protecção à maternidade, a educação sexual foi retirada dos programas escolares. O planeamento familiar foi proibido aos jovens



menores de 18 anos. Há concelhos inteiros onde não existem consultas de planeamento familiar, outros onde é impedida a sua expansão. O aborto clandestino é realidade viva do nosso país (as estimativas são de 100 a 300 mil por ano), que afecta particularmente as jovens. Foi atendendo a esta realidade, que o PCP tomou a iniciativa de apresentar na AR três projectos de lei sobre protecção e defesa da maternidade garantida do direito ao planeamento familiar e à educação sexual e legalização da interrupção voluntária da gravidez».

Como se lê na nota introdutória do texto integral dos referidos projectos de lei (publicação recente das Edições «Avante!»), a apresentação daquelas propostas pelo Grupo Parlamentar do PCP (4 de Fevereiro deste ano) constituiu «uma importante iniciativa que visa preencher uma grave lacuna da lei portuguesa no tocante à defesa da maternidade como acto livre, consciente e responsável, e assegurar a plena consagração dos direitos da mulher portuguesa». Foi também «um acto de audácia de que só poderia ser

# sobre questões sindicais

gens a amigos e simpatizantes.

Por outro lado, paralelamente à campanha de recrutamento em curso, a DORAL desenvolve uma campanha para aumentar substancialmente a divulgação e estudo da imprensa do Partido vi-

sando particularmente o aumento de vendas do «Avante!» e do «Militante».

**Protecção da maternidade**

Em Portimão e Faro realizaram-se dois importantes

debates acerca dos recentes projectos de lei que o PCP apresentou na Assembleia da República sobre a maternidade, planeamento familiar e interrupção voluntária da gravidez.

Largas centenas de pes-

soas participaram interessadamente nestas iniciativas aprofundando, com a sua intervenção, a discussão de tão importantes diplomas. Presente a camarada Zita Seabra, deputada e membro do Comité Central do Partido.

# Comunistas esclarecem os objectivos da visita de Balsemão a Coimbra

«A primeira pedra da campanha eleitoral da AD do distrito de Coimbra» - poucas palavras que esclarecem por completo os objectivos da visita que o Primeiro-Ministro realizou àquela região no passado dia 7. Interpretando o sentir de muitos cidadãos, de muitos democratas, de muitos homens e mulheres que não se deixam cair na teia demagógica e enganadora da propaganda eleitoralista, a Comissão Distrital de Coimbra do PCP divulgou recentemente uma nota em que salienta:

«A visita do Primeiro-Ministro a alguns concelhos do distrito de Coimbra saiu-se por um rotundo fracasso. Mais uma vez foi aprovada a desastrosa política do governo Balsemão/AD, cujos prejuízos para a população e o país não são iludidos por viagens propagandísticas de Pinto Balsemão.

«Necessário, nos primeiros lugares visitados, pela indiferença e fúrdio populares, confrontado com o embaraço e o ridículo das frustradas tentativas dos seus correligionários para contrariar a contestação à sua presença, como aconteceu em Coimbra, Pinto Balsemão acabou, numa clara declaração de

vencido, por cancelar algumas visitas que tinha no programa, nomeadamente nos concelhos de Montemor-o-Velho e Penacova».

**2,6 milhões de contos para empreendimentos?**

Depois de referir que «o Primeiro-Ministro mais não fez do que, através de um discurso vazio de conteúdo e pleno de estafados lugares-comuns, reforçar nos trabalhadores e nas massas populares a disposição de luta por uma alternativa e um governo democráticos», a Comissão Distrital do PCP salienta: «Anunciando enfaticamente a concessão de 2,6 milhões de

contos para empreendimentos, Pinto Balsemão lançou a primeira pedra da campanha eleitoral da AD no distrito de Coimbra mas não fez por certo esquecer o golpe desferido pelo governo contra as autarquias locais por via do não cumprimento da Lei das Finanças Locais, o que se traduz na falta de resolução de problemas básicos das populações, como sejam a habitação, o saneamento básico ou o abastecimento de água e electricidade».

A terminar, o documento que temos vindo a citar refere: «Fugindo ao contacto e ao diálogo com os trabalhadores e o povo do distrito, o Primeiro-Ministro perdeu assim, mais uma vez, uma ótima oportunidade para ouvir de viva voz a afirmação da vontade do povo português, que quer trabalho, segurança no emprego, salários justos, saúde gratuita, respeito pelo poder local democrático, medidas compensadoras para o duro trabalho nos campos, que exige, enfim, a demissão do governo, a dissolução da Assembleia da República, a formação de um governo de gestão e a realização de eleições antecipadas para livremente decidir do futuro do país».

# Plenário concelho na Figueira da Foz

No próximo sábado, dia 17, realiza-se um importante plenário concelho para os militantes comunistas da Figueira da Foz.

A preparação da III Assembleia da Organização concelhia (que se efectuará a 30 de Maio) e o debate sobre a situação política e social constituem os objectivos centrais do referido plenário, cujos trabalhos decorrerão no CT do Partido, na cidade da Figueira da Foz.

No fim do plenário haverá um convívio onde não faltará a música popular, com a Brigada Victor Jara, e diversos petiscos.

# Montijo

A política de fundos do Partido tendo em conta, nomeadamente, os objectivos definidos pela organização para este ano de 1982, constituirá o principal tema de debate no plenário de âmbito concelho que se efectuará no próximo sábado, dia 17, no Montijo.

A iniciativa vai realizar-se no Centro de Trabalho do PCP, com início às 15 horas.

# Movimento dos Festivais da Canção Juvenil

## «Avante!» ouviu um elemento da Comissão Organizadora

Prósseguindo o acompanhamento informativo do Movimento dos Festivais da Canção Juvenil, registámos esta semana um breve depoimento do camarada Brás Neves, membro da Comissão Organizadora desta grande iniciativa dos jovens comunistas.

«O Movimento dos Festivais da Canção Juvenil (MFCJ), iniciativa do jornal «Juventude», órgão central da Juventude Comunista Portuguesa, decorre por todo o país, subordinado ao lema «Juventude Voz da Paz» e é já um grande movimento cultural juvenil, sendo de destacar a grande amplitude e divulgação que tem atingido de ano para ano, com um crescente número de festivais realizados».

Cinquenta e um festivais já com data marcada estão ainda por realizar, e ascende a centenas o número de jovens que participaram até ao momento nos festivais realizados. A este respeito disse-nos o camarada Brás Neves que «em Vila Real o festival decorreu com 28 jovens

artistas em palco e uma assistência calculada em mais de 250 jovens. Também em Espinho para uma assistência de mais de 400 pessoas, actuaram 32 jovens concorrentes com uma média de 20 anos de idade. Em Tortosendo, foram 5 os grupos concorrentes que se apresentaram a uma assistência de 200 pessoas, tendo actuado na segunda parte do espectáculo Samuel. Realizou-se ainda em S. Pedro do Sul um festival com 13 concorrentes e uma assistência superior a 500 pessoas».

Sobre o significado cultural e político do Movimento dos Festivais da Canção Juvenil, salienta o camarada: «Este grande movimento cultural juvenil tem permitido

aos jovens a possibilidade de demonstrarem os seus talentos e capacidades artísticas, conseguindo-se assim atingir um objectivo que é negado aos jovens pela Rádio, pela Televisão e por outros meios comerciais e oficiais, entidades que nunca se preocupam com actividades fora do chamado círculo comercial, retirando aos jovens qualquer possibilidade de demonstrar publicamente as suas qualidades musicais e a sua imaginação criativa no espírito do Portugal de Abril».

«Nestes festivais têm surgido grandes talentos que mais tarde poderão vir a firmar-se como grandes músicos e que ainda não tinham surgido porque não lhe havia sido dada uma oportunidade».

A finalizar diria que «o Movimento dos Festivais da Canção Juvenil é já uma grande iniciativa de massas, e é cada vez mais uma iniciativa para a juventude».

# Festa-comício em Queijas

Começa às 8 da manhã e terminará certamente já pela noite dentro a jornada de convívio popular que é promovida pela organização local de Queijas, da freguesia de Carnaxide, já no próximo sábado, dia 17.

Da parte da manhã estão previstas as seguintes iniciativas: alvorada, içar das bandeiras, visita ao Centro de Trabalho do Partido e actividades desportivas. À tarde,

# Gouveia, Matosinhos Moita... e não só!

Próximos festivais:

- 17 de Abril - Gouveia e Matosinhos;
- 18 de Abril - Moita;
- 24 de Abril - Guarda;
- 30 de Abril - Gaia e Lisboa (Salão das Furnas);
- 2 de Maio - Sines e Seixal;
- 8 de Maio - Porto, Gondomar, Santarém, Penacova, Évora, Beja, Lisboa (Zona ocidental), Lisboa (Zona oriental), Setúbal, Faro, Portimão, Vila Franca de Xira, Sintra, Castelo Branco, Caldas da Rainha, Coimbra e Amadora;
- 9 de Maio - Fátima, Braga, Guimarães, Lorbão e Marinha Grande.
- 15 de Maio - Barreiro.

# Distrito de Leiria PCP prepara eleições autárquicas

## • Encontro de Quadros no próximo domingo

Com o objectivo de lançar todo o trabalho destinado a preparar as eleições das autarquias deste ano, a Direcção de Organização Regional de Leiria (DORLEI) do PCP vai levar a efeito no próximo domingo, 18 de Abril, na Marinha Grande, um Encontro Distrital de Quadros.

O referido Encontro, que contará com a presença de centenas de militantes do PCP e outros democratas que integram a APU, oriundos de todo o distrito, decorrerá na Sede do «Sport Império Marinhense», das 10 às 18 horas.

O Encontro tem vindo a ser preparado pelas organizações concelhias do PCP e contará com a presença do deputado comunista Joaquim Gomes, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central.

A definição das principais linhas de acção do PCP no distrito de Leiria face às eleições autárquicas, bem como problemas de índole local e regional, serão o objectivo central desta realização que contará ainda com a presença de numerosos convidados, quer independentes, quer membros do MDP/CDE.

# No próximo sábado Festa do CT de Alfama

Realiza-se no próximo sábado, dia 17, a já tradicional festa do Centro de Trabalho de Alfama do PCP (Largo Chafariz de Dentro), em Lisboa.

A festa, que é organizada pelos Sector Público e Sector da Função Pública da Organização Regional de Lisboa (ORL) do PCP, inicia-se às 15 horas e terá uma parte dedicada às crianças de Alfama, com a intervenção dos palhaços «Pantufa e Pantufinha», ilusionismo e outras surpresas, e uma outra parte com canto-livre, animada pelo conjunto «Plebe».

A noite, às 21 e 30, haverá uma intervenção política, por um membro do Comité Central do PCP, e uma «noite de fado» com a presença de fadistas populares.

Esta festa é aberta à população de Alfama.

# Sessão-debate com a Função Pública

Alguns dos principais temas da actualidade política e as posições do PCP foram recentemente abordados numa sessão-debate em Lisboa na qual participou o camarada Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do Partido. A iniciativa foi promovida pelo Sector da Função Pública da Organização Regional de Lisboa (ORL) do PCP, tendo decorrido, num ambiente de vivo interesse.

Durante a sessão, que foi realizada nos Bombeiros Voluntários Lisbonenses, na Rua Camilo de Castelo Branco, seriam aprovadas por unanimidade duas moções: uma exigindo a saída de Proença de Carvalho da direcção da RTP e outra de repúdio pela actuação do Governo AD e da GNR na Fábrica de Loijas de Sacavém (ver artigo nesta edição).

A sessão contou com a presença de mais de uma centena de trabalhadores da Função Pública.

# Atenção trabalhadores da Saúde!

O camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do Comité Central e presidente do Grupo Parlamentar do PCP participa na sessão de esclarecimento promovida pelos trabalhadores comunistas do sector da saúde (Lisboa) e que decorrerá, a partir das 21 e 30 no salão da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Lisbonenses, na Rua Camilo Castelo Branco, 33, ao Marquês de Pombal.

A sessão tem início como tema «a situação política actual».

# Pioneiros do Barreiro

Levam a efeito, os pioneiros do concelho do Barreiro, no próximo domingo, pelas 15 horas uma entrega de lenços.

Estarão presentes núcleos de pioneiros de St.º André, Palhais e Coia.

No fim da cerimónia, haverá um lanche na Mata da Machada.

# Bancários em plenário

Os trabalhadores bancários comunistas do distrito de Lisboa vão reunir-se em plenário na próxima segunda-feira, dia 19, no Centro Vitória, na Avenida da Liberdade. O encontro está marcado para as 17 e 30.

«Estão reunidos», diz-nos o organismo do Partido, «destina-se a fazer o balanço da aplicação das conclusões da 3.ª Assembleia de Organização que se debruçou sobre as próximas eleições sindicais e a perspetivar a fase final da campanha».

O organismo de Direcção dos bancários comunistas apela à participação de todos os camaradas na importante iniciativa, a fim de contribuírem com as suas ideias para o reforço de uma luta em que os trabalhadores do sector estão empenhados.

# Vale da Amoreira

No próximo domingo, dia 18 reúne em plenário a célula dos comunistas do Vale da Amoreira, concelho da Moita. O encontro decorrerá a partir das 15 horas na Sociedade da Baixa da Serra.

No final haverá passagem de filmes.

# CT de Arroios

Informa-nos a 4.ª zona do Comité Local de Lisboa (CLL) que, no âmbito da dinamização do Centro de Trabalho de Arroios, se vai realizar no próximo sábado, nas instalações daquele CT uma sessão de cinema em que será projectado o filme «Terras Desbravadas». A iniciativa começa às 15 horas.

Entretanto, no dia 20, à noite, haverá uma passagem de diapositivos sobre a União Soviética e a exibição do filme «Festa do Avante! de 1981». Esta sessão tem início marcado para as 21 e 30.

# Sarilhos Grandes

Análise e discussão do orçamento para este ano e questões relacionadas com a preparação de diversas iniciativas - esta é a ordem de trabalhos proposta para o plenário de militantes comunistas de Sarilhos Grandes (Montijo), marcado para o próximo sábado, no CT local, às 21 horas.

# «O Comunista»

Amanhã às 21 e 30 é projectado no salão do CT Vitória em Lisboa o filme «O Comunista». A iniciativa é da SIP do Comité Central.

Nacional

Madeira

# O que faz um comunista sozinho numa Assembleia de direita

Acaso o senhor pensa que está na Rússia, onde ainda se anda de burro? Isto aqui é um país civilizado! O «isto aqui» significa Portugal — a frase, essa é da autoria de um representante do PPD/PSD na Assembleia Regional da Madeira, quando ali interpelava o deputado do PCP durante uma discussão sobre mini-táxis para a Região. É verdade que se trata de uma alarvidade quimicamente pura, das só possíveis na boca da direita quando em bruto — lá onde a asneira desabrocha contentinha e convictamente ignorante, num analfabetismo cultural espesso, aplicado, sem brechas. Mas há atenuantes a socorrer o cívico desconchavo do deputado pépêde: na altura da frase, ele e os seus pares ainda convalesciam da perplexidade que os acometera em 5 de Outubro de 1980 quando, nas eleições legislativas, o PCP conquistou o seu primeiro mandato à Assembleia Regional da Madeira, no quadro da APU. Pressentiam então — o que politicamente é bem mais importante — que as coisas «com eles» (apesar de um único representante) não seriam tão cómodas como até então, quando as oposições PS e UDP à hegemonia PPD/PSD se caracterizavam, a primeira pela indiferença (quando não complacência), a segunda por um verbalismo inócuo e bacocamente obcecado em discretar «política geral». O futuro confirmar-lhes-ia os pressentimentos ao impor uma nova realidade na Assembleia Regional da Madeira, de que damos uns breves apontamentos.



Mário de Aguiar, deputado do PCP à Assembleia Regional da Madeira

Um «faz de conta»

Antes da entrada do deputado comunista na Assembleia Regional, tudo ali se passava assim a modos de um faz de conta: nenhum assunto era minuciosamente discutido, não existiam Comissões de qualquer espécie, os plenários, quando se realizavam, serviam liminarmente à aprovação sem comentários do que o Governo Regional engendrava; enfim, um longo, reconfortante e amável bocejo, de vez em quando animado pelas jovialidades teóricas dos representantes da UDP — às vezes inflamados pelos magnos problemas «do estado da revolução», outros preocupados em cerzir oposições ideológicas de fino trato e profunda universalidade.

Palpáveis, palpáveis, sim, eram os vencimentos mensais e o hermetismo da Câmara, naturalmente avessa a sessões abertas ao público — necessidade de compreensível tendo em conta o como o sossego e o recolhimento são o pão para a boca do legislador...

Com a chegada do representante do PCP à Assembleia e logo na primeira sessão, que se realizou para a eleição da Mesa, as coisas mudaram de figura até ao comportamento dos representantes do partido maioritário, o PPD/PSD, que se viram forçados a começar «a actuar» pese embora o objectivo inicial desse dinamismo que foi — adivinhem! — nem mais nem menos que dificultar a presença de um elemento comunista no seu «feudo».

Depois... depois tiveram mesmo que se virar ao trabalho, cumprir as normas regimentais «desenterradas» pelo deputado comunista, passar a discutir os assuntos, fazer e ouvir interpeleções.

Dadas as circunstâncias, mais compreensível se torna a arremetida de brio civilizacional do deputado pépêde referida no início do texto: o infeliz desconchavo tais lances, não deixando todavia de ouvir na altura, do deputado do PCP, que se assim experimentava a novidade da discussão democrática dos problemas, muito o devia aos comunistas, os que se bateram mais consequentemente contra a ditadura fascista, até ao seu derrube definitivo.

Foram formadas Comissões permanentes (Política geral, Planeamento e Finanças, Agricultura e Pescas), Comissões eventuais e uma outra denominada «Comissão Permanente» para funcionar nos intervalos da Assembleia. O deputado comunista faz parte de quase todas estas Comissões.

E as coisas «mexeram»

As coisas começaram então a «mexer» na Assembleia Regional da Madeira; respiguemos alguns exemplos.

O diploma sobre a criação da Direcção Regional de Aeroportos foi votado na respectiva Comissão por unanimidade (PSD e PS); após a intervenção do deputado comunista em plenário denunciando as ilegalidades contidas no diploma (nomeadamente na legislação de trabalho), o grupo parlamentar do Partido Socialista alteraria radicalmente a sua posição, tendo votado contra (este caso deu-se no princípio de Março deste ano).



Zona comercial do Funchal; ao fundo, o Mercado. O pior são os preços, ainda mais arbitrários que no Continente

Também na discussão da Lei dos Solos foi proposto pelo PS um aditamento a um artigo, tendo o representante do partido apresentado um outro aditamento completamente diverso do PS, que depois acabaria por retirar o seu, ao se ver confrontado com a evidente gravidade de que enfermava.

Há outros exemplos da mudança de opinião do PS na sequência das intervenções comunistas, apontando para uma convergência de opiniões que, pontual embora, se tem mostrado frutuosa ao isolar o PPD/PSD nas suas oposições discriminatórias. Foi o caso de um parecer sobre a criação de novas Freguesias, com toda a gente inicialmente de acordo sobre a competência da Assembleia Regional para rever esta matéria; o deputado comunista denunciou a inconstitucionalidade de tal parecer, defendendo que esta matéria era da exclusiva competência da Assembleia da República, no que seria apoiado depois pelo PS. O mesmo se passou com a criação da lei orgânica da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais: aqui inicialmente a UDP nem tinha posição; o PS era favorável mas acabou por votar contra, juntamente com o PCP.

Também merece ser referida a questão dos Subsídios e

Comparticipações às Autarquias criado pelo PSD/João Jardim e imposto na Assembleia, passando assim o partido governamental a atribuir as verbas discricionariamente (um exemplo: às Juntas de Freguesia, passando por cima da competência dos Concelhos).

O PS apresentaria um projecto de decreto regional com o mesmo título («Subsídios e Participações às Autarquias») o que continuava a ser ilegal e inconstitucional, pelo menos no título e com fundamentação correcta (respeito dos limites da Lei 1/79). Seria discutido e rejeitado.

Mais tarde o PCP apresentou um projecto de decreto regional versando a mesma matéria do do PS mas com a designação correcta de «Fundo Regional de Apoio às Autarquias Locais» (ainda não foi discutido); posteriormente o PS substituiu o título da sua proposta, adoptando o do PCP.

O peso de uma voz

É evidente que o PPD/PSD faz aprovar na Assembleia Regional tudo o que lhe convém. As tricas que mantém com o elemento do PSD não lhe afectam a digestão legislativa e a oposição não tem força numérica, nem de perto nem de longe, que lhe permita alterar os resultados das votações. Todavia acontecem coisas interessantes no desenrolar dos trabalhos, que acabam por interferir nos objectivos pépêdistas e impõem-lhes mesmo rumos imprevisíveis. No próprio plenário já foram aprovadas emendas propostas pelo PCP, o que tem sobretudo a ver com a fundamentação irrespondível em que assentavam e, em geral, assentam. Aprovados dois votos comunistas: de protesto pela não aplicação das Finanças Locais e festejando o 25 de Abril.

O PCP foi o único Partido a tomar uma posição prévia sobre a Revisão Constitucional em matéria de Autonomia. Na sequência disto a Assembleia Regional acabaria por aprovar um parecer sobre esta matéria que resultou muito diferente do proposto pela «AD» (em concreto foi dado parecer desfavorável à proposta da «AD» de eliminação do nº 2 do Art. 101, que prevê a extinção da colónia; este foi um

dos pontos defendidos desde o princípio pelo PCP).

O PCP também sempre se bateu contra a supressão do nº 3 do Art. 233º (proposta pela «AD»), que resultaria na subtração das competências exclusivas das Assembleias Regionais, ficando todos os poderes na mão do Governo; a Assembleia Regional acabaria por aprovar um parecer contrário a tal supressão.

Foi igualmente contemplada em parte a proposta do Partido «Solução de conflitos entre normas Regionais e normas da República», o que significou um desfeiteamento da proposta da «AD» sobre o assunto.

Refira-se ainda um pequeno episódio ilustrativo da incompetência que caracteriza globalmente a «maioria regional»: o Art.º 311.º, n.º 2, da Constituição, que proíbe a existência de Partidos Regionais, foi mantido pela «AD» no seu projecto de revisão, tendo apenas mudado de lugar; o PPD local, como nem iria todo o projecto da «sua» coligação, julgou ter sido eliminado o referido Artigo, pelo que deu a sua alvorçada aprovação a uma alteração... que não existiu! O facto seria detectado e denunciado apenas pelo PCP.

Para terminar estes breves apontamentos sobre a actividade e o trabalho realizado do deputado comunista na Assembleia Regional da Madeira, cabe falar da sua visita ao Parque Nacional Península-Gerês, no Continente, para colher dados para a criação do Parque Natural da Madeira (tendo sido recebido pelo seu director, que lhe dispensou um dia inteiro a mostrar e informar convenientemente sobre o parque que dirige).

Visitou igualmente a Região Autónoma dos Açores (Terceira, Faial e S. Miguel), participou num colóquio em Machico sobre a defesa da Ponta de S. Lourenço, mantém contactos com a população e participa em todas as realizações para que é convidado (coisa que os outros deputados não fazem).

Foi também o único deputado a visitar as instalações de apoio aos deficientes na Madeira (tendo sido muito importante o contacto com os agentes de Ensino) e integrou uma delegação da Assembleia Regional que visitou oficialmente a Região Autónoma da Sardenha, experiência bastante importante.

Os resultados das legislativas de Outubro de 80 colocaram na Assembleia Regional da Madeira 35 representantes do PPD/PSD, cinco do PS, dois da UDP, um do CDS e, pela primeira vez, um do PCP, o camarada Mário de Aguiar. A conquista pelo PCP de um lugar no órgão legislativo da Região Autónoma dava lógico remate a duas coisas, entre si convergentes: o esforçado trabalho desenvolvido pelo Partido na Madeira em defesa dos interesses das populações e o reconhecimento desse trabalho por parte destas, traduzido no alargamento da influência eleitoral dos comunistas e da APU no Arquipélago.

Esta vitória eleitoral ganha contornos políticos particularmente relevantes quando olhadas as condições objectivas e subjectivas onde se moveu e a ela conduziram — as condições

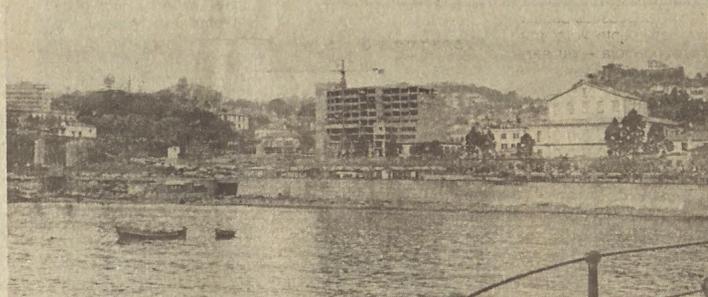
do Arquipélago da Madeira, feudo aparentemente inexpugnável dum direita trauteira e populista, que vive tentaculando a Região através da coacção económica, política, social, moral e até religiosa (através de certo clero retrógrado, mancomunado aos interesses da classe dominante).

Vitória, enfim, a merecer leitura um pouco geométrica dos números eleitorais, dadas as condições particularmente difíceis que arrostou, os obstáculos que venceu, a importância qualitativa do espaço que conquistou.

A atestá-lo está o trabalho já produzido na Assembleia Regional, exemplar a dois níveis: um, da capacidade realizadora dos comunistas, outro, do seu dinamismo criador — alavanca de progresso, imparável na sua vocação transformadora.



Câmara de Lobos: neste autêntico «morro» à brasileira equilibram-se muitas centenas de famílias, numa miséria que bem atesta o fim da «exploração do homem» anunciado por Jardim



Bala do Funchal: este monstro de cimento foi erguido no meio de um conjunto arquitectónico secular; o total desprezo dos dirigentes PPD da Madeira pelas heranças culturais, está aqui de corpo inteiro

# Planeamento familiar e educação sexual — direitos de todos os cidadãos

O aborto clandestino — clandestino porque a lei teima em considerar crime um flagelo social que urge combater por meios sérios e eficazes — é porventura o meio mais antigo e divulgado de «planeamento familiar». Defrontada com uma gravidez que não procurou, a mulher recorre com uma frequência que só os hipócritas teimam em esconder, à interrupção da gravidez. Motivos de ordem social, económica e até moral levam a mulher a recorrer ao aborto. Numa situação que impede de beneficiar dos meios técnicos e científicos apropriados, a maioria das mulheres portuguesas não encontra outro caminho senão o de penetrar nos meandros sórdidos do aborto clandestino. Em condições que ofendem a sua dignidade e fazem perigar a sua saúde, arriscando quantas vezes a vida, as mulheres portuguesas encontram assim a «solução» para uma gravidez que não desejaram. Que solução real para estes casos dramáticos?

Ao apresentar os seus três projectos sobre defesa da maternidade, sobre planeamento familiar e educação sexual e sobre a interrupção voluntária da gravidez, o PCP não se gaba de ter encontrado a solução definitiva, a solução que responda perfeitamente aos problemas colocados pelo planeamento familiar da sociedade portuguesa. Os seus projectos são um contributo valioso, entretanto. Viam preencher uma grave lacuna na Lei portuguesa «no tocante à defesa da maternidade como acto livre, consciente e responsável, e assegurar a plena consagração dos direitos da mulher portuguesa. Assim se pretende», como afirma o prefá-

to do PCP encara o problema do aborto com uma perspectiva muito mais larga que a própria questão em si. Na realidade, o aborto, surgindo sempre como último recurso ou como o único recurso conhecido para a maioria das mulheres portuguesas, não se combate penalizando-o ou «despenalizando-o». A penalização empurra a sua prática para a clandestinidade. A pura e simples «despenalização» não cria, por si só, os meios de salvaguardar a saúde e a dignidade e a própria vida da mulher. Não cria, por outro lado, uma alternativa capaz de fazer encerrar o aborto como «último recurso».

A questão é, pois, complexa. Só criando uma legislação capaz de defender a maternidade (não apenas encarada como acto reprodutor mas como função social que urge proteger e dignificar), abrindo à mulher a possibilidade de continuar a desempenhar o seu papel na vida produtiva, social e política, e à criança oferecendo condições de segurança e felicidade, é que se pode seriamente encerrar o problema do aborto, é que se pode legislar sobre a interrupção voluntária da gravidez. Ao mesmo tempo, não é possível legalizar o aborto — encarado como último recurso — sem que se ofereça aos cidadãos um enquadramento legal que permita o livre e assistido acesso aos métodos de planeamento familiar e a uma educação sexual sã e livre de tabus obsoletos.

Como diz o projecto: «Ao apresentar na Assembleia da República um projecto de lei sobre o direito ao planeamento familiar e à educação sexual, juntamente com duas outras iniciativas legislativas respeitantes à defesa da maternidade e à legalização da interrupção voluntária da gravidez, o Grupo Parlamentar do PCP procura dar plena expressão legal a um direito fundamental dos cidadãos e ao primeiro direito da criança: o direito a ser desejada pelos seus pais».

Maternidade, acto consciente

Diz o preâmbulo do projecto sobre planeamento familiar e educação sexual, que o «planeamento reveste-se de particular importância para a mulher, a quem possibilita a opção num domínio que condiciona decisivamente o seu futuro. Da criação de condições para o seu exercício depende a transformação da maternidade em acto consciente e desejado, capaz de fazer a felicidade tanto daqueles que decidem dar a vida como da criança que vai nascer».

Não sendo — até constitucionalmente — apenas uma liberdade, mas um verdadeiro direito dos cidadãos, o planeamento familiar obriga pois o Estado a assegurar a possibilidade do seu exercício em condições adequadas.

O projecto comunista preocupou-se, para além das inovações que propõe na matéria, em preservar e defender o quadro que tem presidido ao lançamento do planeamento familiar em Portugal após o 25 de Abril, ao mesmo tempo que, baseando-se na experiência já adquirida e na grande receptividade que conheceu junto das populações, traduz em lei determinações que defendam o planeamento dos ataques, muitas vezes subreptícios, lançados por forças obscurantistas que lograram instalar-se no Poder.

Dando conta do crescente interesse pelas consultas de planeamento familiar — que conheceram um extraordinário ascenso após a divulgação dos projectos comunistas — o preâmbulo afirma a necessidade de incrementar estruturas e serviços que forneçam uma informação científica, «para que cada um possa escolher livre e conscientemente o método que entender».

O projecto considera ainda que a lei proposta seria incompleta se não tivesse em conta a educação sexual «encarada

como componente essencial da educação global dos cidadãos», e dá-lhe uma importância fundamental apontando soluções que deem resposta à realidade nacional, tendo em conta que, cada vez mais cedo, os jovens tomam consciência da sua sexualidade e reconhecendo que é a adolescência o único grupo etário em que a taxa de natalidade aumenta — com consequências muitas vezes dramáticas, como o prova o crescente recurso da adolescentes ao aborto clandestino.

Soluções propostas pelo PCP

A inclusão da educação sexual nos programas escolares retomando o caminho encetado a seguir ao 25 de Abril e afastando definitivamente as velhas concepções fascistas que dividiam o corpo humano em «cabeça, tronco e membros», excluindo dos programas as referências à evolução genérica do crescimento do homem — tendência que de novo se verifica após a «AD» ter ocupado a governação — é uma das medidas fundamentais propostas pelo projecto comunista.

«As soluções preconizadas», diz o projecto, «adequam-se à realidade nacional, mas não deixam de reflectir os ensinamentos da experiência de outros países, e os resultados mais positivos de décadas de reflexão e debate internacional sobre a matéria, hoje expressos em numerosas resoluções, recomendações e pareceres elaborados com a participação de forças políticas e sociais dos mais diversos quadrantes».

Os comunistas propõem a expressa inclusão da educação sexual nos programas escolares e explicam que tal proposta visa assegurar que daí resulte uma contribuição positiva para o desenvolvimento dos jovens «com vista ao exercício livre e responsável dos seus direitos, bem como para a superação das dis-



criminações em razão do sexo e da divisão tradicional de funções entre a mulher e o homem. Ao preconizar-se o ensino de conhecimentos científicos sobre anatomia, fisiologia e sexualidade humanas, fica desde logo sublinhado que se trata de aspectos profundamente interligados».

«Mas não se pormenorizam», esclarece o preâmbulo do projecto do PCP, «excessivamente as orientações a adoptar. Deliberadamente se limitou o âmbito da lei à definição de princípios gerais, uma vez que, para cada nível de ensino, se requerem conteúdos e métodos próprios, cabendo aos docentes um importante papel e responsabilidade na adequação de uns e outros às características e necessidades dos jovens a que se destinam».

O planeamento familiar, definido como o direito que todos têm a decidir livremente o número de filhos, bem como o intervalo entre os nascimentos, em condições que assegurem uma escolha consciente e preservem a intimidade da vida pessoal, deve ser garantido em primeiro lugar pela liberdade de primeiro dos cidadãos em re-

lação aos seus múltiplos aspectos. Assim, o projecto procura que seja assegurada a difusão de meios e produtos contraceptivos, estabelecendo ao mesmo tempo que só aos interessados cabe a decisão sobre o seu uso ou escolha. O projecto procura ainda garantir que «a todos seja facultada a possibilidade prática de utilização do método por que tenham optado, após exame médico e aconselhamento adequado».

O livre acesso ao planeamento familiar, a todos os que dele careçam ilegitimando as discriminações em relação aos jovens; a gratuidade dos meios e consultas; a promoção da informação e divulgação por parte do Estado, das regras e métodos de regulação da natalidade; a promoção de formação de técnicos necessários, são outros das determinações que contém o projecto de lei do PCP sobre educação sexual e planeamento familiar.



ção à edição em livro dos três projectos, «contribuir também para pôr fim a um dos maiores flagelos que afectam a sociedade portuguesa, atingindo muito particularmente as mulheres — o aborto clandestino».

A necessidade do planeamento familiar

Não é por acaso — e já aqui o repetimos ao abordar com algum pormenor o projecto sobre

Poder local

# A «AD» pretende fazer passar uma lei eleitoral que institui a burla

• entrevista com João Amaral

Está agendada para o próximo dia 27 a discussão na Assembleia da República da proposta de Lei 81/II sobre "eleições autárquicas" — a primeira, de entre as que compõem o chamado pacote legislativo autárquico, que o Governo submete à votação.

O propósito da "AD" é evidente: trata-se também neste caso de ganhar tempo e terreno de manobra para a fraude. Pela sua evidente inconstitucionalidade, a possibilidade de promulgação é remota; mas não é isso que fará recuar o Governo em mais uma das sucessivas tentativas que tem empreendido — e algumas passaram mesmo, ainda que parcialmente — para adulterar a democraticidade das eleições.

O PCP tem debatido e divulgado por todas as formas ao seu alcance o que pensa do "pacote" e de cada uma das suas propostas de lei. Mas agora que esta proposta sobre as eleições autárquicas val provavelmente franquear a primeira porta "legal" graças a maioria "AD" e apesar da generalizada oposição de todos os restantes partidos, parece importante pormenorizar alguns dos seus objectivos para, que possamos, todos, compreender melhor o seu carácter fascizante; para que possamos, todos, denunciá-la.

Trés ou quatro questões postas sobre o assunto ao camarada João Amaral, chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do PCP, permitem trazer hoje às páginas do "Avante!" mais alguns elementos sobre mais esta operação subversiva da "AD" contra o regime democrático.

— A ideia central de que me parece ser de partir — começou por afirmar — é esta: este é o primeiro assalto deste governo "AD" directamente dirigido à regulamentação do acto eleitoral.

Mas vem na continuidade de outros que claramente visam preparar a burla eleitoral.

É disso que se trata: tentar dar força de lei à burla eleitoral.

Vejamos em primeiro lugar como é que tem funcionado a legislação existente, e vejamos depois quais são as principais alterações que

Na proposta de lei agora apresentada começa o Governo por dizer que a sua pretensão é coordenar toda a legislação dispersa. É um logro. Porque o que nela revela fundamentalmente são as alterações e "inovações" que propõe, e nomeadamente quanto ao voto por correspondência e quanto à propaganda eleitoral.

### O voto pela "arreatá" de caciques e patrões

— O voto por correspondência está previsto na lei eleitoral para a AR, e em

de uma Câmara, apresenta-lhe o seu documento comprovativo de ausência, requer o boletim de voto, identifica-se, entrega o seu cartão de eleitor. Nos termos da lei, o presidente da Câmara é obrigado a assegurar-lhe condições para que possa exercer o seu direito de voto em segredo — e é ele que o tem que exercer porque é ele que tem que lá ir —



preenche o seu boletim e fecha-o nos envelopes, só então o entrega pessoalmente ao presidente da Câmara, que por sua vez o remeterá à Assembleia de Voto.

O sistema que o ministro Ângelo Correia procura pôr em vigor é totalmente diferente.

Em 1.º lugar: alarga o exercício de voto por correspondência aos doentes, mediante atestado médico — e logo se vislumbra o que isto pode dar de manigâncias! Qualquer bom cacique arranja velozmente o número de atestado (e de votos) que lhe convém. Centenas e centenas de pessoas podem assim, facilmente votar por correspondência — ou ser-lhes imposto que votem por correspondência. Porque essa é que é a grande questão: nas zonas onde as liberdades não estão garantidas, o cacique pressiona e deste modo poderia condicionar (e, como veremos mais adiante, controlar) o voto de muita gente.

O outro "benefício" nesta matéria vem através da entidade patronal, que passaria a ter também a possibilidade de justificar o voto por correspondência declarando que, previsivelmente, no dia da eleição o trabalhador tal ou tal não estará no local. Isto é: o patrão pode exercer pressão, é a própria lei que lhe faculta os meios para obrigar os trabalhadores a requererem o voto por correspondência.

Mas a lei pretende ir mais longe. De facto, não é necessário que o eleitor se deslocar à Câmara — tem unicamente que enviar para lá, e pode ser por carta, o documento comprovativo de ausência ou de doença, pedindo o boletim e os envelopes. O presidente da Câmara entrega-os, de novo através do correio por exemplo, ao eleitor.

Ao eleitor — ou não! Porque a partir daqui está-se mesmo a ver como é que tudo isto se pode passar... É a tal história de assim se instituir uma nova profissão — a de solicitador eleitoral. Armado de minutas, impresso o modelo do requerimento de eleitor e dos atestados respectivos, o solicitador eleitoral recolhe as assinaturas, procede aos reconhecimentos notariais, trata da expedição e recepção de documentos, faz os necessários registos de correio. E, para simplificar, naturalmente que vota, e vota... Protegido pela "via postal" e pelo cacique, que vigia e, se necessário paga!

Não é uma caricatura! Em zonas dominadas pelo caciquismo seria perfeitamente possível que o voto de centenas e centenas de eleitores passasse a ser "organizado" em termos de completa fraude. Em tais termos que muitos deles não chegariam a sequer a ver o seu próprio boletim de voto!

Qual é a coligação, qual é? Mas outras disposições contidas na proposta de lei merecem destaque — e uma há que tem particularmente a ver com a APU. Isto é, é

### Propaganda eleitoral? — quem determina é a Câmara...

O segundo aspecto fundamental da burla agora "consagrada" em proposta de lei refere-se à questão da propaganda eleitoral. E são de sublinhar duas normas per-

feitamente aberrantes, que contrariam frontalmente princípios fundamentais.

Uma delas determina que numa área de 100 metros dos locais de voto é proibida toda a propaganda durante todo o período da campanha eleitoral.



feita exclusivamente para atingir a APU. Trata-se de impor que as coligações eleitorais utilizem no seu símbolo os símbolos dos partidos que as compõem. É esse, como se sabe, o caso da "AD". Até a FRS. Qual é então a coligação, qual é

Quer isto dizer que em muitas povoações não chegaria a haver sequer afixação de propaganda — que como se sabe é muitas vezes o meio preferencial de propaganda. É frequente que as assembleias de voto se localizem em edifícios públicos, bem no centro de povoações de pequena área e forte concentração.

Aliás, mesmo em certas zonas de grandes cidades em que se verificou a desinstituição das mesas de voto (e alguns "habilidosos" presidentes de Câmaras não deixariam de marcar as mesas de voto de modo a "cobrirem" convenientemente o território...), muito difícil e às vezes impossível se tornaria a propaganda.

Esta é pois um gravíssimo atentado que a lei passaria a permitir. Mas, uma vez mais, a lei pretende ir mais longe: a própria Câmara passaria a poder deliberar a proibição da afixação de propaganda. Em toda a área do concelho — com a única excepção dos denominados "espaços especiais" que cabe às juntas promover. É sabido no entanto que, por um lado, esses placards não passam de um pequeno espaço para cada partido, por outro que podem ser colocados em zonas onde não passe praticamente ninguém. Depende das juntas...

Quem escreveu esta norma sabia quem estava a pretender atingir. Lá onde as forças democráticas estejam em maioria, nunca tão aberrante deliberação seria posta em prática. Mas, ao contrário, onde imperam caciques locais aí a deliberação de proibir a propaganda tenderia a ser o primeiro acto preparatório das eleições. Calar a oposição e cortar-lhe os meios de intervenção — é isso que o despuoradamente se apresenta como proposta de lei!

### Qual é a coligação, qual é?

Uma recente aprovação na Câmara Municipal do Porto de uma moção apresentada pela APU referente ao alojamento das vítimas dos temporais, em particular os das Freguesias da Sé e Miragaia (das zonas mais degradadas da cidade) veio dar novo alento a estes moradores e à dura luta que vêm travando contra toda a casta de boicotes e indiferença por parte da gestão "AD" (e não só) na resolução dos seus gravíssimos problemas.



Um comunicado da APU história essa luta das vítimas dos temporais do final do ano passado, realçando os resultados já conseguidos graças à unidade dos sinistrados e à acção da Aliança Povo Unido. Agora a Câmara Municipal acabou por aprovar a referida moção, onde se garante o alojamento a curto prazo em casas pré-fabricadas das vítimas dos temporais ainda instaladas em pensões. Impõe-se todavia — alerta o comunicado — que mesmo antes das casas pré-fabricadas estarem montadas, cada família desalojada que ainda se encontra em pensões saiba imediatamente qual é a casa que lhe vai ser atribuída, chamando ainda a atenção para a exigência, que igualmente se impõe, da entrega imediata do subsídio de alimentação aos desalojados,

## Cinco receitas para fabricar votos

"CDS, PSD e AD tudo têm feito para desrespeitar princípios constitucionais através da alteração das leis eleitorais.

O objectivo foi sempre o mesmo: retirar a democraticidade e seriedade ao sistema e regime eleitorais para se garantir e perpetuar no poder. Com o seu comportamento, a AD demonstra que teme e não respeita o princípio da alternância democrática e está disposta a recorrer a tudo para o inviabilizar.

Cinco vias principais têm seguido e tentado a AD.

Em primeiro lugar, através da adulteração do princípio da representação proporcional pela manipulação dos círculos eleitorais. Os agrupamentos de concelhos, com a consequente diminuição do número de deputados por círculo, a criação do círculo eleitoral nacional, com o mesmo resultado; a criação de círculos uninominais, como o de Macau — são alguns dos sistemas tentados e que se fundam naturalmente em laboriosa fabricação, feita por especialistas de geografia eleitoral empenhados em dar à AD mais deputados com menos votos!

Em segundo lugar, destacam-se as sucessivas tentativas para coagir e manipular os eleitores. A tentativa de tornar obrigatório o exercício do sufrágio, que se

traduziria na consagração do voto pela arreatá é exemplo claro disso. Como é também a tentativa constante da proposta e Lei 81/II, sobre o regime eleitoral para as autarquias locais, da responsabilidade do actual governo e em especial do ministro Ângelo Correia com a generalização do voto por via postal, sem quaisquer garantias e permitindo todo o tipo de manipulações e coacções pelos caciques e até pelas entidades patronais em geral.

Em terceiro lugar, avultam as sucessivas tentativas para empolar a expressão do voto dos residentes no estrangeiro para, beneficiando das graves limitações às liberdades e à actuação das forças democráticas em muitos países, como a África do Sul, os Estados Unidos e o Brasil, e manipulando não só as consciências sociais, como o próprio recenseamento e o exercício do sufrágio, vir a conseguir o que não consegue com o regime em vigor. A alteração da lei da nacionalidade (permitindo inclusivamente fabricar portugueses) e a alteração da lei do recenseamento (tornando-o obrigatório e facilitando-o em termos tais que nenhuma garantia de seriedade pode oferecer) são os instrumentos do plano, que, fabricando eleitores e votos às caradas, seria depois com-

pletado com a distorção do sistema de representação proporcional, aumentando o número de deputados pela emigração, todos claro que com marca AD garantida à partida e à custa como é evidente da actual realidade eleitoral!

Em quarto lugar, importa referir as limitações à liberdade de propaganda e actuação das forças democráticas durante a campanha eleitoral, que na proposta da Lei 81/II já aparecem configurados sem qualquer pudor.

Em quinto lugar, e finalmente, referem-se os instrumentos de manipulação que a AD tem sucessivamente usado e quer agora reforçar. Para quem recorda a gigantesca operação de demagogia nas eleições de 1980; para quem tem presente o controlo férreo dos principais meios de comunicação social; para quem vê a campanha eleitoralista que o Governo anda a fazer, em ano de eleições autárquicas, em torno da regionalização — torna-se evidente então o sentido de certas propostas, que, não sendo directamente do regime eleitoral, visam também a manipulação e a fraude eleitoral. É o caso, por exemplo, dos sacos azuis e do regime de tutela que a AD se pretende autoconceder no pacote legislativo sobre o poder local.

Resta saber se, sim ou não, tem a "AD" condições para a fazer passar.

### Se ainda resta algum democrata nas bancadas da maioria...

— Esta desastrosa proposta do ministro Ângelo Correia — assinala João Amaral —

As razões aduzidas são simples e claras: o que a "AD" pretende atacar é um princípio caro ao regime democrático, ou seja, o princípio da alternância. Feita a prova — como o foi bastante, no caso da "AD" — que uma certa política não serve, o povo português deve ter a possibilidade de a rejeitar através do voto, fazendo-a substituir através de



a clara e firme oposição de todos os partidos da oposição. Ao contrário e naturalmente, a posição dos partidos da "AD" é de esperar que seja de compromisso com o Governo. Mas é caso para perguntar: se ainda sobra algum democrata nas bancadas da maioria, que pode ele pensar, em consciência, dum tal sistema eleitoral, que permite toda a espécie de aldrabices eleitorais?

Finalmente: a "AD" conhece a posição firme que outros órgãos de soberania têm tomado em relação ao regime eleitoral.

uma nova Assembleia e de um novo Governo.

A "AD" rejeita este princípio; outros órgãos de soberania têm feito, pelo contrário, a afirmação de que esse é um princípio fundamental do regime democrático.

Por isso e porque ofende gravemente o regime democrático, porque ofende profundamente princípios constitucionais, designadamente o da liberdade de propaganda e o da presencalidade, pessoalidade e secretismo do voto — é de confiar que esta proposta, mesmo ainda em tempos de maioria "AD", não passará.

## Desalojados da Sé e Miragaia mais perto das casas prometidas

A recente aprovação na Câmara Municipal do Porto de uma moção apresentada pela APU referente ao alojamento das vítimas dos temporais, em particular os das Freguesias da Sé e Miragaia (das zonas mais degradadas da cidade) veio dar novo alento a estes moradores e à dura luta que vêm travando contra toda a casta de boicotes e indiferença por parte da gestão "AD" (e não só) na resolução dos seus gravíssimos problemas.

Um comunicado da APU história essa luta das vítimas dos temporais do final do ano passado, realçando os resultados já conseguidos graças à unidade dos sinistrados e à acção da Aliança Povo Unido. Agora a Câmara Municipal acabou por aprovar a referida moção, onde se garante o alojamento a curto prazo em casas pré-fabricadas das vítimas dos temporais ainda instaladas em pensões. Impõe-se todavia — alerta o comunicado — que mesmo antes das casas pré-fabricadas estarem montadas, cada família desalojada que ainda se encontra em pensões saiba imediatamente qual é a casa que lhe vai ser atribuída, chamando ainda a atenção para a exigência, que igualmente se impõe, da entrega imediata do subsídio de alimentação aos desalojados,

"subsídio que está retido de uma forma criminosas pelas entidades oficiais, e que tantas dificuldades e fome tem causado às crianças, mulheres e homens que se encontram em pensões".

Ao historicar a luta desenvolvida pela resolução dos problemas destes desalojados, o comunicado realça os esforços desenvolvidos pela "AD" no sentido de impedir essa resolução, mas a luta firme dos moradores e da APU conseguiram, numa primeira fase, que a Câmara se responsabilizasse pelas despe-

sas de alojamento em pensões, pela atribuição de subsídios de alimentação e a recolha de haveres em depósitos camarários. Igualmente se impôs à Câmara a cedência, contra a vontade da "AD", de cada vez mais habitação e o cumprimento pelo Governo da entrega de 120 casas pré-fabricadas e a concessão de uma verba de 200 000 contos.

A situação poderia ser melhor se o PS não se tivesse aliado à "AD" para, no bairro Bessa Leite, entregar a um empreiteiro que demorará mais cinco meses

a colocação de infra-estruturas na referida zona (além de lavar mais caro 4000 contos), do que um outro concorrente, estranhamente preferido.

Entretanto o facto de se terem alcançado estas vitórias — recorda o comunicado — «não significa que não seja preciso lutar mais», alertando os moradores para a necessidade de continuarem a estar presentes até final das sessões camarárias, apesar da repressão policial ordenada arbitrariamente e ilegalmente pelo presidente da Câmara, o arquitecto Magalhães, da «AD».

## Seminário no Porto da revista Poder Local

A Cooperativa dos Pedreiros, no Porto, acolherá no próximo dia 17, das 14 e 30 às 19 e 30, um seminário promovido pela revista de administração democrática «Poder Local» sobre as iniciativas legislativas do Governo em matéria de Poder Local e sobre o problema da regionalização.

Estarão em discussão no seminário temas tão fundamentais para a administração local de-

mocrática como as propostas de lei sobre as eleições autárquicas, atribuições das autarquias e competências dos seus órgãos, Finanças Locais, limitação das acções das administrações central, regional e local, tutela administrativa sobre as autarquias, projecto de decreto-lei sobre investimentos intermunicipais, planos directores municipais e funcionalismo autárquico, revisão constitucional e regionalização.

**O Militante**

SÉRIE III DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

**Preservar e consolidar as conquistas de Abril**

A 1.ª ASSEMBLEIA DE ORGANIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA A GREVE GERAL NO ALGARVE

**O Militante**  
ano 50 • série IV • N.º 82

**sumário**

- Preservar e consolidar as conquistas de Abril..... 1
- Recrutemos mais de 5000 novos camaradas!..... 3
- É necessário melhorar o trabalho nas células de empresa..... 6
- Algumas questões na luta pela Paz..... 9
- A 1.ª Assembleia de Organização da Região Autónoma da Madeira..... 13
- Importante reunião da Comissão Central da JCP..... 18
- Vencer a crise promover o desenvolvimento..... 21
- A situação na Comunicação Social e a remodelação do "Avante!"..... 25
- A Greve Geral no Algarve..... 29

### Domingo, em Évora IV Encontro APU

Como já anunciamos, realiza-se no próximo domingo, dia 18, em Évora, o IV Encontro Regional dos Eleitos da APU no Alentejo. A agenda de trabalhos inclui, como primeiro ponto, o balanço do cumprimento dos programas apresentados em 1979, sendo feita em seguida a discussão das linhas de orientação para o trabalho eleitoral nas autárquicas de 1982. Está prevista a participação de cerca de 1600 delegados e a presença de mais de 500 convidados, entre os quais se incluem eleitos de outras forças políticas na região.

A APU, que subiu a sua votação de 1976 para 1979 ao ponto de conseguir conquistar mais 14 Câmaras Municipais, é a força majoritária em 50 concelhos (onde detém as respectivas presidências). No Alentejo está à frente de 12 dos 14 Concelhos de Beja, de 12 dos 14 de Évora e de dois Concelhos em Portalegre, em geral com maioria absoluta.

### Outros Encontros APU

Vários Encontros da APU nas Freguesias da cidade do Porto estão marcados para o próximo sábado, dia 17, nomeadamente em Ramalde (15 horas no salão da Junta de Freguesia), Bonfim (15 horas, também no salão da Junta de Freguesia), e Paranhos (15 horas, na Escola Primária do Bom Pastor). Objectivos: balanço de actividade e perspectivação de trabalho futuro.

Ainda no dia 17 e com os mesmos objectivos, realizam-se encontros da APU em Ermesinde, Valongo, (21 horas, Casa do Povo) e Gondomar (21 horas, Escola do Passal).

De referir finalmente o Encontro Distrital da APU de Leiria também já no próximo sábado, dia 17.

### Debates no Algarve

A Aliança Povo Unido promove no próximo dia 16 de Abril em Portimão (21 horas, no Boa Esperança) e no dia 17 em Faro (21 horas, no salão da Assembleia distrital) dois importantes debates sobre Habitação e Urbanismo. Participam os arquitectos José Veloso, Rui Paula e Pedro Mestre, bem como o economista Octávio Teixeira, deputado comunista na Assembleia da República.

**Internacional**

# A força que mantém vivo o «apartheid»

A morte do colonialismo em África abriu portas ao fim do «apartheid». A vitória do Zimbábue apianou o caminho para a futura vitória dos povos da Namíbia e da África do Sul. Entretanto a situação neste momento em África está longe de uma segura e linear evolução para a libertação do continente de pragas como a exploração neocolonialista ou a realidade do racismo instituído ao nível de política de poder.

Porquê? O que é que permite à África do Sul, inequivocamente o maior foco e fomentador de tensão no continente, multiplicar agressões contra Angola e outros países da Linha da Frente? O que é que torna possível a manutenção da actual situação na Namíbia, quando a ONU tem claramente afirmado o direito do seu povo a uma verdadeira independência e o movimento de libertação, SWAPO, é internacionalmente reconhecido como o único representante válido do povo namibiano? Que força mantém o anacrónico e monstruoso poder do «apartheid»? Em vésperas da visita do ministro dos Negócios Estrangeiros da África do Sul, Botha, aos Estados Unidos, foram tornados públicos uma série de documentos elaborados pelo Departamento de Estado, documentos considerados como a base da «política africana» do governo de Reagan, perfeitamente idêntica à «política latino-

-americana» de Reagan, e em geral ao conjunto da política Reagan.

A base de tais documentos é o estreitamento de relações entre os Estados Unidos e a África do Sul. Estreitamento que assenta na «esperança comum no futuro florescimento, segurança e estabilidade do Sul da África» e «nas mudanças construtivas internas da República da África do Sul (RAS) e em ser o papel desempenhado pela União Soviética e seus satélites considerado, em geral, como obstáculo para a concretização destes objectivos». No que se refere às «mudanças construtivas internas», os americanos dispõem-se a prestar a sua ajuda «partindo da nossa experiência americana na esfera das relações entre as raças»... A nível de política externa, baseia-se numa aliança anticomunista, anti-soviética, virada contra o movimento de libertação e os novos países progressistas — e a prática está à vista.

E nesta aliança entre a África do Sul e os Estados Unidos, é no apoio real prestado pelas multinacionais e as grandes potências capitalistas ao governo de Pretória, que assenta o poder da África do Sul de conduzir uma política agressiva, manter o regime de «apartheid» e constituir o obstáculo fundamental ao processo de libertação do continente e de consolidação e desenvolvimento dos países progressistas.



Racismo e repressão — uma política comum à África do Sul e aos Estados Unidos



## O que é o «apartheid»?

«Apartheid» é a prática de racismo ancorada em política de Estado, privando — com base na discriminação racial, e utilizando-a como argumento — amplas massas trabalhadoras de todos os direitos, e assim as submetendo a uma ilimitada exploração.

«Apartheid» é a prática do regime vigente na África do Sul, onde a exploração mais desenfreada, possível através da opressão racista, de mais de 19,5 milhões de africanos, 2,5 milhões de mestiços e cerca de 800 000 asiáticos por uma minoria de 4,5 milhões de brancos, faculta aos monopólios a obtenção de elevadíssimos

lucros.

«Apartheid» quer dizer:

- O território do país dividido em duas zonas. A dos brancos, englobando todas as grandes cidades e regiões industriais, as melhores áreas agrícolas, com 87% do território. A segunda, que corresponde à população negra, de terras pobres e regiões secas — 70% da população em 13% do território — o pior território — nacional, dividido, numa base tribal e pretensamente autónoma em bantustões.
- Os negros só podem encontrar-se em território «branco» quando em serviço... ou seja na medida das

necessidades dos brancos. O que paralelamente significa viverem separados das suas famílias, empurradas para os bantustões.

- Em 1979 Pretória gastou 551 rands com a educação de uma criança branca, 236 com uma indiana, 185 com uma mestiça e 54 com uma negra.
- Os salários dos operários africanos encontram-se de 30 a 45% abaixo do limite de pobreza (mínimo de subsistência) oficialmente fixado.
- Os monopólios internacionais obtêm lucros máximos, entre 15 e 45%, por vezes atingindo os 100 e 200%.

## Os interesses em jogo

No mesmo momento em que decorria na ONU um debate sobre a Namíbia, Washington explicou bastante bem o porquê de não poder «abandonar» a África do Sul, ou melhor dizendo, reforçar permanentemente o seu apoio à RAS. E a razão invocada é tratar-se de «um país que é de

importância estratégica decisiva para as necessidades ocidentais de matérias-primas». Pieter Botha, primeiro-ministro sul-africano eleito pelos 2,29 milhões de brancos com direito a voto, deu a resposta adequada à política que desenvolve. Uma política ao serviço dos monopólios, uma

política de colonização interna. Observou que «faz bem saber que o dirigente do mundo livre reconhece e aprecia de forma realista a importância estratégica da África Sul». Na verdade as razões fundamentais do apoio quase ilimitado com que Pretória conta por parte dos países da NATO é

a sua extraordinária riqueza em matérias-primas estratégicas, o seu potencial económico, a situação geográfica numa rota marítima internacional importante, a importância militar-estratégica, um regime abertamente reaccionário, que funciona como elemento perturbador do processo de libertação do continente.

Actualmente a África do Sul é o mais importante território de expansão do capital monopolista internacional no Continente Africano. Por outro lado extraem-se do seu território mais de 50 matérias-primas metálicas e não-metálicas.

Alguns dados:
 

- A África do Sul é, da parte capitalista do mundo, o maior fornecedor de ouro, platina, diamantes, crómio, vanádio, manganês, andaluzite, vermiculite e de certas fibras de asbesto bem como o segundo maior exportador de urânio e antimónio. Figura entre os dez maiores fornecedores de carvão, níquel, cobre, zinco e prata.

• Os Estados Unidos receberam em fins dos anos setenta, da RAS, entre outras coisas, 85 por cento do manganês, 75 por cento da platina, 44 por cento do cromo, 36 por cento do ouro e 20 por cento do vanádio.
 

- Presentemente já mais de 2200 grandes empresas se

estabeleceram com fábricas, filiais, estabelecimentos comerciais na RAS, constituindo suportes económicos e técnico-militares decisivos do regime de «apartheid». Contam-se entre elas cerca de 700 da Grã-Bretanha, 540 dos EUA, 465 da RFA e cerca de 120 firmas francesas.

• Nos investimentos directos e indirectos de firmas estrangeiras na RAS, que em princípios de 79 tinham já atingido um montante de 25 milhares de milhões de rands, a Grã-Bretanha encontrava-se em primeiro lugar, com cerca de 40%, à frente dos EUA, com cerca de 20% e da RFA, com cerca de 10%. Desde 1960, os investimentos estrangeiros aumentaram em um milhão de rands por ano.

• Os Estados Unidos, a RFA, Grã-Bretanha, França e Itália, apesar das sanções económicas estabelecidas pelas Nações Unidas, continuaram sempre a desenvolver as trocas comerciais a favor da RAS. Abarcam, neste momento, no seu conjunto, metade das exportações e três quartos das importações das mercadorias da África do Sul.

Alguns dados respeitantes a sociedades sul-africanas subsidiárias dos consórcios da RFA BMW, Daimler-Benz e Henkel:

Pagamentos de salários a mão-de-obra negra, Dezembro de 1978.

— Indicações em «rands» e por mês:

	BMW em Durban	Mercedes em East London	Henkel em Durban
Salário mínimo pago.....	114.40	136.60	105.16
Mínimo de subsistência calculado oficialmente (variável segundo os locais).....	138.23	140.98	138.23
Salário mínimo segundo o determinado pelo código de comportamento do Mercado Comum.....	207.34	211.50	207.04

Fonte: A. Babing, «Die transnationalen Konzerne als Stütze des Apartheidregimes von Südafrika», in: «Neue Perspektiven, Journal des Weltfriedensrates», Finlândia, 3-4/1980, pág. 33.



O domínio neocolonialista, a prática do racismo, conduzem a situações de miséria e desnutrição extremas

## Em fim-de-semana de Páscoa Milhares de manifestantes pela Paz

Neste fim-de-semana de Páscoa realizaram-se importantes manifestações contra a corrida aos armamentos e as armas nucleares em vários países, da Europa capitalista e nos Estados Unidos.

Na RFA, milhares de pessoas participaram em marchas da paz que tiveram lugar em todas as principais cidades do país, exigindo que não sejam instalados na Europa os novos mísseis nucleares norte-americanos.

Também em Londres e Glasgow, na Grã-Bretanha, manifestantes afirmaram a sua oposição ao programa nuclear «Tridents», imposto pelo governo de Margaret Thatcher, que hoje está a dar uma prova mais do carácter

belicista e irresponsável da sua política, ao optar pela perigosíssima via do confronto como «solução» — de corte claramente colonialista — para o futuro das Malvinas.

Na capital italiana, o desfile encabeçado por três prémios Nobel, e que terminou na praça de S. Pedro, uniu duas reivindicações na verdade inseparáveis — a luta

contra a corrida aos armamentos e a batalha contra a fome (e por fome está prevista a morte de pelo menos cinco milhões de pessoas antes do fim de 82 — cinco milhões de vítimas da política de exploração, da política belicista do capital a nível internacional).

Em Chicago, nos Estados Unidos, milhares de pessoas desfilaram pelo fim da corrida aos armamentos. Uma entre as muitas manifestações que ultimamente se têm verificado nos Estados Unidos contra a política externa e interna de Reagan.

Na semana anterior milhares de pessoas tinham saído para a rua na localidade italiana de Comiso, na Sicília, contra os projectos de instalação, perto desta localidade, de 112 mísseis «Cruise».

**Porquê a dimensão deste movimento de massas?**

«Jamais a luta dos povos contra a ameaça da guerra nuclear, pelo direito à vida, foi tão intensa e poderosa» — declarou o general Costa Gomes no regresso da delegação portuguesa à reunião de Genebra convocada pela Comissão Especial das Organizações Não Governamentais para o Desarmamento.

Na verdade, 1981 foi um ano marcado por um ascenso ímpar do movimento pela paz. Muitos milhões de pessoas desceram às ruas das cidades da Europa para protestar contra a corrida aos armamentos e contra as armas nucleares.

O que significa que, contrariamente à ideia que Washington pretende impor da inevitabilidade de uma

guerra nuclear, que apresenta como «limitada», as grandes massas no continente mais ameaçado por tais planos estão muito pouco dispostas a ser a vítima primeira da criminoso e irrealista política do imperialismo.

Significa igualmente que cresce a consciência popular do carácter genocida que uma guerra nuclear necessariamente assumiria.

Isto mesmo é no fundo reconhecido nos EUA, apesar dos esforços desenvolvidos para minimizar — face à opinião pública — os efeitos catastróficos de um conflito nuclear.

Um «pequeno» exemplo. De acordo com indicações do sábio norte-americano sr. Kistiakowsky, a explosão de uma bomba de neutrões — uma única — com a potência de uma tonelada de TNT, teria os seguintes efeitos:

- Primeira zona (até 700 metros do centro de explosão) — liquidação imediata e total de todas as formas de vida.
- Segunda zona (a 900 metros do centro de explosão) — cinco minutos após a explosão o homem perde toda a capacidade para exercer qualquer actividade física. As vítimas da radiação morrem no prazo de dois a seis dias.
- Terceira zona (a 1 400 metros do centro de explosão) — uma hora após a explosão as capacidades funcionais são alteradas. As vítimas morrem ao fim de duas semanas.
- Quarta zona (a 1700 metros do centro de explosão) — dez por cento dos que estiverem expostos a

radiação neutrónica morrem no período da alguns meses. Oitenta por cento sofrerão de doenças cancerosas e de leucemia.

• Quinta zona (a 2 300 metros do centro da explosão) — muitas gerações serão vítimas de deformações genéticas. Probabilidade de doenças cancerosas e de leucemia.

É este o preço que o imperialismo se propõe fazer pagar aos povos pela miragem da reconquista do domínio mundial indefinidamente perdido.

## Mensagem do PCP ao Baas da Síria

Por ocasião do 35.º aniversário da fundação do Partido Baas Árabe Socialista (da Síria), o Comité Central do Partido Comunista Português enviou a Direção Nacional desse Partido as «fraternas saudações dos comunistas portugueses», reafirmando «a activa solidariedade do PCP a todas as forças patrióticas e progressistas do vosso país e ao povo árabe sírio na sua luta em defesa da independência e integridade territorial da República Árabe Síria, contra o sionismo e pela libertação dos territórios árabes ocupados por Israel, contra a política militarista agressiva do imperialismo norte-americano no Médio Oriente».

A mensagem do CC do PCP termina expressando «a nossa vontade de fortalecer relações de amizade e solidariedade entre o PCP e o Baas no interesse dos nossos dois povos e países, do progresso social e da paz».



Vítimas de Hiroshima. Washington insere na sua política a possibilidade de transformar hoje a Europa numa gigante Hiroshima

## Acordo cultural com a URSS

• A Associação Portugal-URSS prossegue o seu esforço para um melhor conhecimento mútuo entre os dois povos

O vice-ministro da Cultura da União Soviética, Georghi Ivanov, e o prof. Rui Luís Gomes, presidente do Conselho Directivo da Associação Portugal-URSS, assinaram segunda-feira um acordo.

Ao acto, que se realizou na sede daquela Associação, assistiram inúmeras personalidades, nomeadamente o embaixador da URSS, Arnold Kalinin, deputados que integram a comissão parlamentar da Cultura e Ambiente, diplomatas, homens de letras e das ciências, jornalistas e membros dos corpos gerentes da Associação.

O acordo traça as linhas essenciais da actividade para 1982/83, nomeadamente no que respeita ao desenvolvimento do inter-

câmbio entre os dois países, contrariando tudo o que possa prejudicar e sirva para criar dificuldades à compreensão e cooperação mútuas.

À contribuição activa para a consolidação da paz e para a defesa do desanuviamento e desarmamento e para a compreensão mútua e colaboração entre todos os povos, também faz parte do referido acordo.

As principais iniciativas previstas no acordo para este biênio serão a realização dos Dias de Portugal na URSS, promovidos em Maio deste ano na República do Tadjiquistão, e os Dias da URSS em Portugal, com a participação de uma importante delegação da República da Estónia.

Em 1983, aquelas comemoorações terão lugar na República da Geórgia e a representação soviética que se deslocará a Portugal será da República do Tadjiquistão.

Finalmente, prevê-se o intercâmbio de delegações de homens da ciência e da cultura, intercâmbio literário com exposições e outros elementos de informação e divulgação da vida e dos povos da URSS e de Portugal junto da opinião pública portuguesa e soviética.

Durante a cerimónia, tanto o prof. Rui Luís Gomes como o vice-ministro soviético Georghi Ivanov puseram em relevo a importância do acordo celebrado e a necessidade de se intensificarem as relações culturais entre os dois países.

# SEMANA Internacional

7 Quarta-feira

Mil delegados iniciam o congresso dos comunistas catalães que seguem a linha que venceu o último congresso do Partido Socialista Unificado da Catalunha e cujos dirigentes foram posteriormente expulsos administrativamente pela direcção central do PCE. A Argentina reforça a sua defesa na Ilhas Malvinas, preparando-se para um possível confronto com a frota naval britânica, enquanto os EUA desenvolvem esforços de mediação tendentes a evitar o conflito. A revista norte-americana "US News And World Report" faz um balanço do primeiro ano de Governo de Ronald Reagan, apresentando índices sociais e económicos que já não se verificavam desde o período da "grande depressão", nomeadamente oito dos dez milhões de desempregados no país não receberam subsídio de desemprego. Reunida em conferência especial em Wembley, a Confederação Sindical Britânica (TUC) decide fazer tudo o que estiver ao seu alcance para se opor à nova legislação do trabalho, que limita o poder dos sindicatos nas empresas. As tropas indianas entram em estado de alerta ao longo da fronteira paquistanesa, devido a uma "concentração sem precedentes" de tropas do Paquistão nas regiões limítrofes da Índia.

8 Quinta-feira

Samora Machel, presidente da RP de Moçambique, chega a Nova Delhi para uma visita oficial de cinco dias, durante os quais debaterá com as autoridades indianas problemas da África Austral. O Ministério da Defesa da Nicarágua anuncia que foram cometidas nos últimos dias junto às fronteiras do país três novas grandes provocações armadas, vindas das Honduras e da Costa Rica.

9 Sexta-feira

Sectores ligados à ONU reagem com grande indignação à recusa do regime racista sul-africano em conceder comutação da pena de morte decretada para três jovens patriotas sul-africanos, por fazerem parte do Congresso Nacional Africano (ANC). A Síria anuncia o encerramento da sua fronteira com o Iraque, após os dois países se acusarem mutuamente de interferências nos assuntos internos respectivos. Fontes governamentais argentinas informam que este país não aceitará para as Ilhas Malvinas um estatuto semelhante ao de Hong-Kong ou de Andorra, como parece ter sido proposto pelos EUA como "solução" do conflito com a Grã-Bretanha; entretanto a Grã-Bretanha declara que as 200 milhas marítimas das ilhas serão consideradas como "zona de guerra" a partir da próxima segunda-feira.

10 Sábado

O dirigente trabalhista Tony Benn afirma em Londres que milhares de pessoas poderiam morrer se rebentasse uma guerra entre a Grã-Bretanha e a Argentina, advertindo que isso poderia conduzir a um conflito nuclear; entretanto a agência soviética "TASS" responsabiliza a Grã-Bretanha pelas consequências do envio de uma esquadra britânica para as Malvinas. A Junta militar fascista turca ordena a terceira prisão do antigo primeiro ministro Bulent Ecevit, sob a acusação de "violar" um decreto que proíbe declarações políticas públicas. O governo libanês pede ao seu representante na ONU que informe o seu secretário-geral, Javier Perez Cueller, da existência de preparativos militares israelitas para uma acção militar no sul do Líbano. Prosseguem hoje em toda a RFA marchas pela paz e contra a corrida aos armamentos, iniciadas ontem e que se prolongarão até segunda-feira.

11 Domingo

Manifestações na RFA, Grã-Bretanha, Itália e EUA durante este fim-de-semana de Páscoa protestam contra a corrida aos armamentos. Os Emiratos Árabes Unidos e o Kuwait reafirmaram o seu apoio à Nigéria, em face das pressões que aquele país africano vem sofrendo dos compradores ocidentais de petróleo. A comissão chilena dos Direitos do Homem anuncia em Santiago um grande aumento do número de presos de antifascistas no primeiro trimestre de 1982. O secretário de Estado norte-americano, Alexander Haig, volta a Londres com uma proposta da Argentina sobre o conflito das Ilhas Malvinas. Um soldado israelita desata a disparar sobre a multidão árabe concentrada no pátio das mesquitas de Omar e El Aqusa, causando cinco mortos e dezenas de feridos; as agências noticiosas ocidentais apressaram-se a catalogar o criminoso de "extremista judeu", apesar deste ter cometido o crime fardado e armado regulamentarmente; à onda de protestos que se levantou, respondeu o governo sionista com a repressão.

12 Segunda-feira

Margaret Thatcher, chefe do governo conservador britânico, convoca para amanhã uma sessão do parlamento para dar conhecimento das negociações estabelecidas através de Alexander Haig sobre o conflito das Malvinas. O dirigente da Frente Sandinista de Libertação Nacional da Nicarágua, Daniel Ortega, afirma que "os EUA prosseguem um plano de vietnamização da América Central e pretendem transformar os conflitos locais em guerras regionais". Cerca de 11000 pessoas iniciam em Basileia, na Suíça, a marcha pascal internacional para a paz, atravessando sem incidentes a fronteira franco-suíça, para se juntarem com os manifestantes franceses em Huningue (França) e depois com os pacifistas da RFA. Segundo indica a repartição federal de estatísticas de Wiesbaden, o número das falências de empresas na RFA, que em 1981 bateu todos os recordes do pós-guerra, voltou a aumentar em Janeiro relativamente à percentagem anual.

13 Terça-feira

O presidente do Conselho Superior Muçulmano afirma que foram detectados impactos de balas nas paredes da mesquita de Omar vindos de três direcções diferentes, e que o Exército e a polícia de Israel estiveram envolvidos no atentado cometido no passado domingo em Jerusalém. Por a sua missão "mediadora" no conflito com as Malvinas ter esbarrado na "intransigência das duas partes", o secretário de Estado dos EUA, Alexander Haig, parte para Washington, desistindo por enquanto de nova visita a Buenos Aires. A agência TASS anuncia que terminou este mês uma missão científica de nove anos no Artico de uma expedição polar soviética, que bateu o recorde de permanência nas regiões geladas do Norte.

Efeméride da Semana — A 12 de Abril de 1961 o astronauta soviético Yuri Gagarine empreende o primeiro voo cósmico da Humanidade na nave "Vostok-1".

## Internacional

# Malvinas, o imprevisível e as consequências contraditórias

O processo desencadeado com a ocupação militar das Malvinas por tropas argentinas — recuperando desta forma um território ocupado pela Grã-Bretanha há 150 anos, e inserido na lista elaborada pela ONU dos territórios a serem evacuados pelas potências coloniais — gerou uma nova realidade tanto na zona do conflito em curso, como na Grã-Bretanha e talvez muito particularmente na Argentina, tendo igualmente repercussões ao nível da NATO e das suas alianças. Uma nova realidade que parece também escapar (ou pelo menos ultrapassar largamente) às previsões e controlo dos mesmos que lhe deram origem.

Neste momento sobressai, a nível internacional, a criação de uma zona, considerada "zona de guerra", que corresponde a uma área com um raio de 200 milhas em torno das Malvinas, e que constitui um perigoso foco de tensão originado pela resposta do governo conservador britânico à acção argentina. Nesta área os ingleses ameaçam atirar primeiro sobre qualquer embarcação que viole o bloqueio imposto. Por outro lado, navios da Royal Navy, transportando mesmo armamento nuclear, avançam para as Malvinas. Da parte argentina assiste-se a uma mobilização militar, que inclui a chamada de reservistas ao serviço activo.

Paralelamente desenvolvem-se conversações através de um interlocutor considerado válido que pela ditadura argentina (o regime argentino, e em particular com a mais recente composição, conta com o apoio da Casa Branca) quer pelo governo conservador inglês, aliado incondi-



cional da Casa Branca. A proposta argentina, transmitida através do secretário de Estado norte-americano Haig, tem como ponto central o reconhecimento da sua soberania sobre as Malvinas, afirmando entretanto a disposição de retirar as tropas em troca da o regresso da frota britânica às suas bases de origem.

Em Londres, após propostas dos trabalhistas, inicialmente re-

jeitadas por Thatcher, o parlamento acaba por reunir em sessão especial, numa situação complexa, com um governo enfraquecido, criticado até mesmo de posições de direita.

### Dos projectos às consequências

A Junta Militar argentina chamou os sindicatos e os partidos políticos (cuja actividade tem estado suspensa) a um diálogo que foi aceite por todas as partes. Mesmo em sectores militares fala-se abertamente no regresso ao regime constitucional. Segundo o jornal "La Nación", a Junta militar — face à nova situação criada — estuda um projecto político que passa por uma reunião com os partidos políticos a realizar no prazo

de 60 dias, e cujas linhas básicas incluiriam o estabelecimento de contactos com todos os partidos, a possível concretização de uma amnistia aos presos políticos, o fim do estado de sítio e o levantamento da suspensão da actividade legal dos partidos políticos.

É difícil de conceber a súbita conversão à democracia da Junta militar argentina. Estas medidas agora avançadas podem certamente incluir os seus alçaques, podem visar a neutralização das forças democráticas. Mas uma coisa é certa. Abrem também novas possibilidades à oposição democrática, à acção dos partidos de esquerda, dos comunistas, do movimento sindical. Nasceram dessa nova situação criada — não

simplesmente com a recuperação das Malvinas — mas com um incontrolado movimento popular que desceu às ruas não só para vitoriar tal acto (o que seria a intenção da Junta), mas para exigir a recuperação da democracia.

um facto que se impôs e que neste momento é sem dúvida uma das mais importantes consequências da crise gerada com as Malvinas.

De par com esta consequência positiva do processo desencadeado a 2 de Abril, alinharam-se perigos insubstituíveis para a paz mundial. O perigo da internacionalização do conflito. O perigo que decorre do avanço quotidiano da esquerda inglesa rumo às Malvinas, numa acção tipicamente colonialista de recu-

peração de um território ocupado durante mais de um século. O perigo que advém do apoio prático dos EUA à Grã-Bretanha, que pôs a sua base militar da ilha de Ascensão ao serviço da frota britânica.

Como se afirmava, há dias, nas páginas do "Morning Star", órgão central do Partido Comunista da Grã-Bretanha, «o governo quer sangue e está disposto a ver-lo para conservar uma relíquia do império britânico. Qualquer pessoa razoável deve compreender que as consequências seriam incalculáveis se se permitisse que uma tão louca aventura vá mais longe».

Uma vez mais a paz surge ameaçada por acções belicistas e irresponsáveis dos mais retrógrados sectores do capital.

## Cresce tensão no Médio Oriente

Diversos factos testemunham, nestes últimos dias, o agravamento da situação no Médio Oriente, e simultaneamente o elevado grau atingido pela luta sistemática do povo palestino contra o ocupante israelita.

Surge por um lado a ameaça do governo israelita de "parar" a retirada do Sinal, prevista até 25 de Abril, a pretexto de uma violação, pela parte egípcia, dos acordos de Camp David. Por outro lado registam-se preocupantes preparativos militares na fronteira Sul do Líbano. Observadores da Força de Paz da ONU assinalaram no sector Leste do Sul do Líbano intensa movimentação de unidades e armamentos israelitas para a região de Marjayoun, Deir-Dimas e Kfar-Kila. O governo libanês pediu ao seu representante nas Nações Unidas que informasse o secretário-geral da ONU de

"preparativos militares israelitas para uma acção militar no sul do Líbano".

Nesta situação de grande tensão — em que se insere a cena sangrenta em Jerusalém, quando um soldado israelita matou a tiro cinco pessoas, ferindo dezenas de outras — cresce o movimento de massas contra o ocupante sionista.

O apelo de greve geral lançado pelo Conselho Supremo Muçulmano contra o crime de Jerusalém, foi plenamente correspondido na Cisjordânia e na faixa de Gaza. As lojas e escolas da parte oriental de Jerusalém estiveram praticamente todas fechadas.

Nos montes Golan, e apesar do prosseguimento da luta da população das aldeias druzas contra o ocupante israelita, Israel teve que levantar o bloqueio militar.



O fulcro do problema do Médio Oriente — a política belicista de Israel, a recusa de uma pátria para os palestinos.

## Quem tem medo da «batalha vital» que se trava na América Latina?

«Não existe qualquer dúvida de que a batalha vital para a América Central se está a travar em El Salvador» — afirmou recentemente Thomas Enders, secretário de Estado norte-americano, assistente dos assuntos inter-americanos. «Se, depois da Nicarágua, El Salvador for dominado por uma minoria violenta, quem, na América Central, não viverá sob o medo? Quanto tempo demoraria até que os principais interesses estratégicos dos Estados Unidos — o canal do Panamá, rotas marítimas, abastecimento de petróleo — estivessem em perigo?». São palavras muito significativas acerca do conteúdo da política norte-americana para a América Latina, assim como, de uma forma geral, da sua política externa.

Fica claro que, para Washington, «minorias violentas» são os representantes dos povos em luta. Fica claro que, na Casa Branca, quando se fala de medo, se refere o medo do capital perder os seus chorudos lucros nas zonas que tão bem tem explorado, utilizando os bons serviços de «ditaduras fortes», os dignos aliados do imperialismo, vítimas, como todos sabemos, do «terrorismo internacional».

### Das raízes da revolta

«Em 1977, os nossos países tinham que produzir 338 quintais de algodão, ou 1,394 quintais de açúcar ou 98 quintais de café, para poder adquirir um tractor. Quatro anos depois, em 1981, temos que produzir 476 quintais de algodão, o que corresponde a um aumento percentual de 41 por cento, para poder adquirir um tractor. Quatro anos depois, em 1981, temos que produzir 2,143 quintais de algodão, ou seja um aumento percentual de 54 por cento, para poder adquirir um tractor. Quatro anos depois, em 1981 temos que produzir 248 quintais de café, ou seja um aumento percentual de 145 por cento, para poder adquirir um tractor» — esta uma informação muito clara inserida numa intervenção do Comandante da Revolução e Coordenador da Junta do Governo de Reconstrução Nacional da Nicarágua, Daniel Ortega, à Assembleia Geral da ONU, em Outubro de 81.

E Daniel Ortega prosseguiu: «Como consequência desta injusta relação de trocas a nível internacional, e como consequência das profundas injustiças geradas pela exploração, uma dramática crise social, económica e política sucede actualmente a América Central. Essa crise emerge da

profundidade da miséria de 20 milhões de homens e mulheres da América Central.

• Em 1979, um em cada dois habitantes da América Central de mais de 15 anos era analfabeto.

• Uma em cada oito crianças morre antes do ano de idade.

• Três em cada dez centro-americanos não encontra trabalho.

• Doze milhões de homens não possuem uma habitação condigna.

• A cada dólar que corresponde a um pobre na América Central, correspondem quarenta e oito dólares a um rico.

• Oito milhões e meio de centro-americanos, segundo estudos recentes da CEPAL, vivem em condições de extrema pobreza».

E Daniel Ortega concluiu: «É aí, nessa velha realidade de exploração dos países da América Central, e na injustiça com que o mundo desenvolvido trata os nossos povos, que há que buscar as causas da convulsão política e social que sacode hoje a América Central. E não na revolução nicaraguense, que é precisamente o primeiro grande esforço histórico que se realiza na América Central, para eliminar as raízes da crise».

Um testemunho, entre muitos, das razões verdadeiras da crise na América Latina, que nada têm a ver com «terrorismo internacional», mas muito com sobre-exploração de povos inteiros e com «interesses estratégicos dos Estados Unidos».

Entretanto, a prática política da Casa Branca e dos seus aliados vai no sentido do aprofundamento da crise, assume formas de verdadeiro terrorismo organizado contra os povos de toda a América Latina, baseada num quotidiano de repres-

são e de manobras demagógicas, igualmente assentes na repressão.

### «Eleições» à força

A delegação norte-americana à larsa eleitoral em El Salvador, presidida pelo senador John Murta, manifestou uma opinião deveras curiosa: «foi uma das expressões mais macabras de vontade popular que lhe foi dado votar». Opinião que por bem pouco é partilhada. Aliás, é um jornal americano, o «New York Times», que publica uma reportagem sobre as eleições em El Salvador em que são recolhidos testemunhos que denunciavam as ameaças feitas aos salvadoreños para os obrigar a votar.

O que na verdade os factos testemunham é que, mesmo para a concretização de uma manobra demagógica o regime salvadoreño — com a descarada participação norte-americana

— recorreu a uma ainda maior acentuação da repressão. O que os factos testemunham é que só se votou em regiões ocupadas pelas tropas da Junta, e através de ameaças e pressões, como o «New York Times» refere. E finalmente que a manobra eleitoral teve como único «mérito» legitimar politicamente o fascismo no país, guiando ao poder a organização fascista «Arena», cujo dirigente, o major Roberto D'Aubuisson, é o responsável pelo assassinato de monsenhor Romero, entre muitos outros assassínios.

Entretanto a luta continua — de par com a acrescida necessidade de encetar uma via negociada, como é proposto pela Frente Democrática Revolucionária. Só de 23 a 31 de Março os destacamentos da Frente Farabundo Martí realizaram uma centena de operações. «Rádio Venceremos» anunciou que o

Primeiro de Maio será celebrado «com o combate popular e preparativos de insurreição».

### O binómio luta e repressão

Luta e repressão são as duas faces da realidade que se vive quotidianamente na América Latina.

Na Bolívia, manifestações e uma greve geral de 48 horas marcam o ascenso de luta no país nos últimos dias. Uma fase de luta popular precedida dum importante movimento reivindicativo dos mineiros bolivianos. A polícia matou manifestantes — seis pessoas — numa carga policial na cidade de Cochabamba. Durante a semana passada foram presos dirigentes políticos e sindicais.

Mas as medidas repressivas parece nada estarem a resolver. Ao nível do próprio governo es-

talou a crise. Sexta-feira à noite o governo boliviano demitiu-se em bloco. A sua demissão não foi aceite pelo presidente da Junta militar, mas o protesto e o sintoma de crise subjacente são ineludíveis. Exige-se a solução da crise no contexto de uma ampla participação popular.

Em Santiago, capital do Chile, realizou-se na passada semana uma «marcha da fome». Foram presas cerca de 50 pessoas. No primeiro trimestre de 82 registou-se um grande aumento de presos de antifascistas — 616 pessoas, o que equivale a um terço das 908 prisões efectuadas em 1981.

No Uruguai o número de presos e desaparecidos nas últimas semanas é de 200.

Apesar do uso intensivo da repressão o imperialismo tem razão para viver «sob o medo». A luta popular prossegue e intensifica-se.

## Salvador

# Testemunho de um desertor

A agudização e o carácter popular da luta que se trava em El Salvador, contra a ditadura, têm também como consequência as deserções do Exército da Junta. Transcrevemos seguidamente o testemunho de um ex-soldado do que hoje combate ao lado dos guerrilheiros.

«Passei-me para o exército popular porque, eles sim, estão a lutar pelo povo» — afirma Oscar, soldado preso pela Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN). «Bem, eu percebi. E esperi para me entregar aos guerrilheiros e lutar com eles, mas capturarão-me. Entreguei a G-3 para a luta popular».

Oscar tem 19 anos. Pertencia ao Regimento de Sonsonate e foi apanhado numa emboscada dos patriotas em Jicaro, no Chalatenango.

«Como te tratam os teus novos companheiros?» — São muito fraternos e bons companheiros.

— E no quartel de Sonsonate, como te tratavam? — É uma forma de tratar muito diferente. Lá zangam-se conosco e batem-nos. Se alguém não está bem na forma ou não ouve bem uma ordem, recebe bofetadas. Aqui no acampamento somos todos iguais e tratamo-nos

sem desatar... — Torturam os prisioneiros nos quartéis? — Sim, vi levarem um rapaz. Ouviram-se os seus gritos durante a noite. No dia seguinte levaram-no morto.

— Como opera o exército quando vai combater a guerrilha? — Nas vezes que sai, a aviação ia à frente e a artilharia disparava de forma maciça. Nós avançávamos por grupos.

— E que armas utilizavam? — Canhões de 120 mm e morteiros de 81 de 150 mm.

— E a aviação? — Nas vezes que sai, a aviação ia à frente e a artilharia disparava de forma maciça. Nós avançávamos por grupos.

— Nalguns lugares lançavam bombas de 500 libras, de 200 e às vezes de fósforo branco.

— E como sabiam que era fósforo branco? — Quem dava tudo... é como a lava dos vulcões... O que é que acontecia à população civil? — Pois, morria. A nós diziam-nos que devíamos matar todos, as crianças e as mulheres, que eram todos guerrilheiros.

— Os companheiros que tem actualmente combatem bem? — Sim, têm um elevado moral e sabem combater. Aqui a luta é muito diferente.

— Os companheiros que tem actualmente combatem bem? — Sim, têm um elevado moral e sabem combater. Aqui a luta é muito diferente.



Massacres. Ontem no Vietnã, hoje em El Salvador. O responsável é o mesmo



# «Regionalização»

## O «debate público» promovido pela «AD» é uma burla e um insulto

Como estava previsto ("O Governo cumpre!..."), o chamado debate público sobre regionalização iniciou-se na passada terça-feira nas sedes dos cerca de 50 agrupamentos de municípios do País. A maioria dos ministros e secretários de Estado começou a espalhar-se por esse Portugal fora, para presidir e ter o que eles julgam ser a última palavra num debate que o Governo, em corrida acelerada (o tempo urge-lhe...), promove, conduz e controla. Mal — como adiante se verá pelo que se passou na primeira sessão de que tivemos conhecimento, a das Caldas da Rainha.

De facto, o calendário é de maratona! De 13 a 20 de Abril é o "debate"; de 3 a 7 de Maio serão elaborados os relatórios regionais; de 7 a 12 o relatório nacional ficará de pé, contendo "as opiniões recolhidas à escala nacional". Tudo isto com o anunciado objectivo de apresentar (o Governo) à AR, ainda neste primeiro semestre de 1982, uma proposta de Lei quadro sobre a região administrativa, e, no 2.º semestre, uma proposta de lei contendo a divisão regional do território continental.

Tanta celeridade e operatividade é, pelo menos, suspeita. Vem-nos logo à cabeça o ministro Ângelo Correia, o seu dinamismo e a sua provada capacidade para "configurar indícios".

Suficientemente "indiciado" sobre os resultados do "debate público" que vai promover, quem sabe, não preparará ele com tranquilidade antecipação e na tranquilidade do seu gabinete, as conclusões programadas pela "AD"?

Uma coisa é certa: o Governo, que retarda indefinidamente a solução dos muitos e graves problemas que afectam o povo e o País; o Governo, que diariamente nos atira para cima com novas dificuldades; o Governo, que faz orelhas moucas às exigências generalizadas de que — concretamente no que respeita ao poder local — cumpra ao menos as leis existentes — o Governo, quando lhe convém, inventa "prioridades" e acelera "debates" que pretende conclusivos em tempo recorde. Por boa não é!

Depois, como além de anti democrático é incompetente, não convence ninguém — nem os seus próprios apoiantes, como foi patente na sessão das Caldas da Rainha.

Deputado pelo distrito, o camarada Joaquim Gomes esteve lá. Único comunista, aliás, e só porque deputado: os previstos convites a "um representante concelhio" dos partidos, pelo menos ao PCP não chegaram... Da cerca de uma centena de convidados, vinte pessoas presentes, se tanto, e todas mais ou menos perplexas, inclusive algumas pertencentes aos partidos da "AD". Uns, porque só na véspera tinham recebido a documentação; outros, porque tudo aquilo é "muito embrulhado", porque o questionário é parcial e superficial, porque é espartilhante e porque é tendencioso.

Tendencioso, e sem disfarces. Não se sabe se o MAI já tem as respostas escritas — o que se percebe claramente é quais é que quer escrever. O PCP tem vindo a denunciar todo este processo, e o camarada Joaquim Gomes foi ali, aliás, só para reafirmar essa denúncia: o PCP não participa em farsas, e não é "interlocutor" em monólogos do Governo. É pena (ou está previsto?) que o senhor secretário de Estado de serviço na terça-feira às Caldas da Rainha não tenha tido senão tempo para se ouvir a si próprio durante alguma minutos (esperavam-no os deveres de Estado em Conselho de Ministros...). É pena, porque teria ouvido o seu "debate público" ser posto em causa não só pelo dirigente e deputado do PCP, mas também pelo deputado do PS presente — que ali foi também reafirmar a oposição do seu partido ao debate e às propostas (?) do Governo em matéria de regionalização. Teria ouvido também que esta triste encenação não é levada a sério sequer entre "os seus" — representantes de autarquias "AD" que ali não tiveram pejo em fazer coro com a Oposição, numa generalizada posição de crítica.

A declaração do camarada Joaquim Gomes, que transcrevemos, resume a posição do PCP, que é uma objecção de princípio, nesta matéria.

## Joaquim Gomes denuncia a manobra governamental no «debate» nas Caldas da Rainha

Como deputado da Assembleia da República e como dirigente do PCP, hesitei em estar presente nesta reunião. Em primeiro lugar, porque não está organizada de molde a possibilitar um debate frutuoso; em segundo lugar, porque o tempo dado para uso da palavra aos Deputados, Presidentes de Câmara, Vereadores, etc., é um verdadeiro insulto às instituições que representamos. Em terceiro lugar, porque o sr. ministro da Administração Interna afirmou recentemente no Porto que o PCP seria marginalizado do Conselho Superior para a Regionalização.

Este debate não será frutuoso pois a compartimentação das intervenções por vários pontos artificialmente separados e, sobretudo, porque pesam sobre o Poder Local graves ameaças que tenderão a ter um grande peso nesta reunião devido às preocupações legítimas dos eleitos em relação a essas ameaças.

Este debate constitui um insulto aos participantes porque nesta reunião, o Governo e os seus representantes terão 1 hora e 15 minutos de uso da palavra e os outros participantes terão 3 minutos. Fica claro para todos o modo como o Governo encara este debate e, sobretudo, o conceito em que tem a opinião de Deputados, Presidentes de Câmara, Vereadores, membros de Assembleias Municipais, representantes de Partidos, Colectividades, etc.

Finalmente, a marginalização do PCP do Conselho

Superior para a Regionalização demonstra a natureza anti-democrática das concepções do Governo. Estamos decididamente contra a composição deste órgão, integralmente constituído por pessoas a designar pelo 1.º-Ministro e no qual não tem assento nem um representante do Poder Local; mas a verdade é que não podemos deixar de atribuir um lastimável significado à posição do Governo.

Ainda que o Governo não goste do PCP, a verdade é que é anti-democrática a marginalização de uma força política determinante no quadro da APU. Mais do que um partido político, seriam marginalizados mais de um milhão de votos, 50 municípios correspondendo a 28% do território nacional e onde vivem 1 milhão e 670 mil habitantes, uma parte activa e influente da opinião pública nacional.

Entretanto, decidimos participar nesta reunião, porque pensamos que é necessário alertar para o facto de a "regionalização", tal como tem vindo a ser concebida pelo Governo, não só não constitui um instrumento de reforço da democracia e do Poder Local como constitui uma grave ameaça para a autonomia, os recursos e os poderes das autarquias.

Que assim é, demonstra uma breve consulta da documentação distribuída para apoio ao "debate público sobre regionalização" e o próprio modo como este debate foi organizado.

No início deste processo,

o ministro da Administração Interna afirmou solenemente que as competências e os recursos municipais nunca seriam afectados pela regionalização; no entanto, os textos distribuídos, o questionário e as propostas de lei que integram o já chamado pacote legislativo anti-autárquico indiciam claramente o contrário: os municípios ficariam com menos poderes, mais encargos e menos recursos.

Uma outra questão gostaríamos de levantar.

— Este "debate público" foi rapidamente transformado num monólogo por parte do Governo. Na verdade, no documento "proposta de programa e calendário para a discussão pública" era fixado o dia 23 de Março para "abertura da discussão pública nos órgãos de comunicação social" e, a partir do dia 23 programava-se a "actuação intensiva através dos órgãos de comunicação social". Para além da curiosidade que é ver o Governo tratar os órgãos de comunicação social como se fossem serviços burocráticos do Estado, o que é importante salientar é o facto de nem uma só vez na comunicação social do Estado ter sido dada a palavra a um partido da oposição para se pronunciar sobre o tema. Toma-se manifesto que, enquanto se mantém a presente situação na comunicação social, e em especial na RTP, não haverá qualquer possibilidade de um debate público nacional sério sobre esta ou sobre qualquer outra matéria.

Pela nossa parte, continuaremos a dar a nossa contribuição para a instituição de Regiões Administrativas, através das propostas concretas que já apresentámos ao país e que continuaremos a apresentar. Entretanto, para nós é evidente que só faz sentido instituir as regiões para exercerem funções que actualmente cabem à burocratizada e centralizada Administração Central e não para exercerem funções que têm cabido, e bem, aos municípios. Reforçar os poderes e a capacidade financeira dos municípios, designadamente aplicando a Lei de Finanças Locais, seria um bom ponto de partida para uma autêntica regionalização. Esta é uma questão em que o Governo diz, em abstracto, estar de acordo conosco, para logo mostrar o contrário nas propostas que adianta.

Que nos desculpem aqueles que, com intenções honestas, pretendiam que aqui se desenrolasse um debate de pendor tecnocrático, abstraindo das pesadas ameaças que pesam sobre o Poder Local e a democracia. Entretanto, é o próprio Governo que declara que este processo é eminentemente político.

Não nos peçam dissertações tecnocráticas quando uma grave tempestade ameaça as autarquias.

A regionalização verdadeira, que não só respeita como contribui para o reforço do Poder Local há-de fazer-se. Mas, como os factos revelam, não o será com este Governo.

festa do **Avante!**

## Primeira jornada de trabalho este fim-de-semana

São precisas as palavras?! Apenas que  
nos encontramos sábado no Alto da Ajuda

A Festa espera por nós!